



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

MÍRIA CÁSSIA OLIVEIRA ARAGÃO

RIOS DE RECIPROCIDADES:

SABERES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE MEM DE SÁ – ITAPORANGA
D’AJUDA-SE



São Cristóvão/SE

2011

MÍRIA CÁSSIA OLIVEIRA ARAGÃO

RIOS DE RECIPROCIDADES:

**SABERES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE MEM DE SÁ – ITAPORANGA
D’AJUDA-SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários para o título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Rosemeri Melo e Souza

Co-orientador: Fernando Fleury Curado

São Cristóvão/SE

2011

MÍRIA CÁSSIA OLIVEIRA ARAGÃO

RIOS DE RECIPROCIDADES:

**SABERES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE MEM DE SÁ – ITAPORANGA
D’AJUDA-SE**

Dissertação julgada e aprovada no dia 25 de fevereiro de 2011 para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

São Cristóvão ____/____/____

Prof^a. Dr^a. Maria José Nascimento Soares
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe-(Orientadora)

Prof^o. Dr^o. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Universidade Federal de Sergipe- DCS (Avaliador externo)

Prof^a. Dr^a. Gicélia Mendes da Silva
Universidade Federal de Sergipe- (Avaliador interno)

[...] Não se tem uma fórmula mágica de se chegar à força sem que antes tenhamos provado à fraqueza [...].

(Pe. Fábio de Melo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a força que nos guia e nos faz acreditar sempre na beleza da vida, na compaixão pelo próximo e na união que brota da dor: Deus.

Especialmente, quero agradecer aos meus bisavós, em referência ao meu bisavô Manoel Vieira de Freitas, ao qual no ano de seu centenário posso retribuí-lhe o incentivo com a defesa desta dissertação.

A toda a minha família pela confiança e por ser a minha âncora. Meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Maria Adélia e José Almeida de Aragão (*in memoriam*), aos meus avós, Gedalva Freitas e José Cardoso, aos meus irmãos, em especial ao meu irmão Saulo, as minhas tias Telma e Judite, aos meus primos, familiares e amigos.

Agradeço ao meu namorado, Claydivan, pelo apoio e carinho em todos esses anos em que estamos juntos, obrigada pela paciência e compreensão. Eu gosto muito de você.

Agradeço ao meu co-orientador Fernando Fleury Curado pela minha primeira oportunidade de estágio e por poder ter aprendido com o seu exemplo profissional o que é ser um pesquisador, estendendo meus agradecimentos aos demais pesquisadores e estagiários da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Assim como agradeço a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Rosemeri Melo e Souza pelo acolhimento, disciplina e verdadeira parceria.

Aos meus colegas e amigos Karina, Helô, Filipe, Osmundo, Mércia, Neuma, Alba, Paulo e toda a turma PRODEMA/2009 pela cumplicidade e pelo companheirismo.

Aos professores e as secretárias do PRODEMA pela atenção prestada durante esses dois anos, como também, a todo o grupo de pesquisa GEOPLAN.

Agradeço imensamente a comunidade Mem de Sá pela generosidade e confiança em meu trabalho.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Obrigada a todos que me ajudaram e me ampararam. Está é conquista coletiva.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais da comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda/Se, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. O cenário do estudo é a comunidade Mem de Sá situada em uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza-Barris, (11°29'26''S e 06°46''W), localizada em Itaporanga D'Ajuda, distante apenas 23 km da sede municipal e a 53 km de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Os objetivos específicos do estudo são: construir indicadores de sustentabilidade que possibilitem a verificação das possibilidades e limitações da atividade pesqueira; caracterizar a importância do ambiente na composição do território e nas práticas pesqueiras realizadas; identificar os saberes, rituais e mitos envoltos na comunidade, e, realizar o monitoramento da comunidade pesqueira. A questão norteadora que os capítulos tentam responder é: como se configura a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais e quais são as interferências de fatores ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos na atividade pesqueira desenvolvida na comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda/Se? O primeiro capítulo descreve o cenário da pesquisa. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico. O terceiro capítulo centra-se na dinâmica socioambiental com base nos indicadores de sustentabilidade da dimensão social e ambiental. No quarto capítulo estão inseridas as análises do indicador econômico e político. O quinto capítulo abarca a dimensão cultural/espiritual dos indicadores de sustentabilidade. E por fim, o sexto capítulo expressa a intenção de entender a lógica de vida dos pescadores artesanais capturada em sua essência e compreendida pela sua própria luz. Portanto, a pesquisa proposta é indissociável do conhecimento tradicional emanado das teias de relações da comunidade Mem de Sá, seja com os membros de sua coletividade interna e externa seja com o ambiente de sua vivência, contudo, sendo a sustentabilidade socioambiental favorecida ou até mesmo limitada de acordo com o modo de vida construído.

Palavras-chave: Pesca, Sustentabilidade, Conhecimento Tradicional.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the logic of survival of fishermen from Mem de Sa community – Itaporanga D’Ajuda/SE, in the perspective of social and environmental sustainability. The study setting is the community Mem de Sá situated in a river island in the estuary of Vaza-Barris river, (11°29’26’’S and 06’46’’W), located in Itaporanga D’Ajuda, only 26 km away from the seat of the municipality and 53 km from Aracaju, capital of Sergipe state. The specific objectives of the study are: to build sustainability indicators that enable the verification of the possibilities and limitations of fishing activity, to characterize the importance of the environment on the composition of the territory and on the carried fishing practices, to identify the knowledge, rituals and myths surrounded the community and, to perform the monitoring of the fishing community. The main question that the chapters try to answer is: how the logic of survival of fishermen is configured and what is the interference of environmental, social, cultural, political and economic factors on the activities developed in the fishing community in Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/SE. The first chapter describes the research scenario. The second chapter presents the theoretical framework. The third chapter focuses on social and environmental dynamics based on sustainability indicators of social and environmental dimension. In the fourth chapter are included the analysis of political and economic indicator. The fifth chapter covers the cultural/spiritual sustainability indicator. And finally, the sixth chapter expresses the intention to understand the logic of life of fishermen, caught in its essence and understood by its own light. Therefore, the proposed research is inseparable from traditional knowledge originated from relation webs of community Mem de Sá, whether with members of its internal or external community or with environment of their experience, however, social and environmental sustainability being promoted or even limited according to the way of life built.

Keywords: Fisheries, Sustainability, Traditional Knowledge.

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

HEP – Human Exception Paradigm

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEP- New Environmental Paradigm

PIB – Produto Interno Bruto

PEAC- Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras

PMPDP- Programa de Monitoramento Participativo de Desembarque Pesqueiro

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – NOMES CATALOGADOS DOS PONTOS DE PESCA.....	50
QUADRO 2 – INDICADORES SOCIAIS DE SUSTENTABILIDADE.....	56
QUADRO 3 – INDICADOR AMBIENTAL DE SUSTENTABILIDADE.....	64
QUADRO 4 – TIPOS DE MANGUES SEGUNDO A PERCEPÇÃO LOCAL DOS PESCADORES ARTESANAIS.....	71
QUADRO 5 – PANORAMA DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PESCA DO, APETRECHOS E/OU TÉCNICAS USADAS E MELHOR ÉPOCA DO ANO PARA CAPTURA.....	83
QUADRO 6 – INDICADOR ECONÔMICO DE SUSTENTABILIDADE.....	85
QUADRO 7 – INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICO.....	90
QUADRO 8 – INDICADOR CULTURAL/ESPIRITUAL.....	96

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO CENÁRIO DO ESTUDO.....	18
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SERGIPE.....	19
FIGURA 3 – PESCADORES ARTESANAIS NA ILHA MEM DE SÁ.....	20
FIGURA 4 – MORADORES ASSISTINDO FILME.....	22
FIGURA 5 – REUNIÃO DO GRUPO DE APOIO, 2009.....	23
FIGURA 6 – REUNIÃO DE DEVOLUÇÃO DE DADO COM GRUPO ESPECÍFICO DE PESCADORES ARTESANAIS NA COMUNIDADE MEM DE SÁ.....	24
FIGURA 7 – PONTE JOEL SILVEIRA CARVALHO CONSTRUÍDA SOBRE O RIO VAZA-BARRIS, INTERLIGANDO OS MUNICÍPIOS DE ARACAJU E ITAPORANGA D’AJUDA.....	53
FIGURA 8 – ORLA FLUVIAL PÔR-DO-SOL SITUADA NO BAIRRO MOSQUEIRO, MUNICÍPIO DE ARACAJU E LIMÍTROFE COM O MUNICÍPIO ITAPORANGA D’AJUDA.....	54
FIGURA 9– PROPRIEDADES RURAIS NA ILHA MEM DE SÁ.....	57
FIGURA 10 – DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	65
FIGURA 11 – MODELO DE ZONAÇÃO VERTICAL.....	73
FIGURA 12 – TARRAFAS EXPOSTAS NA ILHA MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’AJUDA/SE	80

FIGURA 13– ARATU NOS MANGUEZAIS DA ILHA MEM DE SÁ	81
FIGURA 14–MULHERES SAINDO PARA A PESCA DO ARATU.....	81
FIGURA 15 – MORADOR DA COMUNIDADE MEM DE SÁ MOSTRANDO AS MALHAS DE REDE.....	82
FIGURA 16 – FLUXOGRAMA: ROTAS DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO NA ILHA MEM DE SÁ.....	87
FIGURA 17 – IGREJA NA COMUNIDADE MEM DE SÁ – PADROEIRA SANTA LUZIA, DEZEMBRO DE 2009.....	99
FIGURA 18 – BATIZADOS NA FESTA DE SANTA LUZIA – ILHA MEM DE SÁ, 2009.....	100
FIGURA 19 – SAÍDA DA PROCISSÃO NA FESTA DE SANTA LUZIA – ILHA MEM DE SÁ, 2009.....	100
FIGURA 20 – SAMBA DE COCO NA ILHA MEM DE SÁ.....	102
FIGURA 21 – SAMBA DE COCO NA ILHA MEM DE SÁ.....	103
FIGURA 22 – GRUPO SAMBA DE COCO NOVA GERAÇÃO – ILHA MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’AJUDA/SE.....	104
FIGURA 23 – O FOLGUEDO REISADO.....	105
FIGURA 24 -AS CORES DO REISADO.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FAIXA ETÁRIA DA COMUNIDADE.....	57
GRÁFICO 2 – SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA.....	59
GRÁFICO 3 – OCUPAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA.....	60
GRÁFICO 4 – OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE DO CHEFE DA FAMÍLIA.....	61
GRÁFICO 5 – ESCOLARIDADE DOS CHEFES DA FAMÍLIA.....	61
GRÁFICO 6 – ESCOLARIDADE DO CÔNJUGE DOS CHEFES DA FAMÍLIA.....	62
GRÁFICO 7 – RENDA MENSAL FAMILIAR.....	63
GRÁFICO 8 – ARTES DE PESCA UTILIZADOS NA ILHA MEM DE SÁ, MARÇO, 2009.....	79
GRÁFICO 9 – TEMPO DE SÓCIO.....	90
GRÁFICO 10 – FREQUÊNCIA DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO NAS REUNIÕES.....	91
GRÁFICO 11 – CONHECIMENTO SOBRE O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO.....	92
GRÁFICO 12 – CONHECIMENTO SOBRE OS OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO.....	93
GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NAS DECISÕES TOMADAS PELA ASSOCIAÇÃO.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – CENÁRIO DO ESTUDO.....	17
1.1 A construção e a justificativa do objeto.....	17
1.2 Caracterização da área de estudo.....	18
1.3 Instrumento de coleta de dados.....	21
1.4 Tratamento e análise dos dados.....	26
CAPÍTULO II – AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: O DILEMA CONTEMPORÂNEO.....	27
2.1 Natureza: a construção social da concepção natural.....	27
2.2 O desenvolvimento sustentável: o embate atual.....	33
2.3 Cultura e conhecimento tradicional: faces possíveis da sustentabilidade.....	40
CAPÍTULO III – ENTRELACES SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’AJUDA/SE.....	47
3.1 O território e o sistema de uso comum dos recursos naturais.....	47
3.2 A (re) configuração do litoral sul de Sergipe.....	51
3.3 Indicadores sociais de sustentabilidade.....	55
3.4 Indicadores ambiental de sustentabilidade.....	63
CAPÍTULO IV – A PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE MEM DE SÁ: TRAMAS DE UMA RELAÇÃO COMPLEXA.....	68
4.1 O trabalho na pesca artesanal.....	68
4.2 O manguezal: realidade e imaginário.....	69
4.3 Saberes etnoictiológicos e etnoecológicos na pesca artesanal.....	72
4.4 Os instrumentos e os frutos do trabalho: as artes de pesca e o pescado.....	79
4.5 Indicador econômico de sustentabilidade: a composição dos rendimentos financeiros e a comercialização.....	84
4.6 Associativismo: um outro caminho para o desenvolvimento com sustentabilidade?.....	89

CAPÍTULO V – A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE E OS LIMITES DA RECIPROCIDADE: FESTA DE SANTA LUZIA, SAMBA DE COCO E REISADO NA ILHA MEM DE SÁ.....	96
5.1 Indicador cultural/espiritual de sustentabilidade.....	96
5.2 Os territórios da memória e os desenraizamentos da atualidade: a festa de Santa Luzia na Ilha Mem de Sá.....	97
5.3 Samba de coco e reisado: patrimônio de uma vivência comum.....	101
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXO – POSIÇÕES TEÓRICAS NA SOCIOLOGIA AMBIENTAL.....	115
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	116
APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÃO DOS PEIXES.....	119
APÊNDICE C – SISTEMA CLASSIFICATÓRIO ECOLÓGICO EM HABITAT (QUANTO A SEGREGAÇÃO VERTICAL).....	122
APÊNDICE D – SISTEMA CLASSIFICATÓRIO ECOLÓGICO NO HABITAT (DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL).....	123
APÊNDICE E – IMAGENS DA PESQUISA.....	124

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais da comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda/Se, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Entende-se por análise da lógica de sobrevivência o estudo das sociabilidades e saberes que estabelecem e desenvolvem práticas culturais particulares caracterizadas por grande dependência de recursos naturais. Deste modo, tenta-se estabelecer o sentido entre a sustentabilidade almejada e a vinculação entre ambiente e cultura como relações recíprocas. Contudo, é importante destacar que esta análise não significa dizer que os pescadores artesanais da ilha Mem de Sá pautam sua lógica de sobrevivência com vistas à sustentabilidade, posto que, essa não é uma concepção interna, mas sim externa. Na verdade, buscou-se encontrar elementos do modo de vida dos comunitários que se coadunam ou possam contribuir para com o modelo de desenvolvimento sustentável.

O cenário do estudo, como já mencionado é a comunidade Mem de Sá situada em uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza-Barris, (11°29'26"S e 06°46"W), localizada em Itaporanga D'Ajuda, distante apenas 23 km da sede municipal e a 53 km de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

Os objetivos específicos do estudo são: construir indicadores de sustentabilidade que possibilitem a verificação das possibilidades e limitações da atividade pesqueira; caracterizar a importância do ambiente na composição do território e nas práticas pesqueiras realizadas; identificar os saberes, rituais e mitos envoltos na comunidade, e, realizar o monitoramento da comunidade pesqueira.

Neste ínterim, investigou-se o universo do conhecimento tradicional emanado do ambiente pesqueiro, sem, contudo, criar uma visão romântica de pescadores vivendo de modo idílico, pois, também foram identificadas as fragilidades da comunidade propondo que os próprios sujeitos/objetos tivessem som e imagem, ou seja, que a própria comunidade participasse da construção da compreensão de suas vidas.

Não obstante, foram formulados indicadores com dimensões de sustentabilidade do âmbito econômico, social, ambiental, cultural/espiritual e político, posto que, a identificação de situações e ambientes vulneráveis sob o impacto de influências humanas com a utilização de indicadores revigora-se como elemento norteador do monitoramento socioambiental para este

estudo entendido como a realização de um diagnóstico da organização comunitária em torno da pesca.

Para tanto, foi necessário estabelecer o pressuposto de que as relações humanas dão o sentido ao que somos e ao que fazemos, mas não são prevaletentes e mais relevantes diante dos demais seres vivos e do ambiente. Como também, faz mister esclarecer que o uso do termo ambiente é referente a ampla visão de unicidade entre homem e natureza, assim, ao utilizá-lo designa-se uma relação necessária em que o homem é natureza e que a natureza incorpora o humano. Considerando, neste sentido, a sustentabilidade como socioambiental.

Deste modo, a questão norteadora que os capítulos desta dissertação tentam responder é: como se configura a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais e quais são as interferências de fatores ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos na atividade pesqueira desenvolvida na comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda/Se?

O primeiro capítulo descreve o cenário da pesquisa apresentando o contexto no qual está inserida a ilha Mem de Sá, justificando a escolha de uma pequena comunidade pesqueira e a importância do estudo, como também explicita os instrumentos de coleta de dados utilizados e o tipo de análise realizada.

O segundo capítulo de cunho puramente teórico destaca as múltiplas concepções de natureza construídas socialmente, a formulação do desenvolvimento sustentável e o contexto sociológico e as implicações da cultura e do conhecimento tradicional no seio da sustentabilidade. Pontuado, especialmente, no que se refere ao conhecimento tradicional, que as etnociências compõem uma parte significativa da análise compreensiva.

O terceiro capítulo centra-se na dinâmica socioambiental que configura o território de pesca na ilha Mem de Sá, assim como, na identificação das transformações provenientes do litoral sul de Sergipe na tentativa de desvendar os riscos que circundam a referida comunidade com base nos indicadores de sustentabilidade da dimensão social e ambiental.

O quarto capítulo discute as tramas evidenciadas na lida diária da atividade pesqueira na ilha Mem de Sá tentando estabelecer os elos relacionais entre ambiente e cultura, bem como, os impasses amalgamados desta relação. Neste capítulo estão inseridas as análises do indicador econômico e político.

O quinto capítulo pautado no patrimônio imaterial plasmado no âmago da tradição local evidencia as devidas conexões da organização da comunidade em torno do ambiente de pesca, bem como, tenta descobrir as limitações desta relação. Este capítulo abarca a dimensão cultural/espiritual dos indicadores de sustentabilidade.

E por fim, o sexto capítulo expressa as considerações finais do estudo proposto, destacado o esforço para que as conclusões não estejam embasadas no simples olhar do pesquisador sobre a realidade da ilha Mem de Sá, pois no tracejar de todo o percurso interpretativo construído, a intenção sempre foi a de entender a lógica de vida dos pescadores artesanais capturada em sua essência e compreendida pela sua própria luz.

Portanto, a pesquisa proposta é indissociável do conhecimento tradicional emanado das teias de relações da comunidade Mem de Sá, seja com os membros de sua coletividade interna e externa seja com o ambiente de sua vivência, contudo, sendo a sustentabilidade socioambiental favorecida ou até mesmo limitada de acordo com o modo de vida construído.

CAPÍTULO I

CENÁRIO DO ESTUDO

1.1 A construção e a justificativa do objeto de pesquisa

A construção de uma pesquisa científica não parte de uma escolha aleatória de investigação e nem tão pouco é desprovida dos sentimentos, aproximação ou repulsa do pesquisador quanto ao seu objeto de estudo.

Deste modo, o contato da autora com a comunidade Mem de Sá começou a ser estabelecido ainda no decorrer do curso de graduação em ciências sociais, quando a mesma iniciara o estágio extra-curricular na Embrapa Tabuleiros Costeiros – Projeto Gestão Ambiental na Reserva do Caju – mais especificamente no plano de ação 02 – Realização do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP – do entorno da Reserva Ambiental do Caju, campo Experimental de Itaporanga, no período de 2006-2008.

No desenvolver das ações referentes ao DRP foi sendo construída uma relação de proximidade com a comunidade supracitada, como também, foi se estabelecendo um bom relacionamento com os comunitários que trabalhavam na sede da Reserva. No entanto, o impulso concreto para a elaboração da proposta de dissertação ganhou maior escopo e atenção quando da inserção da autora no Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá – também no âmbito da Embrapa Tabuleiros Costeiros, deste modo, como uma inquietação surgiu à vontade de pesquisar cientificamente a maneira como uma pequena comunidade tradicional, situada em uma ilha, que tem a pesca como principal fonte de renda estabeleceu ao longo do tempo a sua lógica de sobrevivência.

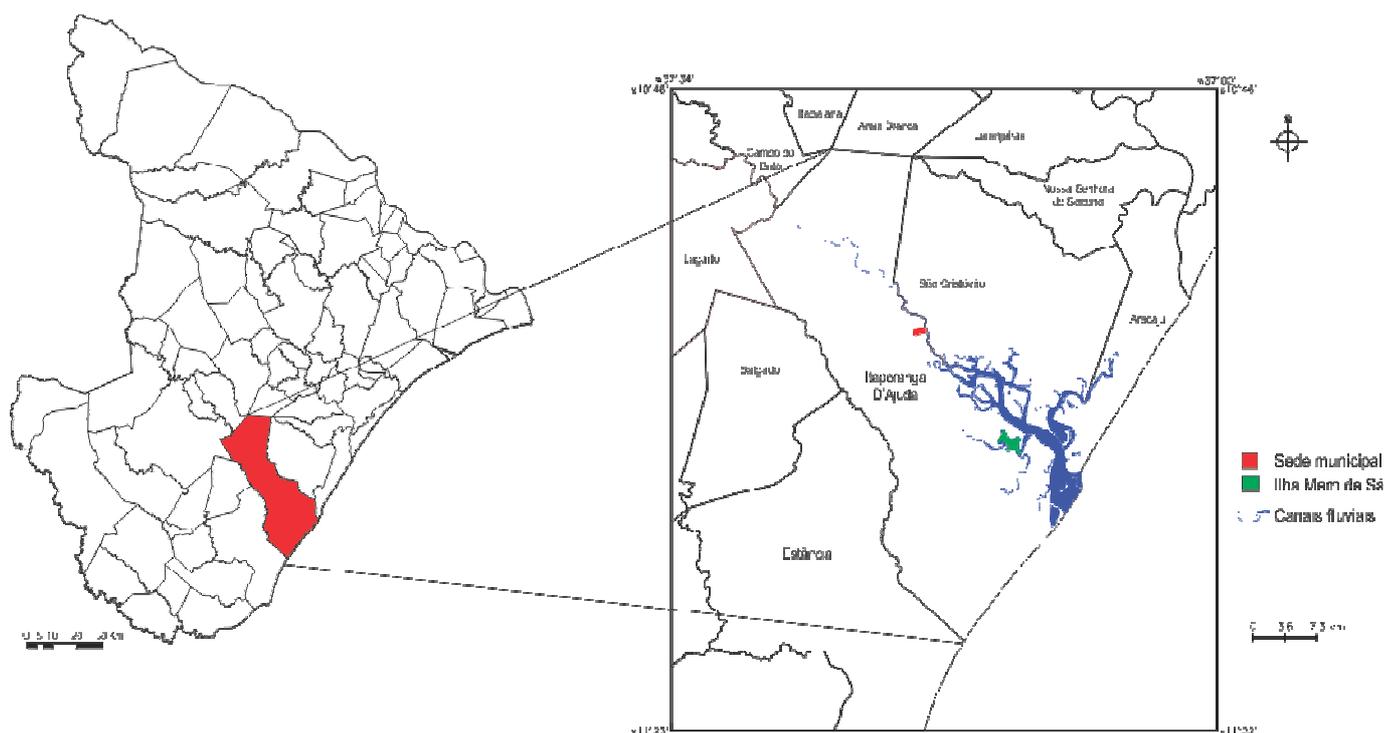
Contudo, diante na eminente crise planetária buscou-se estudar se a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá poderia ser um instrumento de fortalecimento social e de interação com ambiente, visto que, eram ressaltadas as relações recíprocas entre ambiente e cultura emanadas do ambiente pesqueiro evidenciado no conhecimento tradicional. Sendo este o aspecto inovador da proposta apresentada, a ênfase no conhecimento tradicional como elemento norteador da sustentabilidade.

Portanto, justifica-se a relevância do estudo pela contribuição de pesquisas que partem da caracterização de sistemas locais e permitem que estes colaborem tanto para a internalização de propostas que favoreça a edificação ou manutenção do equilíbrio

socioambiental quanto para a formulação de alternativas fundadas nos pressupostos sustentáveis.

1.2 Caracterização da área de estudo

Figura 1 - Localização do cenário do estudo



Organização: Rodrigo Lima

Fonte: Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos de Sergipe- SEPLAN-SRH, 2004

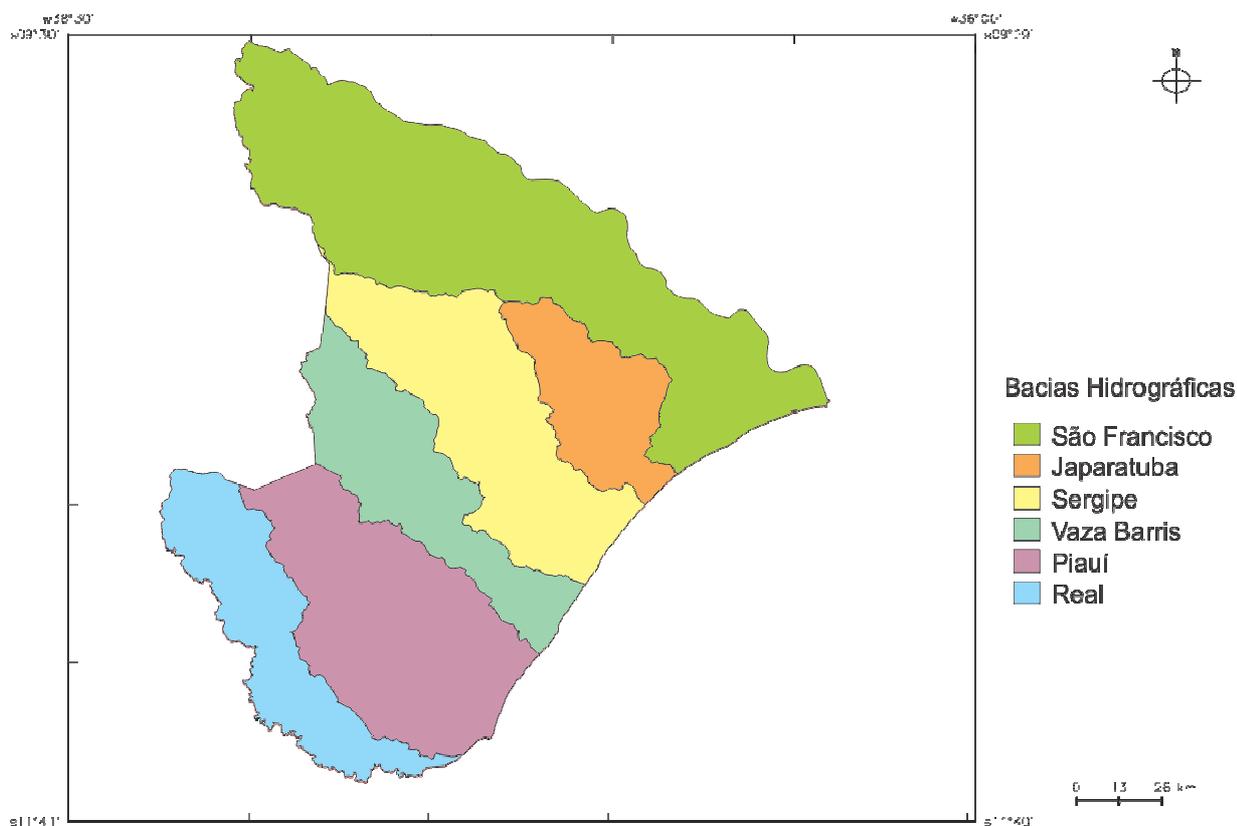
O Estado de Sergipe, situado no Nordeste brasileiro, possui uma população de aproximadamente 2.068.030 habitantes, área territorial 21.918,354 km², distribuídos em 75 municípios, tendo como capital Aracaju (IBGE, 2010).

O município de Itaporanga D'Ajuda localiza-se a 29 quilômetros de Aracaju na Mesoregião Leste Sergipana. Itaporanga é topônimo de origem tupi e significa 'Pedra Bonita' - ita é 'pedra' e poranga é 'bonita', foi morada de índios tupinambás, sob o comando do cacique Surubi, às margens do Rio Vaza-Barris. No início da povoação houve um longo período de disputa com lutas entre portugueses e indígenas, perdurando, inclusive, durante a ocupação holandesa. Somente em 1753, Francisco de Sá conseguiu montar um grande engenho, o Itaporanga. Também existiam grandes plantações de mandioca, e assim, no rio Vaza-Barris, vários portos foram construídos para escoar a produção. Em 1845, a povoação atingiu categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda.

Os primeiros resultados do censo 2010 revelam que a estimativa da população é de aproximadamente 30.430 habitantes, destaque para as atividades econômicas a agricultura e a indústria, tendo como principal bacia hidrográfica a do Rio Vaza-Barris que desde o início da povoação do município imprime a sua importância.

O Estado de Sergipe possui seis bacias hidrográficas, conforme se pode visualizar na figura 2.

Figura 2 - Localização das bacias hidrográficas no Estado de Sergipe



Organização: Rodrigo Lima

Fonte: Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos de Sergipe- SEPLAN-SRH, 2004

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH – o rio Vaza-Barris nasce no município de Uauá, no estado da Bahia, numa elevação de aproximadamente 500m, o comprimento total é de 3.300 km, dos quais apenas 152 km estão no Estado de Sergipe. A área total da bacia hidrográfica é de 17.000 km². Sua maior parte está no Estado da Bahia, apenas 15%, ou seja, 2.559 km² localiza-se no Estado de Sergipe, cobrindo 11,6% da área do Estado, apesar de sua significativa área hidrográfica, a descarga na Bahia é intermitente e é apenas no Estado de Sergipe que o Vaza-Barris se torna um rio perene.

O estuário do rio Vaza-Barris situa-se no litoral sul do estado de Sergipe, ao sul da região metropolitana de Aracaju. Diegues (2002) retrata que o referido estuário, assim como a Barra de Estância, compreende ecossistemas de manguezais, tabuleiros, bem como, remanescentes de Mata Atlântica, destacando-se como produtos destes, a madeira do mangue, o pescado e o petróleo e como atributos atrações turísticas e diversidade cultural, marcada pela cultura de pescadores artesanais.

Tendo a pesca como principal fonte de renda e vida para os seus habitantes a população da ilha é de aproximadamente 260 pessoas e a maioria dos pescadores é registrada na Colônia Z-9, em Itaporanga D’Ajuda. Algumas casas da comunidade são de taipa, porém, muitas delas já são de alvenaria. A comunidade possui uma pequena escola (Escola Municipal Waldemar Fontes Cardoso), uma nova casa de farinha, uma igreja católica, uma igreja evangélica e os moradores estão organizados em uma Associação comunitária. A localidade tem energia elétrica, mas a água não é suficiente para o abastecimento permanente de todas as moradias. Recentemente houve a retomada do Grupo de Samba de Coco e do Reisado, bem como, no mês de dezembro ocorre a tradicional festa da padroeira do povoado, Santa Luzia, que por sua vez, precede a Festa do Caranguejo, realizada na última década pelos moradores da ilha (EMBRAPA, 2007).

Figura 3 – Pescadores artesanais da Ilha Mem de Sá



Fonte: Projeto “Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá” - Itaporanga D’Ajuda/Se - EMBRAPA -Tabuleiros Costeiros.

1.3 Instrumento de coleta de dados

A pesquisa científica realizada é classificada quanto a sua natureza por uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos (SILVA; MENEZES, 2001).

Tem uma abordagem qualitativa e quantitativa. Justifica-se a abordagem qualitativa por entender a natureza social do objeto de pesquisa e a base quantitativa pela intenção de garantir precisão aos resultados pretendidos (RICHARDSON, 2009). Desse modo, considera-se que as abordagens metodológicas utilizadas são complementares, não tendo a preponderância de uma em detrimento de outra.

O trabalho de campo foi realizado em um longo período (iniciou-se em março de 2009 com término em novembro de 2010), por dois motivos principais: devido à complexidade da temática abordada, como também, pelo próprio contexto da investigação científica – uma comunidade de pescadores artesanais – a qual tem um ritmo de vida diferente e requer antes mesmo da entrada do pesquisador para coleta de dados, um tempo de adaptação a realidade local.

É importante ressaltar que, a viabilidade dos instrumentos de coleta de dados utilizados esteve sempre ancorada na parceria com Embrapa Tabuleiros Costeiros – com o projeto “Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá”, liderado pelo pesquisador Fernando Fleury Curado e cujo objetivo geral é favorecer a gestão participativa do povoado Mem de Sá, criando mecanismos para a potencialização das atividades produtivas e a identificação de novas estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável por sua população tradicional.

Deste modo, foi necessária a utilização de instrumentos de pesquisa como: observação direta, tornando-se instrumento primordial em todo o desenvolver do estudo. Contudo, a distinguimos em dois procedimentos, a saber, livre e elaborada.

A observação direta livre, ou seja, aquela aleatória, sem preocupação com fatos, situações e sujeitos específicos foi um procedimento utilizado em visitas a comunidade, as quais não eram realizadas reuniões formais entre a equipe de pesquisadores e a comunidade, como também, na observação geral do cotidiano.

Figura 4 – Moradores da Ilha Mem de Sá assistindo filme



Fonte: Projeto “Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá”- Itaporanga D’Ajuda/Se- EMBRAPA -Tabuleiros Costeiros.

Um dos momentos de utilização da observação direta livre foi o Cine Ilha, o mesmo teve o intuito de integração da comunidade local aos pesquisadores do Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá. Em um telão montado na comunidade foi exibido o filme brasileiro “Espelho d’Água” (Figura 4), não havendo discussões de trabalhos, apenas um momento de confraternização e de sensibilização da comunidade para uma reunião no dia seguinte.

Já a observação direta elaborada, ou seja, previamente orientada por roteiro, basicamente foi utilizada em reuniões com grupos específicos da comunidade. Como, por exemplo, na reunião realizada com o grupo de apoio local¹ em 25/09/2009, pois um roteiro de observação foi previamente elaborado exclusivamente para este momento.

¹ O grupo de apoio local foi formado para facilitar a interlocução entre os pesquisadores do projeto Gestão Participativa da Comunidade Mem de Sá e comunidade geral. A escolha dos participantes do grupo de apoio foi de livre escolha da comunidade.

Figura 5 – Reunião do grupo de apoio - 2009



Fonte: Projeto “Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá”- Itaporanga D’Ajuda/Se- EMBRAPA -Tabuleiros Costeiros.

Também foi adotado um diário de campo, pois foi um procedimento valioso, presente em quase todas as visitas a comunidade, além disso, para composição dos saberes etnoictológicos e etnoecológicos esse procedimento foi de fundamental importância, pois eram anotadas geralmente as inúmeras dúvidas sobre o ambiente de pesca para posterior verificação com os pescadores artesanais.

Foram realizados roteiros de entrevistas com diferentes segmentos da comunidade, os quais foram denominados de informantes, escolhidos segundo critérios previamente estabelecidos:

- Informantes sobre as festas religiosas:

Primeira etapa: 1º ser reconhecido na comunidade como participantes das festas religiosas; 2º ser membro das famílias de moradores mais antigos da comunidade. Foram realizadas 4 entrevistas com 4 informantes.

Segunda etapa: 1º ter pouca participação nas festas religiosas. Foi realizada 1 entrevista com 2 informantes.

- Informantes sobre as manifestações culturais: 1º ser membro das famílias de moradores mais antigos da comunidade e brincantes das manifestações culturais. Foram realizadas 2 entrevistas com 2 informantes.

- Informantes sobre a pesca artesanal: 1º ser nativo; 2º longa experiência na atividade de pesca; e, 3º ser adulto ou idoso. Foram realizadas 4 entrevistas com 4 informantes.

É importante ressaltar que, os roteiros de entrevista nem sempre esgotavam a temática em apenas um dia. Nesse sentido, a realização dos mesmos por vezes, continuou por vários dias. Sendo alguns gravados em material áudio-visual.

Neste ínterim, também foram realizadas reuniões de devolução de dados², instrumentos utilizados tanto para averiguações das entrevistas e questionários quanto para informar e discutir junto com a comunidade os dados coletados a cada etapa concluída. Em geral, essas reuniões aconteciam, primeiramente com grupos específicos da comunidade, a exemplo do grupo de apoio local, ou com grupos de informantes, já elencados, para posterior realização de reunião com a comunidade geral.

Figura 6 - Reunião de devolução de dados com grupo específico de pescadores artesanais na comunidade Mem de Sá



Fonte: arquivo pessoal, 2010

A fim de atender aos critérios de precisão e correção amostrais, no tocante a realização dos questionários estruturados, seguiu-se a amostragem aleatória simples, com um nível de confiabilidade de 95% e uma margem de erro máxima permitida de 5% com dois

² No âmbito do projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Embrapa Tabuleiros Costeiros.

devios-padrão, assim, obteve-se uma amostra de 60 residências, que foram visitadas para entrevista com um morador adulto que atendesse ao pesquisador e permitisse seu ingresso na residência para aplicação do questionário³. Este questionário refere-se as condições básicas de vida na comunidade Mem de Sá e está inserido em um plano de ação específico, do projeto supracitado, e foi relativo a elaboração parcial do Diagnóstico de Rápido Participativo da Comunidade Mem de Sá.

95%			$n_0 = \frac{z_{\alpha}^2 \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{e_0^2 (N-1) + z_{\alpha}^2 \hat{p} \cdot \hat{q}}$
z	1,96	68,1884	
p	0,5	1,1354	
q	0,5	60	
N	71		
e	5%		
N-1	70		

O segundo questionário⁴, específico sobre o associativismo na comunidade Mem de Sá, também seguiu os procedimentos adotados no questionário anterior, contudo, o universo amostral foi menor, pois foram utilizadas como referência somente as casas já visitadas, com uma ressalva para afastar-se dos grupos familiares, a cada casa visitada e aplicado o questionário semi-estruturado a um morador adulto e membro da associação de moradores, pulava duas casas para ser realizado novo procedimento, contabilizando, 18 questionários.

O georreferenciamento também foi utilizado para a identificação de pontos de pesca na desembocadura do rio Vaza-Barris, com auxílio de um informante nativo e de estudantes do curso de engenharia de pesca da Universidade Federal de Sergipe e estagiários da Embrapa Tabuleiros Costeiros⁵. Com registro das informações em áudio e material fotográfico.

Por fim, foram utilizados documentos técnicos como o *Diagnóstico* da Pesca Artesanal da Ilha Mem de Sá e o Diagnóstico da Comercialização do Pescado da Ilha Mem de

³ Compõem a equipe responsável pela aplicação do questionário os estagiários do *Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da ilha Mem de Sá*- Wilson Segundo (graduando em comunicação social) e Lanna Cecília (graduanda em engenharia agrônômica).

⁴ Também no âmbito do *Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da ilha Mem de Sá* - teve como equipe responsável Wilson Segundo (graduando em comunicação social) e Lanna Cecília (graduanda em engenharia agrônômica), Priscila de Oliveira Souza (graduanda em psicologia) e Miria Cássia Oliveira Aragão (mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, autora deste estudo).

⁵ O pescador artesanal escolhido para este roteiro foi o pescador conhecido como Brando e os estudantes de engenharia de pesca são Breno Aurélio e Ivaldo Júnior.

Sá, no escopo do referido projeto da Embrapa Tabuleiros Costeiros⁶, bem como, as orto-fotos cartas utilizadas são de autoria de Luciano Santana em monografia defendida no curso de engenharia florestal da Universidade Federal de Sergipe em 2010.

1.4 Tratamento e análise dos dados

Este trabalho como explicitamente enfatizado é de cunho analítico interdisciplinar. A observação direta, a transcrição das falas dos entrevistados e as anotações no diário de campo evidenciaram não somente uma comunidade que vive na ilha Mem de Sá, mas uma comunidade que vive da pesca da Ilha Mem de Sá. Esta é uma constatação que permeia toda a contínua interpretação guiada sempre pelos informantes locais.

As peculiaridades foram descobertas através do questionário e do roteiro de entrevista ao passo que, as informações culturais puderam ser compreensíveis no âmbito da realidade local. Os questionários, compondo a base principal para a construção da maioria dos indicadores de sustentabilidade, tiveram a tabulação dos dados e geração de gráficos possibilitada pelo pacote de programas Office da Microsoft. E demonstraram o sentido proposto por Melo e Souza (2007), pois a elaboração e aplicação de indicadores de sustentabilidade permitem evidenciar estratégias de etnoconservação, como também, de possíveis conflitos entre os diversos atores atuantes na área de estudo.

Deste modo, conjuntamente com os demais procedimentos metodológicos, apreender a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá tornou-se um desafio, posto entre as angústias da realização de um longo trabalho de campo e o esforço de analisar o contexto dos pescadores artesanais, não pela ênfase de adaptação às condições de sustentabilidade, mas pela busca do encontro entre uma maneira de viver diferenciada pautada em concepções internas e que pudesse se coadunar com um desenvolvimento capaz de melhorar a realidade vivenciada sem comprometer as gerações futuras.

⁶ Os dois documentos técnicos foram realizados pelos estagiários Breno Aurélio e Ivaldo Júnior.

CAPÍTULO II

AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: O DILEMA CONTEMPORÂNEO

Compreender o emblemático processo em que se apóia a relação entre ambiente, sociedade e desenvolvimento não é tarefa fácil e nem tão pouco exclusividade de um campo do conhecimento, visto que, além da complexidade de aspectos envolvidos as concepções e teorias formuladas são construtos sociais e dizem respeito a contextos diferenciados amalgamados por apropriações intrínsecas ao seio da relação natureza-cultura-ambiente-sociedade. Este capítulo de cunho teórico apresenta algumas das concepções sociais de natureza, seguido da ênfase na elaboração do desenvolvimento sustentável e de sua incorporação na teoria social contemporânea, assim como, destaca a cultura e o conhecimento tradicional como possíveis faces da sustentabilidade.

2.1 Natureza: a construção social da concepção natural

De acordo com Gonçalves (2005), toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada ideia do que seja natureza. Neste sentido, o conceito de natureza não é natural, uma vez que sendo criação dos homens constitui um dos pilares, através do qual eles erguem as relações sociais, produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

A partir de tal pressuposto, começa-se a tecer o pensamento de que o conceito de natureza está no envoltório de um longo ciclo, ou seja, as sociedades humanas, dotadas da capacidade de produzir cultura formulam a construção social de natureza, e a mesma, em diferentes compreensões, influencia o modo como os membros sociais humanos vivem, produzem e se reproduzem.

Heemann (1998) enfatiza que o signo natureza vem sendo empregado, combatido e defendido desde a Grécia Antiga, passando pelo medievalismo e modernismo, para na contemporaneidade assumir o palco das atenções. A problemática ambiental, que surge nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, traz em seu bojo a discussão sobre a edificação dos conceitos de natureza, convencionados socialmente, e suas implicações no modo de desenvolvimento das diversas sociedades humanas.

Deste modo, faz-se necessário evidenciar algumas das concepções de natureza, como também, a influência destas em diferentes contextos, pois, a diversidade de enfoques

produzidos impossibilita qualquer análise unilateral demonstrando, desde o presente, a dificuldade para a explanação da relação natureza e sociedade.

De acordo com Diegues (2000), na antiga Grécia, a natureza era percebida como o domínio do selvagem, do irracional, das forças femininas que contrastavam com a cultura racional organizada pelos homens.

A formulação originária de natureza, no pensamento filosófico pré-socrático, parte da apreensão da coisa presente, em si mesma, auto-emergente, ou seja, visão de natureza como *Physis*⁷. Entretanto, a concepção aristotélica orientava-se de modo teleológico, isto é, a natureza como algo que tem um destino além de si mesmo (MELO; SOUZA, 2007). Segundo os autores, em referência às duas concepções descritas, elas se entrelaçam a partir da segunda metade do século XIX, época na qual já se fazia notória a atuação predatória humana orientada pelo industrialismo no seio da acumulação capitalista no período da Revolução Industrial.

Hannigan (1995) salienta que à medida que a Europa e a América se tornam mais urbanizadas no final do século XIX, as visões de natureza começam a passar por uma importante transformação. Em particular, o conceito de “natureza selvagem” como ameaça para a fixação humana que há muito predominava, deu lugar a uma nova, intensamente romântica, emergindo uma visão revista da natureza inalterada, em vez de uma ameaça, o selvagem era agora um recurso precioso.

No começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade do campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. Assim, a vida no campo tornou-se idealizada, sobretudo, pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. A influência de ideias românticas do século XIX tiveram, portanto, grande importância na criação de áreas protegidas, consideradas como “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 1996). A criação do primeiro parque nacional do mundo – *Yellowstone* – em meados do século XIX representa bem a discussão apresentada.

Nesse contexto, Diegues (2000) destaca a vertente denominada de “ecologia profunda”, base do movimento biocêntrico, cunhado em 1972, por Arne Naess, filósofo norueguês que teve a intenção de ir além do simples nível factual da ecologia como ciência, para um nível mais profundo de consciência ecológica. O termo Ecologia profunda (*deep*

⁷ Termo grego que significa "natureza física" e também "ordem natural". Na Antiguidade Grega opunha-se a *physis* ao *nomos* (leis ou costumes humanos) e debatia-se se as leis humanas (nomeadamente éticas e políticas) estavam inscritas na natureza das coisas, ou se eram meras convenções (AIRES,2003).

ecology) foi cunhado nos anos 70, no início do movimento ambientalista e advoga que toda a natureza tem valor intrínseco independente do utilitarismo.

Não obstante, é importante remontar que na Idade Média, cristalizou-se a concepção de natureza explicitada pelo pensamento clássico permitido dentro dos limites que reafirmassem aspectos doutrinários do catolicismo. Entende-se a natureza como lugar passageiro rumo à eternidade onde haveria a perfeição (MELO; SOUZA, 2007). De acordo com Gonçalves (2005), a assimilação aristotélica/platônica que o cristianismo fará em toda a Idade Média, levará à completa separação entre espírito e matéria.

No período Renascentista, marcado pelo desmantelamento do feudalismo, imbuído pelo humanismo e pelo desenvolvimento do racionalismo, acrescentam-se profundas alterações que repercutiram amplamente no estilo de vida e nos ideais da época. É notório, no contexto surgente, os esforços para a separação entre razão/fé, filosofia/teologia, marcando também uma revolução no pensamento científico, ou melhor, o surgimento da ciência moderna arraigada na perspectiva de inovações úteis para a vida da humanidade.

De acordo com Abrantes (1998), os séculos XVI e XVII foram cenários de modificações radicais nas imagens de natureza e de ciências herdadas na antiguidade. Era profunda a incompatibilidade entre as novas propostas em cosmologia (física celeste) e em mecânica (física terrestre), e aquelas articuladas nesses domínios por Aristóteles. Ocorreu nesse período, não somente uma revolução astronômica – que substituiu o geocentrismo pelo heliocentrismo e, de modo mais geral, uma revolução cosmológica, que substituiu um mundo finito por um universo infinito – mas, também uma revolução na então chamada física terrestre. Está última, que culminou na nova mecânica galilaico – newtoniana, pode ser vista como uma decorrência da revolução astronômica e cosmológica.

A ciência moderna, considerada fortemente tecnológica e quantitativa, nasce vinculada à ideia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la. Ela torna-se não apenas contemplação da verdade, mas, sobretudo, o exercício do poderio humano sobre a natureza (CHAUÍ, 2002).

Nesse sentido, Galileu Galilei (1564-1642) considerado por Mariconda (2006), um dos fundadores do método experimental, procura na natureza regularidades matemáticas expressáveis, as chamadas leis da natureza, e o método de certificar-se de sua verdade através da realização de experimentos.

Já Francis Bacon (1561- 1626) formula suas teorias segundo Japiassu (1995), numa Inglaterra onde já se faziam notar os primeiros efeitos do Renascimento, marcada também pelo cisma religioso, cortado do centro da cristandade, da catolicidade da fé. Souza (2008), descreve

que Bacon costuma ser lembrado como um dos arautos da dominação do homem sobre a natureza, segundo a supracitada autora, Maquiavel havia dito em o *Príncipe*, que a fortuna é mulher e que gosta de apanhar, Bacon, teria dito algo semelhante destacando que a natureza é mulher, e que para conhecê-la é necessário atormentá-la. “[...] parte importante da meta da verdadeira ciência é a ampliação dos meios de na prática, intervir no mundo físico e controlá-lo, sistematicamente torcendo o rabo do leão [...]”. (CHALMERS, 1994, p. 44).

A citação acima reforça a concepção de ciência em Bacon, ou seja, o seu grandioso projeto consistiu no aumento do conhecimento, e este é o objetivo imediato de seus esforços e o tem como instrumento para a ação.

O homem pode à medida que sabe, deste modo, o saber para Bacon é um meio vigoroso e seguro para conquistar o poder sobre a natureza e não tem valor apenas em si mesmo. Para o supracitado pensador, o conhecimento advindo da descoberta das formas permite o domínio do homem sobre a natureza descoberta, promovendo a felicidade para a vida humana. De acordo com Souza (2008), Bacon está interessado em recuperar o que ele chama de contato direto entre a mente e as próprias coisas, o que implica em fazer a crítica de toda a tradição filosófica, sobretudo, de inspiração aristotélica, que produziu um saber abstrato e inútil sobre a natureza.

Isaac Newton (1642- 1727), proponente da lei da gravitação universal, criou um modelo de ciência pautado na utilização da análise e da síntese, por meio da indução, para explicar os eventos naturais, utilizou a observação dos fenômenos para construir as hipóteses que seriam testadas.

[...] a construção da natureza como algo exterior à sociedade... obedeceu as exigências da constituição do novo sistema econômico mundial, centrado na exploração intensiva dos recursos. Esta construção foi sustentada por um processo que veio a ser conhecido como Revolução Científica Moderna. De Galileu a Newton, de Descartes a Bacon, um novo paradigma científico emerge [...] (SANTOS, 2005, p. 26).

Deste modo, a noção de natureza fora da estrutura da sociedade, também influenciou a crença em uma ciência neutra e desprovida de interesses, permeando o desenvolvimento da nova era científica fortemente marcada por conexões econômicas. Os interesses sociais, culturais, econômicos e políticos e as próprias motivações, valores e anseios dos cientistas, estão ilusoriamente separados da ciência.

Essa concepção comunga com o sucesso da noção de natureza dessacralizada, já que não era mais povoada por deuses, pode ser tomada por objeto e já que não tem alma, pode ser

dividida, é uma natureza-morta, por isso pode ser esquartejada (GONÇALVES, 2005). O caráter racionalista imbuído no desenvolvimento da ciência moderna, arraigado na lógica e no modelo mecanicista das ciências naturais, tem implicações no conceito de natureza como algo controlável: máquina a ser operada pelo homem, visão antropocêntrica de mundo.

Merece também notoriedade o positivismo com o acirramento das proposições de controle e de experimentação dos fenômenos naturais e sociais, representando o auge da visão de progresso da humanidade, ainda que obtido à custa da degradação da natureza. Entretanto, enquanto reação ao positivismo no campo das filosofias racionalistas destaca-se o marxismo, cuja influência estende-se ao longo do século XX. Ao privilegiar as condições materiais como base explicativa das mudanças sociais, o marxismo via aspectos dialéticos na natureza, estes sendo também parte integrante do processo de reprodução social (MELO; SOUZA, 2007).

Karl Marx (1983), em *O Capital* destaca que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. A sociedade é regulada pelo trabalho e seu desenvolvimento dentro de formações sociais historicamente específicas.

Foster (2005) enfatiza que o componente essencial do conceito de metabolismo sempre foi a noção de que ele constitui a base que sustenta a complexa teia de interações necessárias à vida e viabiliza o crescimento. Entretanto, o metabolismo foi corrompido, ou seja, houve uma falha oriunda das relações capitalistas e pela separação antagonista entre cidade e campo, só podendo o mesmo ser solucionado com uma sociedade de produtores associados governando o metabolismo humano com a natureza de modo racional.

A natureza, escreveu Marx, não constrói máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, teares mecânicos etc. Estes são produtos da indústria humana [...]. O trabalho é o fogo vivo, que dá forma, é a transitoriedade das coisas, como a sua formação pelo tempo vivo (FOSTER, 2005, p.235).

Da leitura feita das obras de Marx (1983), sobressai a assertiva de não haver possibilidade de pensar a relação indivíduo-sociedade separadamente das condições materiais em que essa relação se apóia. E, embora o supracitado não tenha fornecido um corpo teórico sistemático sobre os problemas ambientais, não se pode negar que a natureza é um tema privilegiado em suas análises, inclusive, a relacionando com a produção e reprodução social⁸.

⁸ Esta reflexão foi feita a partir do artigo “A Natureza da Natureza em Marx” de autoria de Cristiano Wellington Noberto Ramalho, Professor adjunto de sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

No entanto, já eram evidentes os sinais de que o modelo de racionalidade científica, em alguns de seus traços principais, atravessava uma profunda crise, pois à medida que não conseguiam dar respostas adequadas aos problemas cada vez mais complexos e globalizados que se impunham, a exemplo dos problemas ambientais. A crise emerge quando uma nova etapa de descobertas demonstra que o modelo vigente não é capaz de captar as subjetividades dos fenômenos sociais (SANTOS, 2009).

Deste modo, faz-se importante o destaque do pensamento holístico⁹ remontando a concepção de homem encontrada em Heráclito, tendo o mesmo como servo do lugar, em oposição à concepção racionalista de homem como o senhor do jardim, e as filosofias do significado que surgiram ao longo do século XIX, como a Fenomenologia e a Hermenêutica, numa tentativa de erigir uma nova tessitura complexa e multifacetada que possibilite avançar na superação da crise da racionalidade científica, erguida no topo da modernidade, desencadeada no corolário atual de desenvolvimento sustentável (MELO; SOUZA, 2007).

Neste sentido, é preconizada segundo Capra (1982), uma visão sistêmica de mundo, ecocêntrica, ou seja, não existe hierarquia, pois nenhum organismo é menos importante ou menos essencial existindo uma total interdependência e reconhecendo a co-evolução dos organismos e do meio ambiente.

Portanto, a maneira como se formula o conhecimento ambiental torna-se, conseqüentemente, base dos direitos básicos, responsabilidades e respostas em relação à tecnologia, natureza e sociedade (HANNIGAN, 1995). Assim, é preciso compreender o contexto no qual se edifica o desenvolvimento dos modelos societais, esse complexo processo envolve uma gama de dimensões que devem internalizar a capacidade constante de modificação das concepções que se reconfiguram nos construtos sociais.

2.2 O desenvolvimento sustentável: o embate atual

No âmbito da construção dos conceitos que tem como moldura a concepção socialmente edificada de natureza destaca-se o desenvolvimento sustentável, pois no atual momento o mesmo encontra-se no centro dos debates sobre o modelo de desenvolvimento

⁹ O termo *holismo* vem do grego *holos*, quer significa todo, tudo. É a ideia de que as propriedades de um sistema não podem ser explicadas apenas pela soma de seus componentes.

escolhido pela sociedade contemporânea. Ressalta-se que, muitas teorias foram formuladas e diversos debates ainda estão por acontecer, porém, a constatação de que o ser humano na construção de sua evolução pouco considerou os limites de suporte dos recursos naturais é um fato irrefutável e coloca em risco a sobrevivência planetária.

Compreender o tecer das relações sociais que produzem as lógicas de organização societal requer a incorporação de análises que permitam interpretar as transformações dos ambientes naturais e construídos. E este envoltório requer um pensamento complexo integrado à metodologia de pesquisa interdisciplinar.

Não obstante, a sociedade humana no desencadear de seu percurso sempre buscou observar e explicar os fenômenos criando diversas formas de conhecimento. O conhecimento científico, como destacado do item anterior, é definido como sendo um conjunto de atividades intelectuais, experimentais e técnicas, realizadas com base em métodos (CHAUÍ, 2002). Contudo, é reconhecido que os campos do conhecimento desenvolvidos no âmago da ciência moderna, as chamadas ciências duras, pouco consideraram as limitações dos recursos naturais e menos ainda as subjetividades envolvidas na esfera da construção do conhecimento.

Neste cenário, foi pouca a ênfase ao estudo das relações humanas, pois, só a partir de meados do século XIX que estrutura-se a maior parte das ciências humanas, e como o campo científico da época apenas contemplava as disciplinas de lógica, matemáticas e ciências naturais, as ciências humanas nasceram para naquele momento serem empíricas e moldadas segundo as anteriores.

Dentre as ciências humanas surgentes sobressai à sociologia também chamada “ciência da crise”. Ressalta-se, sobretudo, que embora a sociologia tenha surgido no século XIX, não nasceu de repente nem resultou das requê de um único autor, pois é fruto de toda uma forma de conhecer e de pensar a natureza e a sociedade desenvolvida a partir dos séculos anteriores. Assim, tendo como moldura o século XV, período de relevantes transformações, a exemplo, da expansão marítima, das grandes navegações, da descoberta de outros povos, do comércio ultramarino, como também, o século XVI com a Reforma Protestante, com o cume para a grande ebulição a Revolução Francesa e a dissolução da sociedade feudal e emergência da burguesia (CARMO, 2007).

Com o desenvolvimento científico e tecnológico já a todo vapor, a nova sociedade provoca grandes mudanças, tomando maior fôlego com o impulso da Revolução Industrial iniciada no século XVIII. A sociologia buscou o entendimento da ordem estabelecida diante das transformações nas expectativas individuais e coletivas e na maneira de compreender a

realidade, deste modo, eclodiram novos hábitos, pensamentos, maneiras de agir, de ver e interpretar o mundo.

Entretanto, os problemas ambientais, embora já notórios a época, no âmbito da sociologia tiveram destaque e análises tangenciais e assim quando o Earth Day inaugurou o “Decênio Ambiental”, os sociólogos depararam-se com a circunstância de não terem nenhum corpo teórico ou investigação para guiá-los no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre sociedade e meio ambiente (HANNIGAN, 1995).

Conforme Goldblatt (1996), um dos motivos pelo pouco interesse das análises sociológicas sobre o meio ambiente foi justamente o caráter emanado de que a sociologia deveria surgir como um corpo de conhecimento distinto, então o seu tema dominante – a sociedade – teria de ser isolado do domínio da biologia e da natureza. Este foi precisamente o ponto de batalha dos argumentos metodológicos de Weber e também de Durkheim em menor proporção nos quais repudiaram todas as formas de determinismo biológico.

Assim, a herança bastante limitada dos clássicos em termo de interesse e discussão teórica sobre as questões ambientais é responsável, pelo menos em parte, pelo registro igualmente reduzido pelo ambiente demonstrado na teoria sociológica corrente de início e meados do século XX (GOLDBLATT, 1996).

Como também, o fato dos cientistas sociais considerarem o meio ambiente como tema específico dos cientistas naturais e a tentativa dos clássicos de separar a sociologia da biologia, foram ambos, resultados de uma divisão do trabalho ocorrida entre as ciências naturais e as ciências sociais no século XX, como também resultado de uma divisão do trabalho que estava acontecendo dentro das próprias ciências sociais (LENZI, 2006).

Goldblatt (1996) acrescenta ainda que, para a teoria social clássica, o problema ecológico fundamental não era as origens da degradação do ambiente, mas o modo como as sociedades modernas haviam conseguido ultrapassar esses limites ou, em certa medida, se haviam desligado das suas origens “naturais”.

Os três autores clássicos da sociologia, Marx, Durkheim e Weber, viram que o trabalho industrial moderno tinha consequências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo, mas não chegaram a prever que o desenvolvimento das forças de produção teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Não obstante, preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática (GIDDENS, 1991).

Entretanto, na sociedade contemporânea é notória a tentativa da elaboração de construtos sociais que (re) orientem a visão dominante de natureza e desenvolvimento, pois deve haver uma contenção para a avassaladora crise que desencadeou os mais desastrosos problemas socioambientais, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, quando houve um marco no impulso na conscientização dos seres humanos frente aos problemas ambientais.

Nessa perspectiva foi realizada *A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, em 1972 em Estocolmo. Segundo Sachs (2000), a conferência de Estocolmo colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional e pela primeira vez discutiram-se as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente apresentando a proposta do ecodesenvolvimento. Conforme Leis (1999), foi o Secretário-Geral de Estocolmo/72, em 1973, Maurice Strong, quem usou pela primeira vez a palavra ecodesenvolvimento para definir a proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, capaz de impulsionar os trabalhos do recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Daí por diante o termo foi largamente utilizado e reelaborado sendo a Conferência de Estocolmo seguida por uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com o Encontro da Terra no Rio de Janeiro.

Deste modo, o conceito do desenvolvimento sustentável foi sendo moldado e atualmente é uma das temáticas mais discutidas mundialmente. Sachs (2000), o define como sendo um desenvolvimento endógeno, auto-suficiente, orientado para as necessidades, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais e contempla oito dimensões para a sustentabilidade, quais sejam, social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Entre 1979 a 1980, o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizou, com a colaboração das Comissões Econômicas Regionais das Nações Unidas, uma importante série de documentos sobre desenvolvimento alternativo resultando no Relatório Brundtland “Nosso futuro comum” (CAMARGO, 2003). Neste ínterim, o relatório citado concebe como pressuposto um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Contudo, implicitamente o que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável é a definição de que o mesmo atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (LEIS, 1999). Pois, a evidenciação de uma catástrofe que põe em risco a vida no planeta aparece como

sintoma da crise da razão da civilização moderna, como uma crítica da racionalidade social¹⁰ e do estilo do desenvolvimento dominante.

De acordo com Negreiros (2003) o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como um paradigma propulsionado pelo ambientalismo que absorve novas tendências globais e novas perspectivas em relação aos caminhos que as sociedades deveriam tomar na necessidade de retornar a modos menos depreciativos de vida.

No entanto, ainda não há, ou talvez não se tenha, um consenso sobre a amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Giddens (2010), este é mais um lema do que um conceito analítico, porém, integra dois componentes, a saber, a sustentabilidade e o desenvolvimento. Neste sentido, a sustentabilidade implica que ao se lidar com problemas ambientais se está em busca de soluções duradouras, tem-se que pensar a médio e longo prazo e desenvolver estratégias que se estendam por essas escalas temporais, já o desenvolvimento tem dois sentidos, um que pode simplesmente significar o crescimento econômico, medido pelo PIB e outro se referindo aos processos econômicos que tiram pessoas da pobreza.

Já Camargo (2003) sustenta que as questões fundamentais que precisam ser consideradas em qualquer discussão relacionada ao desenvolvimento sustentável são: o bem-estar humano, o meio ambiente e o futuro, assim, temas como poluição, biodiversidade, exploração dos recursos naturais, efeitos climáticos, entre outros devem ser relacionadas tanto para análise quanto para a implementação de soluções.

Assim, o escopo da crise ambiental tem especificidades nunca antes discutidas, visto que, as chamadas sociedades modernas são completamente diferentes de qualquer tipo de ordem social anterior, e seu desenvolvimento gerou consequências que ultrapassaram de longe suas origens européias (GIDDENS, 2005).

Contudo, no último quarto de século, os sociólogos têm demonstrado uma maior preocupação com o meio ambiente relativamente ao que acontecia no passado, pois, muitos autores assinaram a necessidade de os sociólogos dedicarem uma maior atenção à questão ambiental, uma vez que os problemas ambientais enfrentados na atualidade teriam raízes em processos sociais (LENZI, 2006). Porém, o encontro da sociologia com a questão ecológica tem sido marcado por uma série de controvérsias.

¹⁰De acordo com Leff (2002), uma racionalidade social define-se como um sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto. Estas regras e estruturas orientam um conjunto de práticas e processos sociais para certos fins, por meios socialmente construídos, refletindo-se em suas normas morais, suas crenças, seus arranjos institucionais e em seus padrões de produção.

Falar em “ecologizar” a sociologia representou para muitos cientistas sociais, o risco de recair em algum novo tipo de reducionismo naturalista, uma vez que a defesa da preponderância do social em relação ao natural está na razão de ser da própria sociologia. No entanto, no final dos anos 70 e início dos anos 80, os sociólogos americanos Riley E. Dunlap e Willian R. Catton Jr., propuseram a criação de uma sociologia ambiental. Nessa proposta, o ponto de partida era justamente a crítica à ênfase da sociologia no social em detrimento do natural, colocando em dúvida o sucesso que o paradigma cultural teria alcançado nas Ciências Sociais (LENZI, 2006).

Muito embora, não tenha sido surpresa a dificuldade da incorporação das discussões ecológicas na formulação da teoria social contemporânea e da consequente resistência de alguns sociólogos sobre o tema, já que o pensamento de Catton e Dunlap não foi bem visto, precisamente por aqueles sociólogos, direcionados pelo Human Exception Paradigm – HEP, posto que os sociólogos americanos propuseram um novo sistema de pressupostos que tornaria a sociologia mais sensível à realidade ambiental, o qual chamaram de New Environmental Paradigm – NEP.

Para Hannigan (1995), Catton e Dunlap levaram a cabo uma cruzada para converter os sociólogos ao seu Novo Paradigma Ecológico (NEP) e tinham por objetivo eliminar de uma ponta a outra as divisões no âmbito da teoria sociológica. Conforme Lenzi (2006), as afirmações de Catton e Dunlap de que o mundo é finito e que existem limites físicos e biológicos que vão contra as práticas humanas, pode ser encontrado em obras de autores como Thomas Malthus (1798) *Essay on Population* e Garret Hardin (1968) *The traged of the commons*.

Esse novo paradigma foi propenso a ser visto com uma analogia acadêmica do pensamento dos “verdes”, mas em geral defendia uma abordagem menos “antropocêntrica” e mais “ecocêntrica”. Entretanto, até os próprios autores americanos reconheceram o pouco sucesso de seu empreendimento e sugeriram, de acordo com Hannigan (1995), o ressurgimento do interesse renovado da sociologia pelas questões ambientais, nos anos 1990, especialmente com análises de escopo global que estimulassem o âmbito não só nos Estados Unidos, mas internacionalmente.

Ulrich Beck atualmente é um dos teóricos sociais mais destacados, principalmente, depois da publicação da obra *Risk Society*, recentemente publicada em português. O destacado autor enfatiza que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada pela sociedade de risco, pois a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas da típica primeira modernidade. Beck (1997) concebe que

qualquer um que reconheça a modernização como um processo de inovação autônoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial, deste modo, o outro lado dessa obsolescência é a emergência da sociedade de risco.

Para Leis (2005), a perspectiva de Beck, na sociedade de risco a fé na ciência e na tecnologia como fontes de solução para todos os problemas da vida, assim como, a confiança na dominação e aproveitamento racionais da natureza, estão profundamente abalados. Destaca-se a perspectiva pessimista de Beck com relação à resolução dos problemas atuais mediante o desempenho da ciência e da tecnologia.

Deste modo, inaugura-se uma nova etapa da era moderna, no entanto, antigos problemas parecem ter tomado cada vez mais força, a exemplo dos problemas ambientais, os riscos ecológicos de grandes consequências podem provocar situações em que não há norma alguma que possa restringi-los a grupos sociais específicos. A sociedade de risco cria uma espécie de igualdade negativa, as pessoas tornam-se iguais não pelos direitos ou benefícios que alcançam, mas pelos males ambientais que compartilham (LENZI, 2006).

Assim, no sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, a sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo às ameaças produzidas até então na sociedade industrial (BECK, 1997).

Diante desta realidade, os estudos que perfazem o caminho de edificação do desenvolvimento sustentável não podem fugir do caráter dinâmico da sociedade vigente, pois as sociabilidades estão reconfiguradas, reinventadas e deslocadas, e este processo é indissociável de qualquer interpretação sobre as questões ambientais.

Também neste cenário, são relevantes os trabalhos de Anthony Giddens, dito como um dos sociólogos mais profícuos da atualidade, quer seja pela qualidade e temática de sua obra, quer seja por suas convicções políticas. Giddens reconhece a sociedade moderna como uma sociedade de risco, contudo, conforme o citado autor (1991), em vez de um período de pós- modernidade, é alcançado um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.

Não obstante, é impossível dissociar a constituição das sociedades modernas sem levar em conta as consequências dramáticas que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto à coletividade. O desenvolvimento das instituições modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno, no entanto, a modernidade também tem um lado sombrio, que se tornou aparente no século atual (GIDDENS, 1991). Vive-se em um mundo em descontrole, pois o desenvolvimento atual não

tem precedentes históricos, como também, são imprevisíveis as consequências da interferência humana, reforçando irremediavelmente os riscos.

Conforme Giddens (2007), risco refere-se a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras, pois é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa a mudança e que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo a religião, a tradição ou aos caprichos da natureza. Os riscos podem ser distinguidos em duas esferas: risco externo que é experimentado como vindo de fora, das fixidades da tradição ou da natureza e o risco produzido que é criado pelo impacto do crescente conhecimento sobre o mundo.

Ilustrações mais claras de risco produzido podem ser encontradas nas ameaças atualmente apresentadas ao ambiente. Uma das consequências da aceleração industrial e do desenvolvimento tecnológico tem sido a constante expansão da interferência humana na natureza. Deste modo, existem poucos aspectos do mundo natural que permanecem intocados pelo homem, a urbanização, a produção e a poluição industrial, os projetos de agricultura em larga escala, a construção de barragens e hidrelétricas e os programas de energia nuclear, são algumas formas de impacto sobre os ambientes naturais produzidos pelo homem (GIDDENS, 2005).

Neste contexto, são importantes tanto às análises sociológicas sobre as questões ambientais quanto uma maior aproximação das ciências sociais com as demais áreas de interesse e compreensão ambiental. Uma vez que, na época atual, é preciso uma nova orientação, um novo sentido que guie as populações na tentativa de uma edificação mais segura e comprometida com a preservação de todos os seres do planeta.

Entretanto, é preciso esclarecer que embora seja de grande contribuição as análises referentes à sociedade de risco e precisamente a ênfase dos riscos construídos, ressalta-se que as comunidades tradicionais não foram dizimadas da era moderna, ao contrário a cultura e os modos de vida desses povos podem ser revigoradas no atual cenário.

Tavolaro (2001) destaca que a discussão em torno do processo cognitivo que o “pensamento selvagem” traz, sugere aspectos elementares na relação do homem com o mundo natural, especificamente, no tocante aos padrões de comportamento do homem moderno frente à natureza. Saches no prefácio ao livro de Veiga (2006) enfatiza que o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto, ao qual não pode se limitar unicamente aos processos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera.

Deste modo, a humanidade não deve tomar da natureza mais do que a natureza pode repor, por sua vez, isso significa a adoção de estilos de vida e de desenvolvimento que

respeitem e funcionem dentro dos limites da natureza. Sendo este o grande desafio do desenvolvimento sustentável e o embate atual.

2.3 Cultura e conhecimento tradicional: faces possíveis da sustentabilidade

Compreendendo o ambiente pelo âmbito da contribuição sociológica, faz mister esclarecer o cerne da natureza humana. De acordo com Morin (1975), o homem é um ser cultural por natureza pelo fato de que é um ser natural por cultura, assim, desprende-se o entendimento de que não existe homem sem cultura, pois esta é a sua condição natural. No entanto, a cultura não é uma concepção estática nem permanente devido à infinita capacidade humana para a invenção.

No entanto, o fato de as sociedades humanas desenvolverem ao longo do tempo um patrimônio de saber sem o qual cada indivíduo no interior de uma sociedade-cultura não consegue viver, não quer dizer que os homens saltaram da natureza para a cultura, mas, ao contrário desenvolveram sua natureza (GONÇALVES, 2005).

Deste modo, para se compreender melhor essa particularidade humana é plausível abordar a cultura no âmbito da ciência, cujo homem é o próprio objeto de estudo. A antropologia começou a ter uma base conceitual sólida e um tratamento específico a partir do século XVIII quando constitui-se o projeto de sua fundação¹¹.

Segundo Lararia (2006), no final do século XVIII e no princípio do século seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo.

Foi com Edward B. Tylor (1832- 1917) que o vocábulo inglês *Culture* sintetizou os dois conceitos anteriores e o definiu como: tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Deste modo, Tylor marcava não só as possibilidades de realização humana através da designação do conceito de cultura, mas também enfatizava e reforçava o refutamento da ideia de aquisições biológicas inatas da mente humana.

¹¹ No século XVIII encontra-se a época que se pode apreender as condições históricas, culturais e epistemológicas de possibilidade daquilo que vai se tornar a antropologia (LAPLANTINE, 2000). Desse modo, podemos apenas falar em antropologia como disciplina autônoma no século XIX.

Entretanto, é bem verdade segundo Laraia (2006), que essa formulação já estava sendo germinada, talvez até antes de Jonh Locke (1632- 1704) em 1960, ao escrever *Ensaio acerca do entendimento humano* em que procurou demonstrar que ao nascer, a mente humana não é mais do que uma caixa vazia, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento¹².

A conceituação de cultura desenvolvida por Tylor é intimamente ligada a vertente evolucionista¹³ que abre os caminhos para o desenvolver da antropologia. Também merece destaque, nesse âmbito, a questão propriamente do *método* que é ainda bastante arraigado nas bases naturalistas¹⁴. No entanto, ao longo do percurso de maturação da antropologia, o distanciamento da concepção evolucionista quanto do método puramente indutivo fornece um desenvolvimento autônomo da disciplina, assim como, uma possível cisão entre os campos da natureza e cultura.

De acordo com o pensamento de Spencer, Morgan, Tylor e Lubbok, para mencionar alguns autores, a diversidade é explicada como sendo resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. Em seu livro *Primitive Culture* (1871), Tylor demonstrava que a cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois se trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução (LARAIA, 2006).

Predominava a concepção de história natural de que a cultura desenvolve-se de maneira uniforme, de tal forma que era de se esperar que cada sociedade percorresse as etapas que já tinham sido percorridas pelas “sociedades mais avançadas”, ou melhor dizendo, ocidentais. Entretanto, a primeira reação ao evolucionismo, até então denominado método comparativo, inicia-se com Frans Boas¹⁵ (1858- 1942). O método proposto baseia-se num estudo das mudanças dinâmicas na sociedade que podem ser observadas no tempo presente (BOAS, 2006).

É importante destacar que a concepção de estudo do homem em suas particularidades, definida por Frans Boas, desenvolve a teoria de que não há objeto nobre nem indigno de ser

¹² Este conhecimento era adquirido pelo indivíduo no processo de aprendizagem e educação em uma cultura desde a infância, ou seja, cada indivíduo adquire as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence, ninguém aprende, todavia, toda a cultura, mas está condicionado a certos aspectos particulares da transmissão de seu grupo (MARCONI, 2008)

¹³ O evolucionismo encontrará sua formulação mais sistemática e mais elaborada na obra de Morgan, este distingue três estágios de evolução da humanidade- selvageria, barbárie - civilização - cada um dividido em três períodos, em função notadamente do critério tecnológico (LAPLANTINE, 2000)

¹⁴ Os grupos sociais que começam a ser comparados a organismos vivos, podem ser considerados como “sistemas naturais” que devem ser estudados empiricamente, a partir da observação dos fatos, a fim de extrair princípios gerais, que hoje chamaríamos de leis (LAPLANTINE, 2000).

¹⁵ Representante da antropologia americana.

estudado cientificamente. Especialmente no âmbito das sociedades tradicionais, o referido, enfatiza que deve ser levado em consideração como os sujeitos pesquisados classificam suas atividades mentais e sociais. De acordo com Laplantine (2000), pode-se dizer que Boas enuncia a constituição do que hoje chamamos de “etnociências”.

Destaca-se que, para além das definições, vertentes e escolas antropológicas difundidas, os antropólogos ainda não conseguiram chegar a um consenso sobre o conceito de cultura. Para Cláude Lévi-Strauss¹⁶ o conceito mais atrapalha do que esclarece, pois a cultura deve ser estudada pela diversidade cultural, na obra – *O pensamento Selvagem* – o supracitado autor, estuda o modo de vida dos povos primitivos e é a partir desse trabalho pioneiro que começa a ser observada cientificamente as especificidades das culturas locais.

De acordo com o supracitado autor a ciência do concreto reconhece a importância dos mitos e ritos oferecendo modos de observação e reflexão que foram, e sem dúvida permanecem, exatamente adaptados a descobertas de tipos determinados, ou seja, a ciência do concreto tem suas limitações no âmbito dos resultados prometidos pelas ciências exatas e naturais, mas ela não é menos científica e nem seus resultados são menos reais.

A partir do estudo de Lévi-Strauss (1989) é possível pensar, mais do que isso, é possível tratar cientificamente as formulações humanas intrínsecas nas representações sensíveis que estabelecem conexões com a realidade de determinados povos ou grupos sociais. Neste sentido, se Frans Boas havia anunciado o princípio das etnociências, é com Lévi-Strauss imbuindo seu trabalho no sistema de classificação indígena que as mesmas respaldam o seu cerne, entretanto, as etnociências não foram, e ainda não são, amplamente bem vistas no cenário científico, precisamente devido ao reducionismo metodológico tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais.

Contudo, Diegues (2000) destaca que entre os enfoques que mais tem contribuído para estudar o conhecimento das populações “tradicionais” está a etnociência que parte da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, deste modo, os trabalhos de etnociência tem se desenvolvido em vários ramos (etnoecologia, etnobotânica, etnoictiologia, etnobiologia), em que as comunidades tradicionais desempenham papel fundamental.

Marques (2001) define que a etnoecologia é o estudo das interações entre a humanidade e o resto da ecosfera, através da busca da compreensão dos sentimentos,

¹⁶ Representante da antropologia estrutural.

comportamentos, conhecimentos e crenças a respeito da natureza, característicos de uma espécie biológica (*Homo sapiens*) altamente polifórmica, fenotipicamente plástica e ontogeneticamente dinâmica, cujas novas propriedades emergentes geram-lhe múltiplas descontinuidades com o resto da própria natureza.

Diegues (2000), no tocante a etnobiologia destaca que é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, enfatizando as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo, assim, presumi-se que cada povo possua um sistema único de perceber e organizar as coisas, os eventos e o comportamento.

Ressalta-se que o projeto da sustentabilidade¹⁷ deve considerar amplas dimensões de ação e análise, como a racionalidade ambiental cultural, ou seja, de acordo com Leff (2001), os valores culturais implícitos nas práticas tradicionais de diferentes formações sociais não só incorporam princípios de racionalidade ecológica, mas imprimem o selo da cultura na natureza por meio das formações ideológicas que determinam os processos de significação do meio, as formas de percepção da natureza e os usos socialmente sancionados dos recursos, vinculados a necessidades definidas culturalmente.

Ao considerar o conhecimento tradicional parte de um patrimônio cultural comungado ao ambiente vivenciado, ou melhor, parte dele, as etnociências estão na via alternativa da ciência, uma via sensível, inesperada, mas, com certeza bem mais próxima da comunhão entre homem e natureza.

Desta maneira, as comunidades tradicionais caracterizam-se pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; pela identificação do pertencimento a uma cultura distinta das outras e pela noção de território ou espaço em que o grupo social se reproduz econômica e socialmente por várias gerações (DIEGUES, 1994).

Ainda segundo Diegues (1998), as comunidades tradicionais além das indígenas, incluem os caçaras que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os caipiras, dos estados do sul; os varjeiros de rios e várzeas do Norte e Nordeste, as comunidades pantaneiras e ribeirinhas do Pantanal Mato-grossense; os pescadores artesanais, como os jangadeiros do litoral nordestino; as comunidades de pequenos produtores litorâneos de origem açoriana de Santa Catarina, entre outras.

¹⁷ Também entendida como desenvolvimento sustentável.

Assim, já existem dispositivos legais que também definem o âmbito das comunidades tradicionais, destaca-se o Decreto n.º 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, quais sejam: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Neste ínterim, estima-se que cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais atualmente no Brasil, ocupando 25% do território nacional, representados por caboclos, caiçaras, extrativistas, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Compreende-se que a maneira de viver dos povos tradicionais pode atuar em espaços e recursos de uso comum contribuindo para a manutenção das relações entre os seres vivos e o seu meio ambiente, pois está inserida numa perspectiva dinâmica pautada na sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, no enfoque de desenvolvimento local (SACHS, 1993).

Não obstante, os pescadores artesanais de acordo com Diegues (2004), realizam a pesca dentro dos moldes de pequena produção mercantil, nesta forma de organização, a principal característica é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo em vista a sua venda. No entanto, os pescadores artesanais são diferenciados dos pescadores/lavradores, os primeiros compartilhando da pequena produção mercantil simples, os últimos inseridos na pequena produção mercantil ampliada.

Assim, a pequena produção mercantil pesqueira ampliada, que tem como representantes os pescadores artesanais e possuem características como: o grupo doméstico apesar de importante, não constitui a base das unidades de produção e cooperação; a atividade pesqueira passa a ser a principal fonte de renda; a exploração dos ambientes marinhos e costeiros mais amplos exige conhecimentos mais específicos que os anteriormente usados pelo “pescador-lavrador”; há um avanço tecnológico importante como a introdução da embarcação motorizada, das redes de náilon, de novos processos de conservação e transporte de pescado etc.; e a figura do atravessador é gradualmente substituída pelas firmas de compra e financiamento da produção (DIEGUES, 2004)

Neste cenário, o estudo de grupos sociais intimamente ligados a atividade pesqueira artesanal e aos seus ambientes vem suscitando ricas abordagens sobre a temática. Segundo Ramalho (2006), Antônio Carlos Diegues é quem primeiro rompe, no Brasil, com a ideia da semelhança, que fazia dos pescadores camponeses marítimos, com base na construção de

categorias analíticas que demonstram diferenças entre os próprios pescadores, como descrito acima.

Ressalta-se também a relevância dos estudos dos autores: Forman (1967; 1970), Cordell (1974;2000), Mourão (1971), Gláucia Silva (2000), Alpina Begossi (1997) Lúcia Helena Cunha (1989; 2000), Simone Maldonado (1987; 2004) Marques (2001), Costa Neto (2001) , Ramalho (2006), Melo e Souza (2007), entre outras contribuições.

Deste modo, compreende-se que a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais pode colaborar para a promulgação da sustentabilidade, pois calcada no conhecimento tradicional a elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento apresentam-se coerentes com o planejamento comprometido com equilíbrio socioambiental e com a seguridade econômica, política, social e cultural da presente geração e das futuras.

Evidencia-se que o ato de capturar o peixe como principal meio da família, do pescador artesanal, está associado tanto com a aguda percepção do trabalhador, quanto com a capacidade de fazer os meios de produção próprios para essa extração, e com o desenvolvimento de técnicas corporais peculiares no manejo dos petrechos (VALÊNCIO; MARTINS, 2004). Uma vez que, o conhecimento dos pescadores artesanais é local, sendo transmitidos oralmente e pela experiência aos herdeiros ao longo do tempo, assim, deve-se ressaltar que a construção dos vínculos identitários não apenas se configuram pelas relações sociais, tendo o ambiente grande relevância na composição relacional da existência social.

Neste sentido, o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade; o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001). A territorialidade torna-se então, um espaço de trabalho, um patrimônio capitalizado pelo pescador em sua luta cotidiana, levando-o a crer numa posse por direito costumeiro de uso; a pleitear reconhecimento por parte de outros segmentos econômicos que buscam os ditos recursos comuns (FURTADO, 2004).

O sentido de pertença a um território é fundamental na organização de toda a vida comunitária. Segundo Ramalho (2006), pescador é aquele que conhece os caminhos do mar e do estuário, o que produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território, o ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultado da experiência e conhecimento da vida.

E esse conhecimento é vivenciado em aspectos peculiares decifrados, sobretudo, por uma coletividade que compartilha uma lógica de sobrevivência comum, repassada pela herança

e experiência. Marques (2001) reconhece que o percebido torna-se comunicável e assim as mensagens sobre o meio ambiente podem ser transmitidas, inclusive por meio de fragmentos mêmicos muito consistentes, como cantos, contos, advinhas, dísticos e etc. Na perspectiva do supracitado autor, na atividade de pesca existem conexões homem/mineral, homem/vegetal, homem/animal, homem/homem e homem/sobrenatural, as quais estabelecem bases conectivas para o jogo da própria existência dos pescadores.

Contudo, tais sistemas complexos de organização social somente existem pela ocorrência de um conjunto de regras e valores consuetudinários, através da “lei do respeito” e de uma teia de reciprocidades sociais onde o parentesco e o compadrio são relações importantes (DIEGUES, 2001).

Neste sentido, certamente é indubitável o avanço da crise da civilização ou do ambiente manifestada visivelmente nas condições de vida dos seres vivos e na destruição da manutenção dos ambientes naturais, pois não dá mais para continuar sem que se estabeleça uma nova visão de mundo, sobretudo, com o reconhecimento daqueles que já compartilham de um modo de vida fundado nas relações recíprocas entre ambiente e cultura.

CAPÍTULO III

ENTRELACES SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE MEM DE SÁ – ITAPORANGA D’AJUDA/SERGIPE

Este capítulo centra-se na dinâmica socioambiental que compõem o território de pesca na ilha Mem de Sá, assim como, na análise das transformações do cenário do litoral sul de Sergipe na tentativa de desvendar os riscos que circundam a referida comunidade com base nos indicadores de sustentabilidade da dimensão social e ambiental. Contudo, é necessário ressaltar que os entrelaces da relação sociedade e natureza destacados não podem ser compreendidos senão pelo que lhe pertence, pelo sentido de ser pescador artesanal.

3.1 O território e o sistema de uso comum dos recursos naturais

O início da povoação da comunidade Mem de Sá não é precisa, pois, muito da história oral se perdeu ao longo do tempo. Porém, de acordo com relatórios e projetos direcionados a área de estudo é constatada que a mesma originou-se por três famílias que, ao longo de várias gerações, estabeleceram uma profunda interação com o ecossistema local, fazendo da pesca a principal atividade econômica, além do preparo da farinha (cultivam mandioca e macaxeira) e do aproveitamento do coco (EMBRAPA, 2007).

Os moradores da localidade também não sabem a origem do nome da ilha e menos ainda o relacionam com o terceiro governador geral do Brasil, Mem de Sá. Contudo, é possível conjecturar que há uma relação entre a povoação da ilha e sua denominação, pois de acordo com depoimentos dos moradores mais antigos, esta era uma terra indígena, posto que os avôs, os bisavôs eram índios, e deste modo, a alusão a Mem de Sá pode ser em referência a um de seus feitos mais importantes que foi a pacificação de índios rebelados em várias capitanias no período colonial.

Contudo, é enfatizado com muito segurança pelos nativos que a pesca sempre foi elemento destacado como fundamento da organização da comunidade Mem de Sá. Os pescadores artesanais mais experientes falam que pescam desde que se entendem como gente, ou seja, aprenderam com os pais, com os tios, com os parentes mais próximos, e mais tarde com os companheiros de pesca, com os compadres, com os seus afins.

Deste modo, a ilha Mem de Sá, entre suas dimensões analíticas, pode ser estudada pela organização do território de pesca, visto que, não há como dissociar o modo de vida da comunidade da atividade de pesca artesanal desenvolvida. O território para esta análise é visto segundo a perspectiva proposta por Silva (2008) em que o mesmo se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível, assim o território é um espaço onde se projetou um trabalho e sua produção envolve relações de poder.

O pescador artesanal é o ator que projeta seu trabalho no espaço e edifica seu território. Na ilha Mem de Sá o território de pesca, alocado no espaço aquático, é permeado pelo acesso a espaços e recursos de uso comum, ainda que existam alguns segredos guardados pelos mais experientes pescadores, o espaço e o uso do território é compartilhado por toda a comunidade.

Deste modo, sistemas de acesso a espaços e recursos de uso comum perduram por um largo período de tempo em comunidades não-urbanas, caracterizando-se pela utilização comum de determinados recursos, como os peixes, plantas medicinais da mata, produtos do extrativismo vegetal (cipós, material de construção) e áreas de cultivo itinerante. (DIEGUES, 2001)

Os pescadores artesanais locais revelam o sentido de suas vivências, ou seja, as relações de pertencimento a um território perpetuam, reforçam e criam laços cuidadosos para com o ambiente e de partilha para com os seus semelhantes. Tal como descreve Boff (1999), cuidar é mais do que um ato, é uma atitude, portanto, abrange mais do que um momento de atenção, de zelo e de desvelo, representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.

O outro na ilha Mem de Sá também envolve o ambiente, elemento indissociável do fazer-se pescador artesanal. Pois, é peculiar a utilização do território de pesca, em que se acentuam relações sociais pautadas na afinidade, parentesco e compadrio amplamente recorrentes no seio da comunidade e que se expandem a um território comum de pesca.

As demarcações e uso dos pontos de pesca¹⁸ realizados pelos nativos refletem a sabedoria ecológica, ambiental e social permeados pelo acesso coletivo aos recursos naturais. Os pontos de pesca são reconhecidos em particularidades invisíveis a estranhos, ou seja, a leitura do ambiente de pesca somente é decifrada por aqueles que compartilham um pertencimento comum, também reconhecido como uma forma de apropriação do ambiente, relações de poder no território.

¹⁸ Também chamados de pesqueiros. De acordo com Begossi (2004), os pesqueiros são pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito, sendo então um território em seu sentido ecológico.

De acordo com Diegues (2001^a), em várias regiões litorâneas, existe a noção de espaços de uso comum, apropriados pelos pescadores locais através de engenhosos sistemas, e ainda que muitos desses “comunitários” tenham se desestruturado frente a expansão capitalista, existe exemplos recentes que mostram a capacidade não só de reagir, mas também em reorganizar-se, criando modos de vida e territórios de uso comum.

No território de pesca da ilha Mem de Sá destaca-se a arte de pesca¹⁹ camboa²⁰, não por ser a mais utilizada na comunidade, mas por contemplar grande parte dos pontos das demais, a exemplo da rede de emalhar²¹. Bem como, na análise dos pontos de pesca foram destacadas implicações socioambientais que mantêm grande relevância na organização do espaço, seja social, físico ou simbólico, pois a territorialidade manifestada tanto na exposição dos saberes locais quanto nas designações dos lugares “possuídos” revelam singularidades. Assim, a utilização das artes de pesca em determinados pontos revelam demarcações espaciais, mas que permite a utilização do território de pesca para toda a comunidade de pescadores.

Como também, é comum encontrarmos na localidade áreas com casas próximas seguidas de espaços mais esvaziados. Percebe-se que as famílias comuns aglutinam seus parentes nos quintais próximos, espaços de partilha. Tais sistemas, segundo Diegues (2001), apresentam forte dependência do uso de recursos naturais renováveis, permeados por arranjos e extensas teias de relações de parentesco, compadrio, ajuda mútua, normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intra-grupal.

Assim, na denominação dos pontos de pesca é emanada uma territorialidade pautada da unicidade entre homem e pesca, evidenciado nos saberes etnoecológicos. Identificam-se nos pontos destacados²² no quadro 1 tipos de mangues, cardumes de peixes, árvores frutíferas, espécies de animais, rios, riachos, acontecimentos do cotidiano, entre outros pontos em que os pescadores provavelmente garantirão uma boa pescaria.

¹⁹ A expressão arte de pesca está sendo utilizada como sinônimo de apetrecho ou petrecho, pois é como os pescadores artesanais denominam seus instrumentos de trabalho.

²⁰ A camboa pode ser pensada como uma das formas pelas quais certas áreas do mangue são temporariamente possuídas pelos pescadores, que detém os recursos pesqueiros que ficam presos em seu interior, trata-se de uma armadilha móvel em forma de cercado visando o aprisionamento do pescado (COSTA NETO, 2001).

²¹ Nesta categoria estão incluídos os tipos de redes que ficam verticalmente na coluna d’água, onde o peixe é emalhado, podendo ser de deriva, opera ao sabor das correntes, ou fixa pôr meio de fateixas.

²² Ressalta-se que os pontos de pesca destacados fazem referência ao estuário do rio Vaza-Barris, lugares reconhecidamente de pesca masculina. As mulheres, como veremos nos itens seguidos deste capítulo e do próximo, em geral catam ou pescam nas margens próximas da ilha.

Quadro 1 – Nomes catalogados dos pontos de pesca

Criminosa	Dois riachos
Gengibre	Mangue Isabel
Morador	Croa do massunim
Riacho dos bagres	Riacho do André
Porto do algodão	Alagados
Ponto do cabeçaço	Riacho da mangabeira
Mangue branco	Riacho do tanque
Enseada	Rato
Riacho da salina	Roçado
Pau d'arco	Rapa canela
Grel	Remanso
Laurinda	Da bomba
Entrada do mandú	Jorge
Tartaruga	Ilha do boi
Ribeira	Ponta da ribeira
Pão	Rumão

Fonte: trabalho de campo da autora, 2009.

Em particular os pontos do Grel e da Laurinda, assim como, a designação de nomes próprios fazem referência “a beirada” e delimitam relações simbólicas com o lugar de pesca entre o rio e terra, conectando relações de pertencimento a um lugar de alguém na terra que identifica um lugar de todos no rio.

Os pontos de pesca traduzem o que o ambiente tem de generoso a retribuir pelo tecer das relações sociais culturalmente construídas e estabelecidas pelos pescadores artesanais, verdadeiros rios de reciprocidades. Ramalho (2006) enfatiza que, o sentimento de pertença também se traduz, entre outros fatores, na capacidade que o pescador tem de descobrir as melhores rotas de navegação, os caminhos mais promissores para se tirar o que as águas têm de bom para oferecer.

Considera-se, neste sentido, que as relações sociais intimamente relacionadas ao ambiente e imbuídas no conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, podem ser elementos contribuintes para a proposta da sustentabilidade socioambiental local. Contudo, a dinâmica socioambiental do território da ilha Mem de Sá não deve ser apenas analisado por sua

lógica interna, uma vez que existem fatores extra-comunidade que tem, ou poderão ter, implicações na feitura da realidade vivenciada.

3.2 A (re) configuração do Litoral Sul de Sergipe

No Brasil a configuração do litoral contribui, significativamente, para o desenvolvimento da pesca, uma vez que devido sua extensão, apresenta uma série de ecossistemas que variam entre: campus de dunas, ilhas, recifes de corais, costões rochosos, baías, estuários, brejos, falésias e baixios. Desse modo, a riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam grandes “berçários” naturais, tanto para as espécies características desse ambiente, quanto para outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de vida (MELO; SOUZA, 2007).

Bem como, diante da grande diversidade ecológica descrita ressalta-se que a atividade pesqueira se faz dentro de suas próprias especificidades. De acordo com Silva (1995) devem ser considerados diversos fatores e diferenças estruturais que levam a variedade dos tipos de pescadores, ou seja, não se tem como homogeneizar o modo de vida dos pescadores.

Além dessas considerações é notório que há no litoral brasileiro uma convergência de usos múltiplos, impulsionado pela concentração de assentamento humano, infra-estrutura diversa e pelos tipos de atividades caracterizadas, em especial, pela rapidez das transformações e pela dependência dos atrativos cênicos e paisagísticos. Deste modo, as transformações fazem com que o litoral se traduza em um espaço dinâmico movido por ações constantes de construção e reconstrução em que as mudanças são tidas como respostas às alterações advindas das ações de caráter tanto natural quanto antrópico (OLIVEIRA et.al, 2010).

O Litoral Sul de Sergipe é compreendido por cinco municípios, a saber, São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhý e Indiaroba e apresenta uma área de 2.496,4 km de extensão litorânea. Deste modo, esse contexto é concernente também a manutenção e resistência da lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá, pois além de situar-se no litoral sul de Sergipe, o território da comunidade também insere-se na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe – APA, Litoral Sul – criada através do Decreto n.º 13.468 de 22 de janeiro de 1993, com uma estrutura de ocupação abrangendo a área entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior.

Assim, o território da ilha Mem de Sá é compreendido por outro território concernente a uma Unidade de Conservação de Uso sustentável. Unidade de Conservação é um tipo de área

protegida, definida como espaço territorial com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000).

Ainda conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000), há duas categorias de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral, que permite o uso indireto dos recursos naturais e as de Uso Sustentável, que permitem o uso direto dos recursos naturais de forma sustentável, a exemplo da APA Litoral Sul.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH destaca que, apesar de ser o menor Estado em extensão territorial do Brasil, Sergipe, apresenta peculiaridades ecossistêmicas que merecem ênfase, quais sejam, a Mata Atlântica e a Caatinga, porém, no caso da Mata Atlântica, está foi intensamente explorada desde a colonização do país, e reduzida no estado a 0,1% e no caso da Caatinga, também intensamente explorada, teve a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens.

Entretanto, em Sergipe só existem quinze Unidades de Conservação da natureza: três particulares, três federais, duas municipais e sete estaduais, mas duas das unidades estaduais estão em fase de recategorização. A APA do Litoral Sul do Estado de Sergipe está sob a gestão do Governo do Estado de Sergipe administrada pela SEMARH. As APAs têm como objetivo proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, e se caracterizam como grandes áreas, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos estéticos ou culturais, com especial importância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (SNUC, 2000).

As Áreas de Proteção Ambiental por envolverem uma grande quantidade de municípios e permitirem uma série de atividades, tornam complexa sua gestão, o que prescinde a construção e implantação de instrumentos de planejamento, como planos de manejo, zoneamentos, além da implantação de conselhos gestores, que garantam a efetiva participação dos comunitários.

Melo e Souza (2007), ao analisar as redes de conflitos na organização sociocultural dos pescadores artesanais na APA federal de Piaçabuçu, litoral sul alagoano, destaca que o conflito com a população local se acentuará mediante a implantação de uma infra-estrutura de hotelaria e serviços completamente desairragadora das relações e do senso de pertencimento da parte dos tradicionais, a qual se concretiza do modo previsto, afetará o grau de fragilidade econômica dos halieutas²³.

²³ De acordo com Melo e Souza (2007), o termo haliêutico vem de halieu, do grego, pesca.

Sendo assim, se não forem elaboradas estratégias de participação e inserção dos comunitários nos planos de desenvolvimento no litoral sul sergipano o conflito também poderá ser estabelecido, sobretudo, após o amplo incentivo da rota turística impulsionado pela inauguração da ponte Joel Silveira Carvalho, obra que recebeu um investimento da ordem de R\$ 50 milhões reduzindo em 70 km a distância entre Aracaju e Salvador.

Figura 7 – Ponte Joel Silveira Carvalho construída sobre o rio Vaza-Barris, interligando os municípios de Aracaju e Itaporanga D’Ajuda



Fonte: www.expressosergipe.com, 2010

O ministro de Estado do Turismo, Luiz Barretto, na cerimônia de inauguração da referida ponte no dia 31 de março de 2010 ressaltou a importância da obra para o turismo sergipano na imprensa local:

“A ponte será uma grande porta de entrada para o turismo na região Nordeste. O encurtamento do tempo de viagem é um importante estímulo à vinda de turistas para a capital, especialmente os baianos, que continuam sendo a maioria no estado, representando 35,10% dos visitantes, segundo dados do Relatório Turismo Sergipano 2009. Além disso, haverá também um aumento no número de aracajuanos que saem da cidade em direção ao litoral sul sergipano”.

Fonte: www.visitearacaju.com.br, cerimônia realizada em 31 de março de 2010.

Contudo, está empolgante prospecção contrasta com a realidade vivenciada na APA do litoral Sul de Sergipe, pois composta por ambientes frágeis e vulneráveis à ação antrópica, já é bastante utilizada por veranistas e turistas, atraídos pela beleza cênica das paisagens naturais,

e embora conte com uma série de instrumentos de planejamento, como o zoneamento ecológico econômico, plano de manejo e plano de gestão da orla marítima, a área encontra-se em processo constante de degradação em decorrência de ações humanas (OLIVEIRA et.al, 2008).

E as comunidades envolvidas neste cenário já sentem e percebem a nova configuração do ambiente circundante, pois tem implicações diretas nas atividades produtivas tradicionais ou tradicionalmente estabelecidas. A criação da nova orla fluvial do bairro Mosqueiro, município de Aracaju, inaugurada em 12 de novembro de 2010, é indubitavelmente uma obra que (re) significa o espaço de trabalho dos pescadores locais.

Figura 8 – Orla fluvial Pôr do Sol- situada no bairro Mosqueiro, município de Aracaju e limítrofe com o município de Itaporanga D’Ajuda



Fonte: www.jornal da cidade.com,2010.

As canoas ancoradas a beira da orla fluvial denunciam que a atividade pesqueira é relevante no bairro Mosqueiro, situado as margem do rio Vaza-Barris limítrofe com o município de Itaporanga D’Ajuda. De acordo com Leite (2007), devido às intervenções sofridas ao longo dos anos o bairro destacado vem enfrentando um processo de desterritorialização de sua comunidade, fato revigorado gradativamente, há cerca de 20 anos, impulsionado com a presença de veranistas e que tem se intensificado a partir de meados de 1990 com a crescente construção de habitação impulsionada pela incorporação dessa área em Zona de Expansão da Capital sergipana.

Desta forma, com as constantes modificações do território habitado criou-se uma heterogeneidade, na forma de ocupação do lugar, tendo implicações diretas em relação às

atividades pesqueiras, que pouco a pouco perdem espaços para os sub-empregos derivados dos novos grupos sociais. Encontra-se entre filhos de pescadores, novo destino que cortam seus laços com o seu território, com a sua cultura, quebrando um ciclo que há mais de um século resistia no lugar (LEITE, 2007).

Desta maneira, a comunidade da ilha Mem de Sá também pode ser atingida pelo impacto da (re) configuração do litoral sul Sergipe, pois apesar de conciliarem o modo de vida em sólidas relações afetivas e com os laços de pertencimento ao território habitado, existem condições exteriores modeladoras de novos territórios que interferem, ou poderão interferir, da lógica de sobrevivência construída socialmente ao longo dos anos, pois, embora não haja o sentimento de pertença para com a formação desses novos territórios, esse fato não impede ou protege os comunitários da avalanche de transformações que poderão ser incorporadas em suas vidas.

Portanto, urge a necessidade de se pensar o desenvolvimento como categoria não simplesmente econômica, mas como uma categoria inteirada aos elementos e condicionantes socioculturais numa tentativa de superar os problemas que dificultam a conquista de melhores condições de vida das populações locais no processo de reestruturação de seus territórios.

3.3 Indicadores sociais de sustentabilidade

Como não é possível se esgueirar das transformações provenientes da própria dinâmica de vida em sociedade, os indicadores de sustentabilidade tentam alertar as populações e proteger os ambientes das situações que entoam riscos. Assim, os mesmos são construídos de acordo com dimensões inseridas no âmbito da sustentabilidade e são aferidos pela formulação de parâmetros.

Assim sendo, a perspectiva de construção de indicadores de sustentabilidade envolve uma série de decisões, além de uma visão integrada do mundo, podendo sua ação de avaliação ser: global, regional ou nacional (JESUS; SOUZA, 2007). Neste segmento, os indicadores da dimensão social da comunidade Mem de Sá são expostos no quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores sociais de sustentabilidade

Dimensão	Parâmetros	Indicadores
DIMENSÃO SOCIAL	Número de moradias, Faixa etária da comunidade, Sexo do chefe da família, Ocupação do chefe da família e do conjugue, Escolaridade do chefe da família e do conjugue, Renda família mensal.	Condições básicas de vida

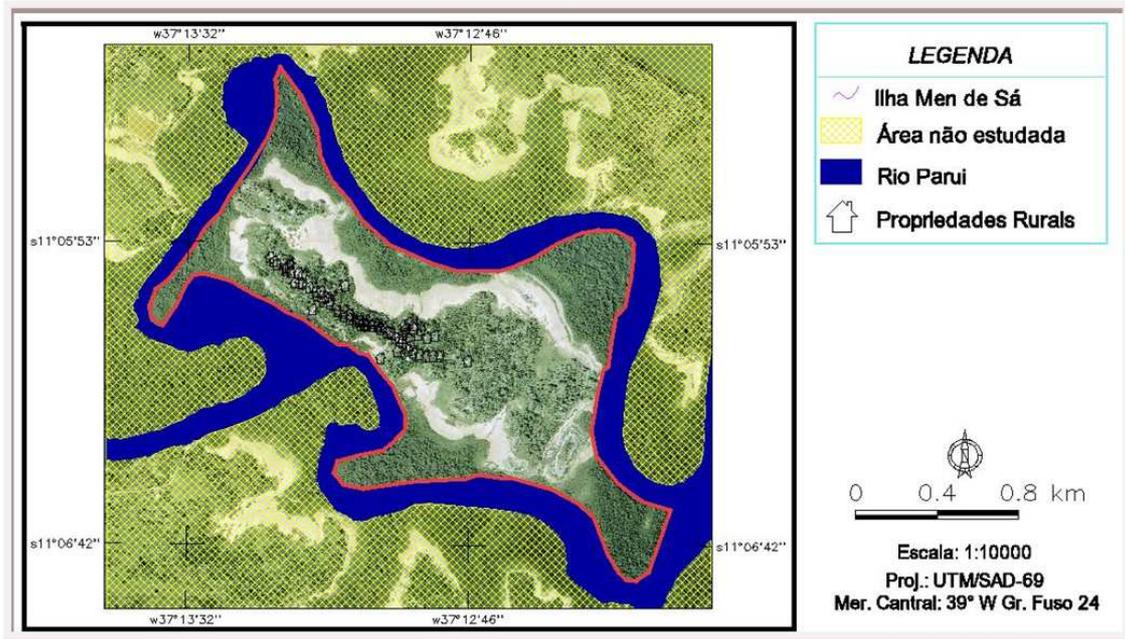
Fonte: Indicadores construídos pela autora

Deste modo, os resultados dos indicadores sociais revelaram que a estimativa da população da ilha Mem de Sá é de aproximadamente 261 moradores e o número de moradias da localidade chega a 84 residências²⁴, contabilizando ainda mais 4 construções referentes a 2 igrejas (católica e evangélica), 1 casa de farinha e 1 escola de ensino fundamental.

Os dados informados acima são confirmados pela orto-foto carta apresentada por Santana (2010), entretanto, o mesmo denominou todas as construções da ilha de propriedades rurais constando 88 pontos catalogados e percebendo um maior aglomerado destes na porção oeste da Ilha.

²⁴ Estes dados também foram embasados no levantamento prévio para a instalação da rede hidráulica da localidade liderado pelo pesquisador aposentado da Embrapa Tabuleiros Costeiros e morador da ilha Mem de Sá Evandro Almeida Tupinambá e colaboradores da comunidade.

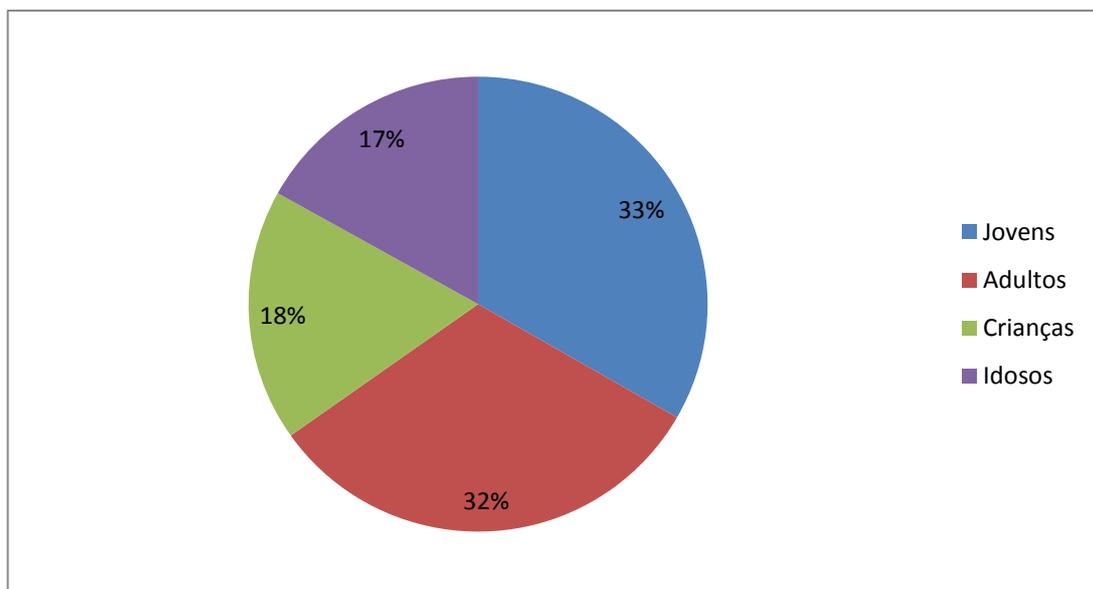
Figura 9 – Propriedades rurais catalogadas na Ilha Mem de Sá



Fonte: Santana, 2010.

Seguindo a análise dos referidos indicadores verificou-se a faixa etária dos moradores da ilha Mem de Sá²⁵, sobressaindo à população jovem como expressiva na localidade.

Gráfico 1 – Faixa etária da comunidade



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá- Itaporanga D'Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

²⁵ A classificação da faixa etária seguiu os parâmetros de distinção local.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – os jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho. Por outro lado, são estes mesmos jovens que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas. E, além disso, é a fecundidade das mulheres nesta faixa etária que, atualmente, tem contribuído para o nível geral prevalecente no Brasil.

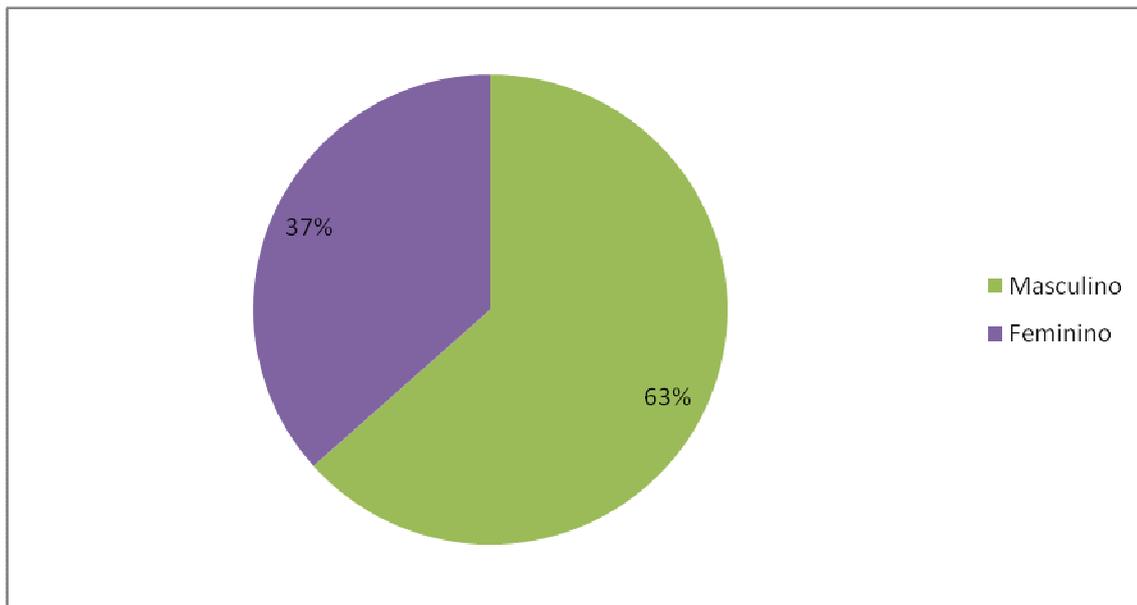
Na ilha de Mem de Sá, observou-se a grande preocupação dos pais para com os seus filhos, em geral jovens (11 a 24 anos), pois, são grandes os obstáculos a serem transpostos para acesso a educação, saúde e lazer, além de vislumbrarem poucas perspectivas de trabalho tanto no âmbito interno quanto externo a comunidade. Os jovens locais enfatizam que não querem ser pescadores, pois não querem passar pelas mesmas privações as quais vivem seus pais.

O segundo percentual mais expressivo foi o da faixa etária adulta (25 a 50 anos), e estes são os que mais enfatizam a herança de uma rede conectiva de tramas sociais envoltas em suas relações cotidianas, tendo a pesca como eixo central.

O percentual das crianças (1 mês a 10 anos) aparece logo em seguida e é um segmento que merece especial atenção nos planos de políticas públicas, pois a comunidade possui apenas uma escola de ensino fundamental e permanece ainda isolada geográfica, social e politicamente, tendo como perspectivas de mudança à geração que hoje é criança.

Por último, enfatiza-se o percentual dos idosos (mais de 50 anos), não por ser de menos importância no seio da comunidade, mas apenas por aparecer com menor índice, uma vez que esse segmento é primordial para a sobrevivência das gerações precedentes de pescadores artesanais dadas à característica da comunidade de pescadores artesanais, haja vista que a questão da tradição está relacionada ao cerne da própria pesca artesanal (principal atividade econômica desenvolvida na comunidade Mem de Sá). Assim, o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma a “profissão” é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir como tal, demonstrando que esse controle da “arte de pesca” se aprende com os “mais velhos” e com a experiência (DIEGUES, 2004).

Outro aspecto em destaque é a liderança das famílias na comunidade, pois os chefes das famílias são majoritariamente do sexo masculino como exposto no gráfico 2.

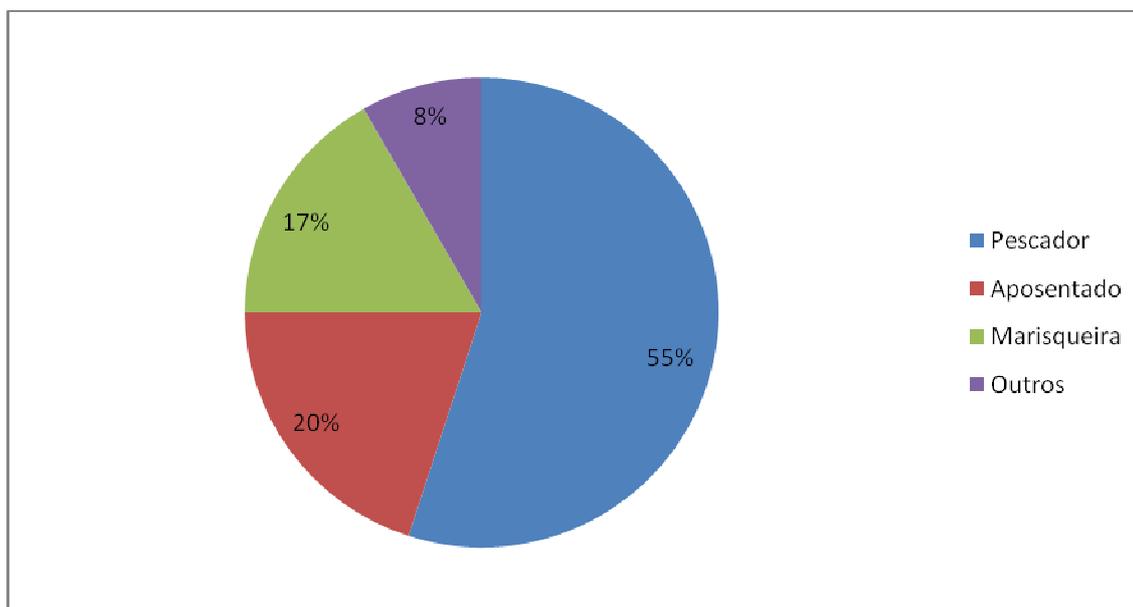
Gráfico 2 – Sexo do chefe da família

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Os dados apresentados no gráfico 2 são intimamente relacionados aos dados apresentados no gráfico 3, pois, de acordo com Marques (2001), nas diversas comunidades pesqueiras do Brasil, o pescar é masculinamente reconhecido como atividade varonil.

A relação descrita entre os gráficos recebeu reforço dos dados contidos no *Diagnostico da Pesca Artesanal da Comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros*, destacando que na localidade supracitada a principal atividade produtiva é a pesca, com o desembarque sendo realizado em pequenos portos, ao seu redor, em canoas motorizadas e não motorizadas, tendo as espécies mais significativas para comercialização à tainha (*Mugil curema*) e o aratu (*Goniopsis cruentata*).

Gráfico 3 – Ocupação do chefe da família



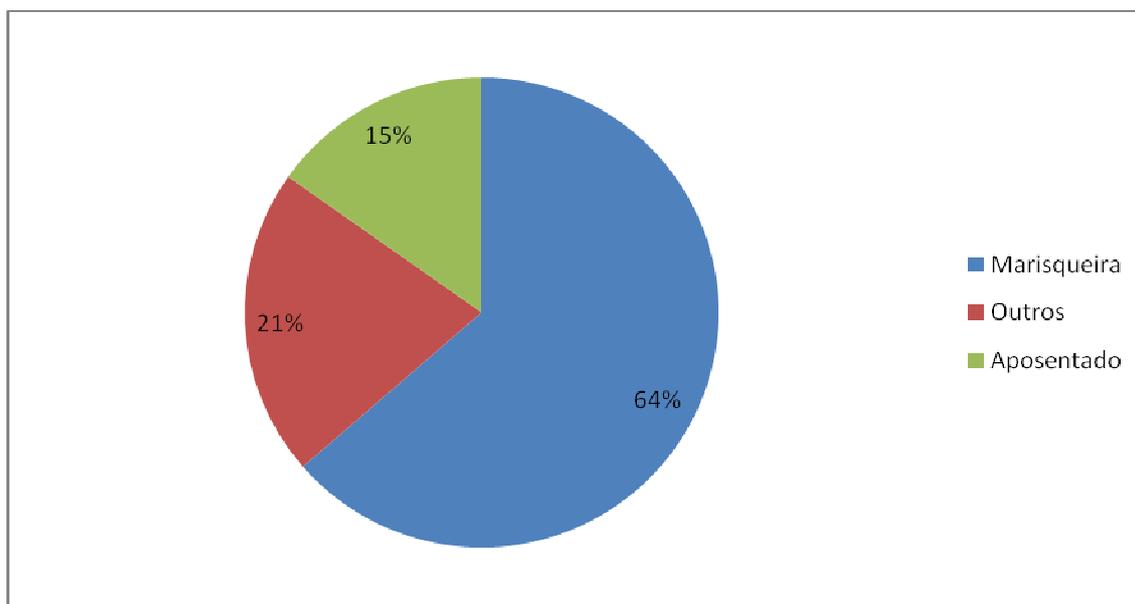
Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

A liderança das famílias e as peculiaridades do ambiente pesqueiro, apesar das significativas conquistas das mulheres, são elementos nitidamente controlados por relações de poder masculinas. Conforme destaca Bourdieu (1999), a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vez que é normal, natural, a ponto de ser inevitável, estando presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus*²⁶ dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas, de pensamento e de ação.

Coube as mulheres, no decorrer dos anos, o papel de catadeiras, coletoras ou (como são mais conhecidas) marisqueiras, que dominam junto com seus filhos e filhas, as margens das regiões estuarinas ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, marisco, siri, sururu, etc. (RAMALHO, 2006).

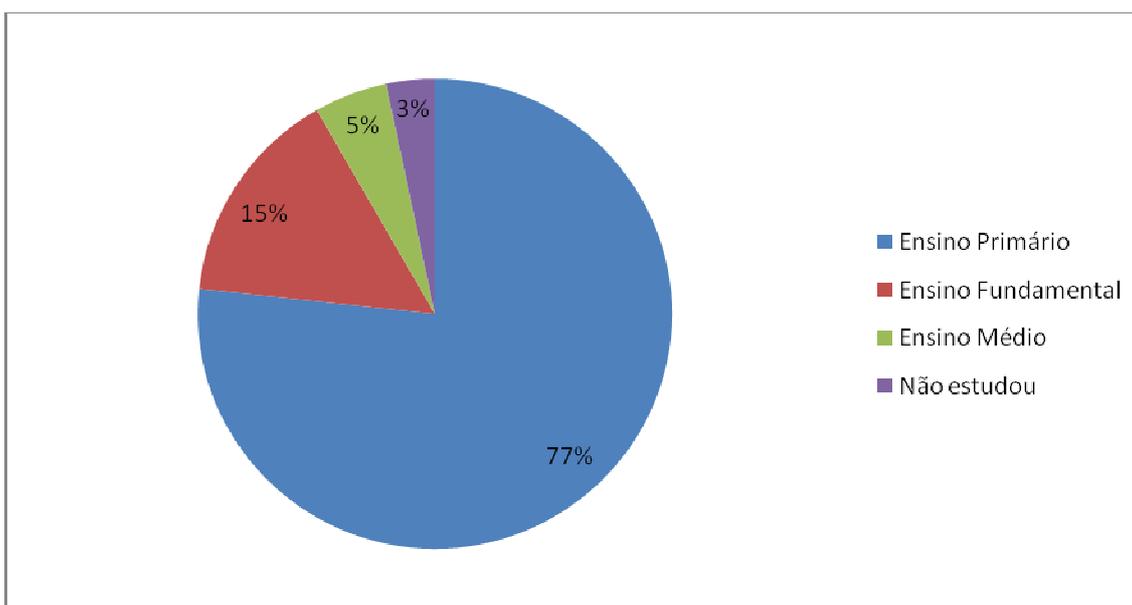
Na Ilha Mem de Sá existem relações e divisões sexuais e sociais de trabalho bem definidas: a pesca apresenta-se como atividade tipicamente masculina, enquanto a mariscagem (a pesca ou cata e descarte dos mariscos) é atividade predominante das mulheres, com destaque para a captura do caranguejo aratu (*Goniopsis cruentata*).

²⁶ *Habitus* conforme Bourdieu (2007) é um conhecimento adquirido, um haver, um capital, a hexis.

Gráfico 4 – Ocupação do cônjuge do chefe da família

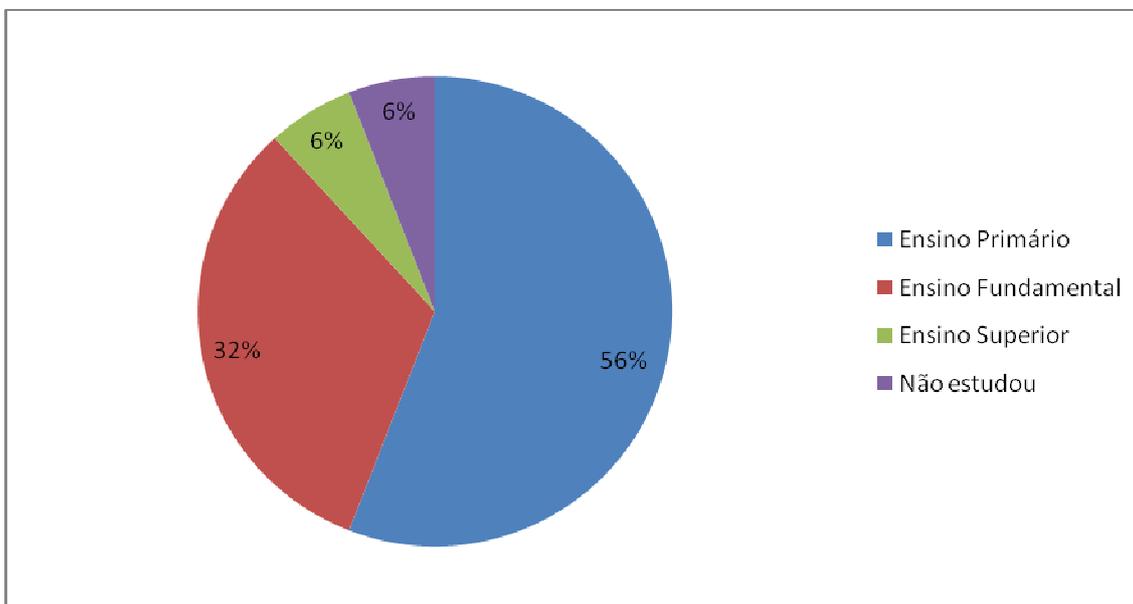
Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Entretanto, com grande preocupação são vistos os dados sobre a escolaridade dos chefes de família e do cônjuge, gráficos 5 e 6.

Gráfico 5 – Escolaridade dos chefes de família

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Gráfico 6 – Escolaridade do Cônjuge dos chefes da família



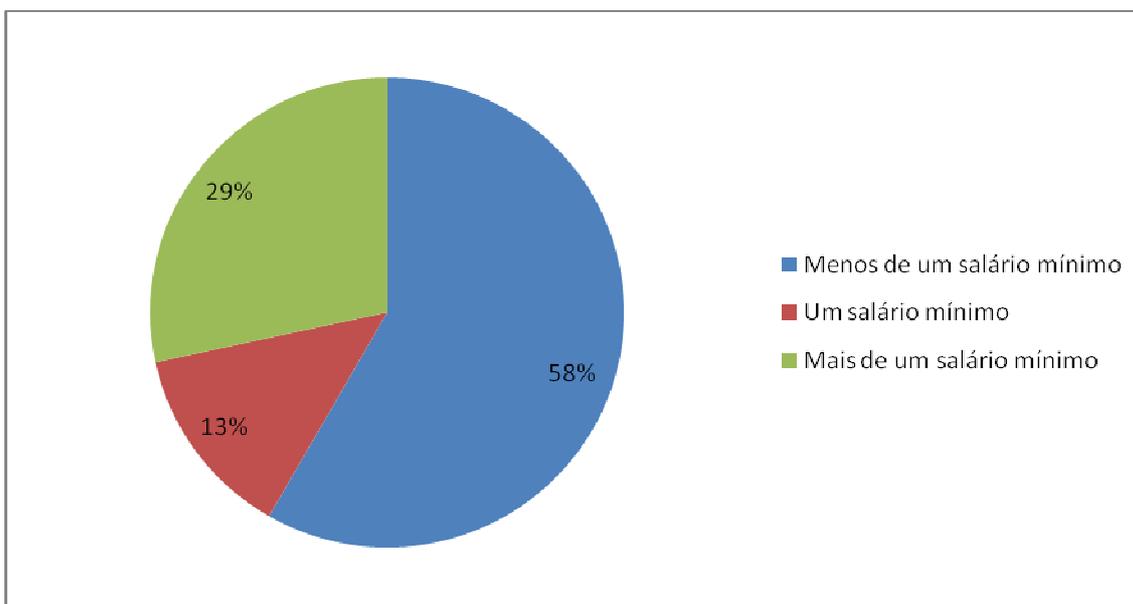
Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

De acordo com Begossi et.al. (2009), exposto na síntese do relatório do diagnóstico socioambiental da pesca artesanal na baía da Ilha Grande, realizado no litoral sul fluminense, baixa escolaridade e alto índice de analfabetismo são bastante comuns em comunidades de pescadores caiçaras²⁷.

No âmbito da análise dos indicadores sociais da comunidade Mem de Sá verifica-se um melhor desempenho das mulheres em relação aos homens chefes das famílias, no rendimento escolar, embora também seja baixo. Esses índices refletem, além das maiores dificuldades de acesso a educação no período que esses segmentos eram crianças e adolescentes, na atualidade também interferem, entre outros fatores, nas frágeis estratégias de organização do associativismo e para comercialização do pescado.

A interpretação dos dados sobre o gráfico anteriormente apresentado é reforçada quando expostas as informações sobre a renda mensal dos moradores da ilha Mem de Sá.

²⁷ A designação de comunidades pesqueiras abrange desde caboclos ribeirinhos amazônicos a caiçaras do sudeste e catadores de mangues do norte e nordeste, passando por extratores de palmito, lavradores e garimpeiros, no centro sul do País (MELO E SOUZA, 2007).

Gráfico 7 – Renda mensal familiar

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/Se. Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Deste modo, mais da metade da população residente na comunidade, apesar de ter a pesca como principal atividade econômica, vive com menos de 1 salário mínimo mensal. E apesar da atmosfera de conhecimento tradicional emanado pelos pescadores artesanais da localidade são necessárias alternativas alicerçadas pela coletividade da Ilha que possibilitem o alavancamento do desenvolvimento local.

3.4 Indicador ambiental de sustentabilidade

Como os indicadores de sustentabilidade não repousam apenas em uma dimensão, além dos indicadores sociais, nesta sessão, também será analisado o indicador ambiental, pois, de acordo com Souza & Melo e Souza (2009), os indicadores constituem-se em instrumentos de avaliação, que devem ser adequados às realidades ambientais e socioeconômicas da região a ser avaliada.

Assim, o indicador ambiental foi formulado pela observação da preocupação da comunidade da ilha Mem de Sá com a falta de local adequado para o depósito dos resíduos sólidos da localidade. Segundo Silva (2008), não há dúvidas que a geração de resíduos sólidos tenha-se desencadeado com mais veemência a partir do século XIX, com a Revolução Industrial, nesta época, muitos recursos naturais já manifestavam indícios de escassez, dado,

justamente ao desperdício e a forma rudimentar, tanto do momento da extração dos recursos quanto no manuseio durante todo o processo produtivo.

Atualmente, Daltro et.al. (1994), considera que a problemática dos resíduos sólidos tem três grandes diretrizes, a saber, número e variedade de produtos descartáveis, o aumento da quantidade dos resíduos, especialmente embalagens, e a tendência para aglomerar certas operações produtoras de resíduos, sobrecarregando qualquer processo natural de transformação.

Na ilha Mem de Sá foram formulados parâmetros na perspectiva de averiguar a destinação dos resíduos sólidos:

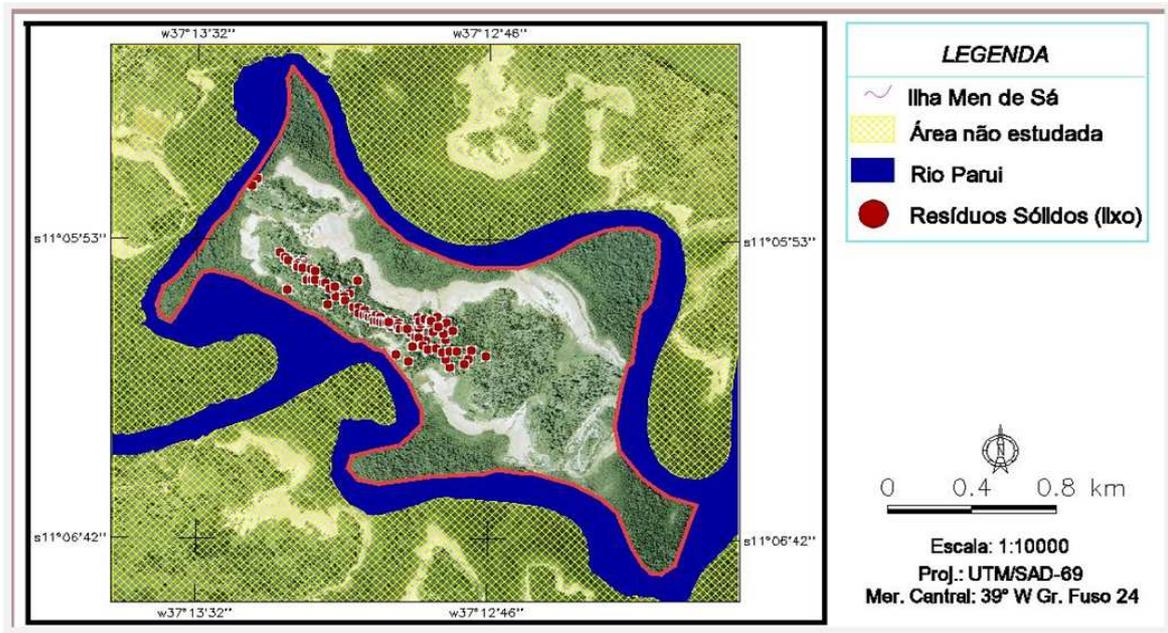
Quadro 3 – Indicador ambiental de sustentabilidade

Dimensão	Parâmetros	Indicadores
DIMENSÃO AMBIENTAL	Número de locais de descarte dos resíduos sólidos; Maneiras de descarte dos resíduos sólidos;	Destinação dos resíduos sólidos

Fonte: Indicador construído pela autora.

Pereira Neto (1999) conceitua resíduos sólidos como massas heterogêneas, que resultam das atividades humanas, podendo ser reciclados e parcialmente utilizados, gerando benefícios, proteção à saúde pública, economia de energia e de recursos naturais. A orto-foto carta elaborada por Santana (2010), apresenta os pontos de descartes dos resíduos sólidos realizados pela comunidade Mem de Sá, como também, o mesmo estudo distingue os tipos de descarte.

Figura 10 – Descarte dos resíduos sólidos na Ilha Mem de Sá



Fonte: Santana, 2010.

Foram catalogados 97 pontos de descarte dos resíduos sólidos, destes, a maioria composta por material plástico, principalmente por sacolas plásticas e garrafas pet. De acordo com alguns moradores, esses resíduos são encontrados pela falta de coleta pública, o que favorece o descarte impróprio dos materiais. Pode-se distinguir os resíduos sólidos e os tipos de descarte oriundos da comunidade Mem de Sá em duas categorias de acordo com Santana (2010).

- Resíduos orgânicos: em geral são aproveitados como adubo.
- Resíduos inorgânicos: encontrados em sua maioria próximos das residências, em geral plásticos, os quais também são parcialmente queimados, como uma maneira de evitar a acumulação dos mesmos.

Os moradores da ilha relatam que em anos anteriores o caminhão de coleta pública municipal esperava a comunidade atravessar os resíduos sólidos nas canoas até a outra margem no rio Paruí²⁸, para a antiga fazenda Caibros, atual assentamento Darcy Ribeiro, e assim recolhia os mesmos, entretanto, este serviço foi interrompido e não se faz nenhum tipo de coleta pública nos os dias atuais.

Assim, a problemática da destinação dos resíduos sólidos revigora-se também no âmago da comunidade Mem de Sá. É evidente que a disposição geográfica dificulta à regular coleta dos resíduos, entretanto, a comunidade não pode ser esquecida e excluída dos serviços

²⁸ Um dos afluentes do rio Vaza-Barris circundante da Ilha Mem de Sá.

básicos de utilidade pública da qual tem direito os cidadãos que habitam seu território e zelam pela preservação do ambiente moldura de sua existência. Como também, a própria comunidade ainda não conseguiu vislumbrar alternativas de reaproveitamento dos resíduos inorgânicos.

Portanto, aproveitar, tratar ou destinar o que é chamado de lixo (resíduos sólidos) é uma responsabilidade da qual a sociedade não tem como se esquivar, pois, passa a ser uma questão de cidadania propor alternativas que trate de maneira menos impactante o que atualmente é considerado rejeito (VIEIRA; SOUZA, 2010).

Ao final deste capítulo faz mister tecer algumas breves considerações sobre as abordagens apresentadas.

Na ilha Mem de Sá os pescadores artesanais e suas famílias conformam do ponto de vista sociológico uma pequena comunidade tradicional evidenciada da dinâmica socioambiental o acesso e uso comum dos recursos naturais no território de seu pertencimento, território de pesca. Contudo, a (re) configuração extremamente veloz de todo o litoral sul de Sergipe deve compreender a busca de estratégias que possibilitem a inserção dos comunitários aos planos de desenvolvimento sob o risco desestruturação de uma lógica de sobrevivência construída cultural e socialmente ao longo do tempo.

Uma vez que, os indicadores sociais já apontam fragilidades do ponto de vista da manutenção do modo de vida tradicional, principalmente demonstrado no pouco interesse dos jovens pela continuidade da pesca artesanal na localidade, visto que vislumbram rendimentos financeiros maiores, assim como uma melhor qualidade de vida. Não obstante, os indicadores referidos também indiciam que o cenário rejeito pelos jovens foi alicerçado pelo baixo nível de escolaridade dos pescadores e marisqueiras em idade adulta, contribuindo para acesso restrito a cursos de capacitação que possam agregar valor ao pescado, bem como para as incipientes formas de organização da comercialização do pescado.

O indicador ambiental também destaca um problema plasmado no seio da comunidade, ou seja, a destinação dos resíduos sólidos, pois os saberes tradicionais davam conta parcialmente da resolução do entrave quando os resíduos poderiam ser utilizados quase em sua totalidade na produção de adubo servindo de fertilizantes para os pequenos cultivos nos quintais. Contudo, assim como na sociedade geral, o aumento da utilização de materiais de difícil degradação e a falta de destinação adequada pode revigorar-se em problemas de saúde pública para a população e de contaminação e poluição do ambiente.

Desta maneira, observa-se que há uma lógica peculiar na maneira de fazer-se pescador artesanal, saberes práticos coadunados ao conhecimento tradicional, local revelados por um sentido de pertença a um patrimônio, a um território a um povo. Contudo, esse modo de viver

pautado na tradição não é fixo, e está sujeito às transformações inerente à própria dinâmica da vida social, assim os indicadores de sustentabilidade na dimensão social e ambiental dão o alerta para as barreiras que precisam ser transpostas na perspectiva da elaboração de estratégias de desenvolvimento pautadas no potencial local e que visem o protagonismo e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

CAPÍTULO IV

A PESCA ARTESANAL NA COMUNIDADE MEM DE SÁ: TRAMAS DE UMA RELAÇÃO COMPLEXA

O pescador artesanal, tradicionalmente herdou e aprendeu a lidar com ambiente natural, como também, possui um aguçado conhecimento do saber-fazer de seus instrumentos de trabalho. O pescador artesanal pertence a uma atmosfera diferenciada na qual se coaduna suas relações sociais e o ambiente habitado, e estes elementos compõem o cenário de sua própria existência. O presente capítulo apresenta as tramas evidenciadas na lida diária da atividade pesqueira na ilha Mem de Sá tentando estabelecer os elos relacionais entre ambiente e cultura, bem como, os impasses amalgamados no seio desta relação.

4.1 O trabalho na pesca artesanal

A relação do homem com a natureza mediada pelo trabalho requer especial atenção, pois, a construção do ser social é esculpida no âmbito do trabalho, condição modeladora dos ambientes naturais e construídos, além de condutor das práticas sociais e da reprodução humana.

Segundo Diegues (2004), a pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem em período anterior ao Neolítico. Na Idade Média, do século VII a X, o peixe tornou-se parte integrante da alimentação popular, no Brasil, a pesca praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses e peixes, crustáceos e moluscos eram parte integrante da dieta alimentar. Entretanto, mais do que qualquer outra atividade produtiva, a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados.

Deste modo, as relações cotidianas do trabalho na pesca artesanal são diretamente relacionadas e ao saber-fazer dos instrumentos, elementos envoltos em uma herança cultural tradicional que permeia a “arte da pesca”. Na concepção de Ramalho (2006) é impossível discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, sem valorizar a questão pertinente ao universo do trabalho, de sua estrutura e desenvolvimento.

O Diagnóstico da Pesca Artesanal – Embrapa Tabuleiros Costeiros – destaca que para 80% das mulheres e 70% dos homens pesquisados na ilha Mem de Sá a pesca é a principal fonte de renda, existindo neste contexto uma rede de relações interconectadas, na qual os

pescadores artesanais exibem uma gama de conhecimentos expressos em destaque na construção do seu trabalho, mas intimamente relacionado com o ambiente circundante e com os demais componentes dos ecossistemas e da sua própria coletividade.

Assim, a compreensão do modo de vida das comunidades de pescadores artesanais requer a constatação de que na pesca o trabalho não é contínuo, tendo seu ritmo ditado pela natureza e não por desígnios diretos das relações sociais, no entanto, o saber tradicional sobre os processos ecossistêmicos envolvidos na atividade é essencial para a existência do próprio pescador (VALÊNCIO; MARTINS, 2004).

“A gente pensa que o peixe não tem experiência, mas ele tem. Por que é que pescador tem a experiência de pegar o peixe naquele horário? Né porque naquele horário também ele vem procurar o que comer. É como agente tem a experiência de pescar ele naquele horário”.

(Seu Bebe, pescador artesanal da comunidade Mem de Sá, julho 2010)

Conforme Diegues (2004), ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos de trabalho, o pescado, se realiza segundo as leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle do homem e essa imprevisibilidade na reprodução natural influencia de maneira considerável a reprodução social das comunidades de pequenos pescadores.

Portanto, há uma maneira singular de se trabalhar na pesca, de viver na pesca e de construir as relações com as pessoas e com os ecossistemas. É uma maneira de viver organizada por um sentido interno, profundo e tradicionalmente esculpido.

4.2 O manguezal: realidade e imaginário

Considerando os engenhosos ciclos da reprodução natural, os pescadores artesanais desenvolvem uma aguçada sensibilidade de perceber o funcionamento dos ecossistemas, saberes imprescindíveis para o sucesso do trabalho. Deste modo, a pesca em estuário é intimamente relacionada à dinâmica dos manguezais, não obstante, na ilha Mem de Sá o manguezal tem grande relevância no tocante a diversidade dos construtos sociais, como também, para a manutenção da diversidade ecológica.

De acordo com Nascimento (2008), os manguezais, ecossistemas costeiros, são importantes sistemas constituídos por comunidades altamente diversificadas que ocupam uma porção substancial das costas tropicais do planeta, devido a sua estrutura, criam numerosos

nichos para vários grupos de animais que utilizam os diversos habitats para alimentação, reprodução, desova, crescimento e também proteção de predadores.

O conhecimento sobre a estrutura do manguezal, de seu papel na cadeia produtiva dos ecossistemas e dos mitos que o envolvem são saberes revelados cotidianamente pelos pescadores artesanais locais. Esses saberes desvendam um conhecimento sensível, adquirido, adquirido e herdado, mas reconhecido e transmitido dentro dos círculos da construção da realidade.

“Tem uma lesma que dá em todo mangue, só não no mangue de botão, por que o mangue de botão só dá assim no apicum. Os que ficam na beirada do rio (mangues) todos eles tem uma lesma que fica dentro da madeira dele”.

“O caranguejo se alimenta da folha, o caranguejo leva a folha, cava o buraco, só o caranguejo se alimenta da folha do mangue, eles gostam mais da folha do mangue sapateiro”.

“O aratu se alimenta do lodo do pau da lama, a aratu só come o lodo, o mangue vermelho tem mais caldo”.

“Tem ostra que fica no mangue e o peixe se alimenta muito da ostra”.

(Seu Bebe pescador artesanal da ilha Mem de Sá)

Existem pescadores artesanais diferenciados, como Seu Bebe, são reconhecidos na comunidade como homens de conhecimento inigualável, inspiram respeito, são portadores da chave mãe, da alma da pesca, são pescadores muito experientes e muito sábios.

No estuário, a pesca também depende muito do ritmo das marés e dos tipos dos bosques de mangue. Nascimento (2008) enfatiza que os bosques de mangue apresentam variabilidade quanto ao seu desenvolvimento estrutural decorrente da resposta da vegetação e vários fatores operam com distintas intensidades sobre o ambiente, na ilha Mem de Sá, os pescadores artesanais reconhecem as diferentes peculiaridades dos bosques de mangue.

Os pescadores artesanais da ilha Mem de Sá percebem as características dos tipos de mangue e reconhecem os atributos, as classificações e as funções de cada um:

Quadro 4 – Tipos de mangues segundo a percepção dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá

MANGUE DE BOTÃO	Fica nas proximidades do apicum.
MANGUE VERMELHO OU MANGUE SAPATEIRO	Tem mais caldo, lama mole, é o mangue preferido dos caranguejos para esconderijo porque tem muita raiz, moradia do caranguejo adulto.
MANGUE SIRIBA	A folha é mais salgada.
MANGUE BRANCO	Moradia do caranguejo pequeno.

Fonte: Depoimento dos moradores do Mem de Sá.

Da mesma forma, o ciclo lunar e o fluxo das marés são intimamente relacionados ao tipo de arte de pesca utilizada e ao tipo de pescado capturado no estuário. É reconhecida a “maré de lançamento”, “maré de quebra” e “maré morta” com a duração de oito dias cada ciclo.

“Na lua minguante a maré tá morta, a maré morta é parada, o peixe viaja no canal e chega aqui na beirada”.

“Pra pescar no mangue é só maré alta, maré cheia”.

“Pra tarrafa no mangue é só a tainha, mas na camboa dá muitas espécies”.

Entretanto, o manguezal que margeia a ilha além de cenário da realidade concreta evidenciada nos saberes sobre o ambiente físico, também é palco de fenômenos sobrenaturais relacionados ao imaginário dos pescadores locais. De acordo com Diegues (2004), o processo de produção na pesca artesanal incorpora elementos simbólicos que atuam não sobre a natureza, mas sobre as forças sobrenaturais que garantem uma pesca proveitosa, e por vezes, castigam os pescadores demasiadamente ambiciosos.

“Eu mesmo nunca vi. Agora já fiquei rodando no mangue tonto sem saber sai, passava num lugar, ai via as minhas pegadas, foi meio-dia isso, fiquei desorientado sem saber a saída do mangue, ai o povo fala que é a caipora.

(Feitiço da caipora na ilha Mem de Sá)

A caipora é um personagem sobrenatural que habita os mangues que margeiam a ilha Mem de Sá, segundo os pescadores artesanais locais ela gosta de fumo. Alguns pescadores relatam que não chegaram a ver a caipora²⁹, mas já chegaram a ficar perdidos no mangue, rodando várias vezes pelo mesmo lugar sem encontrar a saída por efeito de feitiço. A caipora é um ser encantado que vive no mangue e gosta que os pescadores levem fumo pra ela, assim, quando contrariada pode desnortear os pescadores os fazendo ficar perdidos no mangue.

Deste modo, o manguezal é compreendido como lugar de profundo conhecimento dos pescadores sobre o ecossistema, mas também esconde mistérios e seres sobrenaturais que permeiam o imaginário local.

4.3 Saberes etnoictiológicos e etnoecológicos na pesca artesanal

As tramas entre ambiente e cultura perfazem o seu trajeto imbuído em vários saberes e campos científicos, que vão além da esfera do trabalho desenvolvido na pesca artesanal, mas que estão interconectados nesta categoria analítica. Assim, relaciona-se com o conhecimento etnoictiológico e etnoecológico tecendo as reciprocidades entre o ambiente e a cultura.

De acordo com Marques (2001), a etnoecologia é um campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermedeiam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes.

E o modo como o conhecimento, os usos e os significados dos peixes ocorrem nos diferentes grupos humanos é tema da investigação da etnoictiologia, inclusa no âmbito da etnozootologia (estudo científico das relações homem/animal), que por sua vez faz parte de uma disciplina mais abrangente a etnobiologia (COSTA NETO, 2001).

Referente à etnoictiologia, observa-se que os pescadores artesanais da ilha Mem de Sá reconhecem e classificam o pescado de acordo com códigos próprios daqueles que habitem o território da pesca, pois, identificam o fruto de seu trabalho pela percepção morfológica, descrevendo e nomeando a topografia corporal.

“A diferença da tainha é o olho e a grossura. A tainha de olho-preto é menor e é grossa, ela é fina no rabo e vai engrossando pra frente”.

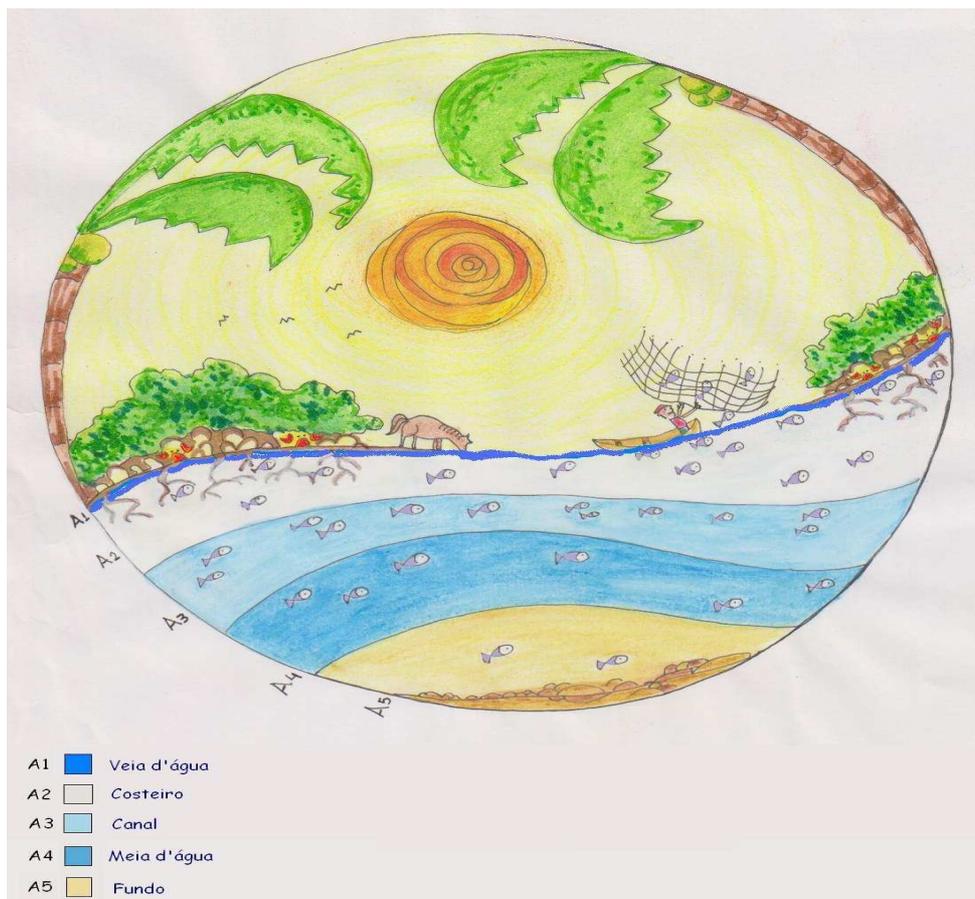
²⁹ De acordo com os depoimentos dos pescadores locais eles nunca chegaram a ver a caipora, ou talvez não possam dizer que viram temendo punições da caipora quando retornarem ao mangue.

(Brando, pescador artesanal da ilha Mem de Sá).

Segundo Begossi (2004), os pescadores artesanais, tanto de água doce como marinhos, não procuram suas presas ao acaso, mas as buscam em locais específicos do rio ou do mar. Na ilha Mem de Sá os pescadores reconhecem o posicionamento dos peixes em três níveis da coluna d'água que habitam o rio/estuário, quais sejam os peixes de “veia d'água”, “os peixes de mei'água” e os “peixes de fundo”, compreendendo ainda as subcategorias dos “peixes que pulam” a dos “peixes que se enterram no costeiro” e a dos peixes que “viajam no canal”.

Com base no modelo de zonação vertical de Costa Neto (2001), e com a sensibilidade da artista Priscila Souza de Oliveira foi possível representar os níveis de coluna d'água percebidos.

Figura 11 – Modelo de zonação vertical



Fonte: Modelo adaptado de Costa Neto (2001), e designer artístico Priscila Souza Oliveira.

Os peixes, geralmente capturados na veia d'água são tainha “peixe que pula”, sardinha, parú e xaréu, no costeiro, sub-nível situado abaixo da veia d'água propriamente entre

as raízes do mangue é o local onde se enterram algumas espécies de peixes como mututuca, corombo, camuru. O canal, sub-nível visível na maré baixa, é o local próprio das tainhas que também podem ser encontradas na meia d'água e por fim o fundo onde se pode capturar robalo, carapeba, mero, bagre, arraia e vermelho.

É relevante destacar que, o “fundo” é percebido como uma área pesqueira importante, pois a maioria das etnoespécies³⁰ de maior retorno econômico para o comércio local, □ frequentam este nível, como as carapebas (gerreídeos) e os robalos (centropomídeos) (COSTA NETO, 2001).

“O robalo ele bóia na maré de escuro é peixe de fundo”.

“A carapeba é peixe de fundo ela gosta de lugar de areia”.

(Brando, pescador artesanal da ilha Mem de Sá)

Contudo, na ilha Mem de Sá os demais níveis da coluna d'água também tem grande importância comercial, pois a tainha é a principal espécie comercializada. Sendo possível encontrar quatro etnoespécies de tainha na localidade, são elas: zeteira, tainha de olho preto, tainha de olho de fogo (vermelha) e tainha meio-olho.

Neste sentido, a classificação dos peixes é peculiar, pois também são identificados segundo atributos e categorias relacionadas com a vida humana, animais terrestres e aves, esses atributos referem-se tanto as características externas como as personificações: os peixes são espertos ou lerdos, alguns são mais sensíveis que outros (DIEGUES, 2004).

“A carapeba é o peixe mais besta que tem, é tanto que quanto mais a rede é fina é que pega ele”.

(Brando, pescador artesanal da ilha Mem de Sá)

Os pescadores da ilha Mem de Sá, assim como, os descritos em Siribinha no litoral baiano estudados por Costa Neto (2001), não apenas reconhecem onde e quando pescar, mas sabem como determinado peixe se comporta.

“A defesa da carapeba é se enterrar, quando ela percebe rede ela se enterra, a maré parou elas se enterra”.

³⁰Denominação para as espécies, geralmente de uma mesma família, com nomes diferenciados de acordo com características reconhecidas pelos nativos.

“A tainha só anda imantada, que nem sardinha, é peixe que bóia”.

Nesse sentido, o conhecimento tradicional da pesca é empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificação de espécies e habitat, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, em longo prazo da atividade pesqueira (DIEGUES, 2004).

Os saberes etnoictiológicos são os teares para o trabalho na pesca artesanal na ilha Mem de Sá, e os interligando aos saberes etnoecológicos foi possível delinear um calendário que organiza a vida dos pescadores artesanais.

No calendário etnoecológico foram expostos os principais fenômenos que influenciam e orientam o trabalho pesqueiro, sendo notórias as conexões e a interdependência entre os aspectos culturais e o ambiente, ou seja, o calendário etnoecológico destaca a circularidade dos conhecimentos compartilhados e transmitidos entre as gerações, os quais são de cunho ecológico, mas configurados nas “redes” culturais das tramas socioambientais ao longo do tempo.

Desta maneira, é reconhecido que a reprodução do caranguejo é de “andada”. Assim, no mês de janeiro os caranguejos estão “ovando” e em março já estão produzindo, época da “1ª andata”, no envoltório desse ciclo, culturalmente observa-se que na época do São João³¹ (junho) o caranguejo descasca, ou seja, troca de casco para dá continuidade ao crescimento. E justamente, nos meses antecedentes e precedentes ao São João é que se observa a maior produção do mangue, eis a explicação dos pescadores para esse fenômeno:

“Antes de descascar os caranguejos criam um leite, ai num presta pra comer com o leite, ai eles se enterra, o peixe come porque o leite cheira como o fio da peste, é por isso que dá mais peixe de fundo no mangue é quando o caranguejo dá leite”.

[...] *“Olha o mangue fica num cheiro, essa é a época do caranguejo mole”.*

O cumprimento da legislação também é relacionado ao calendário dos pescadores:

“Quando os caranguejos tão mudando pra descascar é que é proibido pegar”

O caranguejo já está com uma nova casca quando o mesmo se destapa da lama:

³¹As chamadas festas juninas reúnem as homenagens aos principais santos reverenciados no mês de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro. As referidas festas têm no nordeste grande notoriedade e simbolismo.

“o caranguejo se tapa todo mode os bicho num comer ele, ai ele ta descascando, ai quando ele destapa toda bagaceira □r lá, fica um fedô o mangue, mas já ta com a casca durinha” [...] Ele só sai do buraco (caranguejo) quando ele já tem condições de cavar a lama”.

O conhecimento sobre os ciclos do aratu também é relevante ao contexto da comunidade Mem de Sá, uma vez que, o catado do aratu é um dos principais produtos comerciais da localidade. Nesse sentido, nota-se que a reprodução do aratu é por maré, ou seja, tem “tufa” de oito em oito. A “tufa” dá em qualquer maré, “tufa” é a criação.

O calendário etnoecológico também demonstra que as relações de trabalho no ambiente pesqueiro, em especial com relação ao aratu, evidenciam fenômenos inexplicáveis e reconhecidos coletivamente como misteriosos e Divinos.

“O tempo do aratu descascar é na quaresma. O aratu some do mangue, quando chega na quaresma o aratu é ouro. Num sei por que é assim [...] Às vezes a quaresma cai alta, cai em abril [...] Tudo Deus já deixou a data [...]”.

(Seu Bebe, pescador artesanal da ilha Mem de Sá)

No período da quaresma³² o trabalho da cata ou pesca do aratu é impraticável devido ser a época da troca de sua casca, o aspecto interessante é que a quaresma não tem dias e meses fixos podendo acontecer de março a abril de cada ano, no entanto, é reconhecido culturalmente pelos pescadores da ilha Mem de Sá que o aratu só descasca na data correspondente a da quaresma.

Também são expressos no calendário etnoecológico os meses propícios a alguns ciclos relacionados às principais espécies de peixes capturados pelos pescadores artesanais locais, a saber, tainha, robalo e carapeba, uma vez que o trabalho de captura é orientado pelo conhecimento sobre os mesmos.

No último mês do ano, em dezembro, foi evidenciado no calendário etnoecológico a festa do caranguejo. Esta festa, surgiu do anseio da comunidade em ter uma ressaca para a festa da padroeira Santa Luzia, assim, na segunda-feira posterior alguns moradores da ilha saíram

³²A palavra Quaresma vem do latim quadragésima e é utilizada para designar o período de quarenta dias que antecedem a festa ápice do cristianismo: a ressurreição de Jesus Cristo, comemorada no famoso Domingo de Páscoa.

para o mangue para capturar caranguejo e em seguida festejar junto à comunidade. Ao longo do tempo, a festividade cresceu e foram incorporadas comidas, bebidas e bandas de música. No entanto, o aspecto relevante da festa é a conexão entre cultura e ambiente, tendo o ambiente natural completamente enraizado nas relações cotidianas a comunidade recria expressões culturais baseadas nas relações de trabalho com o ambiente circundante.

O calendário etnoecológico demonstra, assim como afirma Diegues, (2004), que os pescadores artesanais vivem sob a frequência dos ciclos naturais, que determinam os períodos de aparecimento de certas espécies de pescado, bem como dependem muito fortemente das marés, destacando como em todos os países do mundo que a pesca artesanal é uma atividade cíclica com períodos de maior ou menor intensidade de trabalho, com horas de espera e horas de extremo esforço físico. Como também, salienta-se o caminho das relações culturais locais estabelecidas.

CALENDÁRIO ETNOECOLÓGICO

QUARESMA											
Época do aratu descascar. “sumiço do aratu”											
Caranguejo ovando		1ª andada Do caranguejo			Época do Caranguejo descascar						
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho São João	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	Tainha ovando	Tainha ovando	Tainha ovando	Produção do mangue	Produção do mangue	Produção do mangue		Robalo ovando	Robalo Ovando		Festa do caranguejo
						Desova da tainha	Desova da tainha	Desova da Tainha	Época de captura da carapeba	Época de captura da carapeba	
				“Época que dá mais peixe de fundo”							
				Época do caranguejo mole							

(Modelo de acordo com pescadores da ilha Mem de Sá, julho de 2010, adaptado de Marques, 2001 e Costa Neto, 2001)

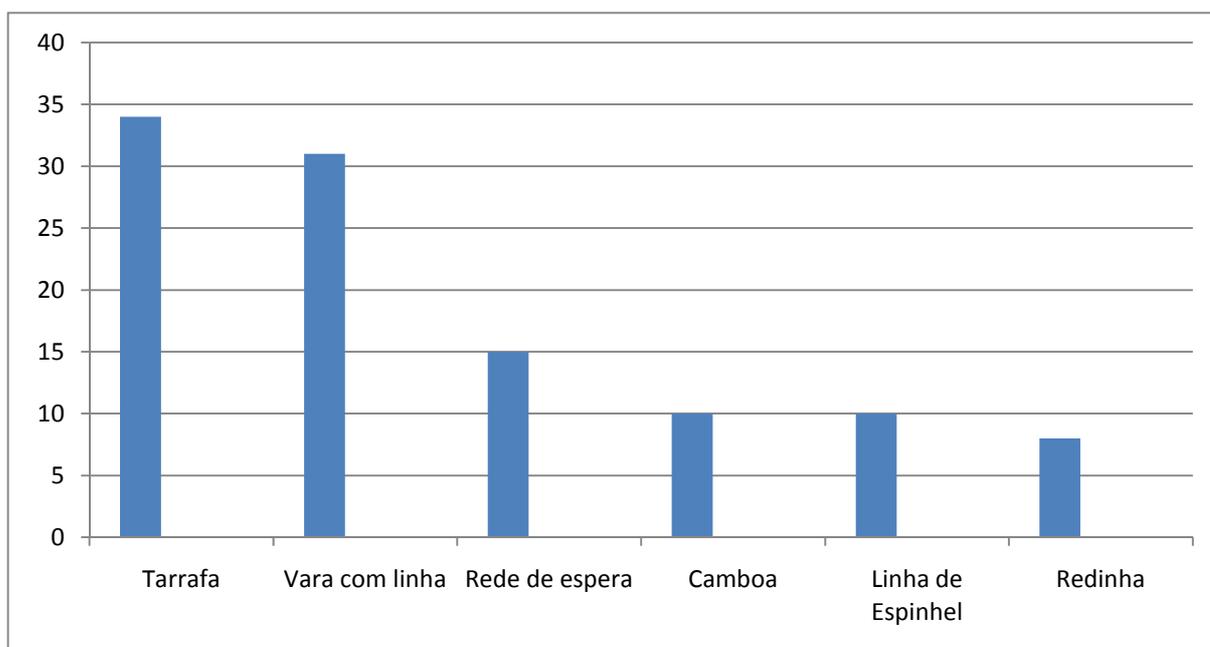
Portanto, os processos ecossistêmicos são revelados na lógica como a comunidade organiza a sua vida evidenciada pelo trabalho e no conhecimento tradicional que carrega. Melo e Souza (2007), destaca que culturas e saberes desenvolvidos tradicionalmente podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, de modo a conciliar suas práticas e seu conhecimento sobre os ambientes onde vivem para fins de conservação do substrato mantenedor de sua cultura que tais ambientes representam.

4.4 Os instrumentos e os frutos do trabalho: as artes de pesca e o pescado

A pesca artesanal requer conhecimentos aguçados e específicos para o fabrico e utilização das artes de pesca, pois se relacionam diretamente com o sucesso da captura do pescado. Não obstante, como observado em outras comunidades pesqueiras, também existem relações sociais e divisões sexuais bem definidas: a pesca apresenta-se como atividade tipicamente masculina, enquanto a mariscagem (a pesca ou cata e descarte dos mariscos) é atividade predominante das mulheres.

Na ilha Mem de Sá as artes de pesca com maior destaque correspondem ao gráfico 8.

Gráfico 8 – Artes de pesca utilizadas na Ilha Mem de Sá, março, 2009.



Fonte: Projeto “Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá”- Itaporanga D’Ajuda/Se – EMBRAPA –Tabuleiros Costeiros.

A tarrafa é a arte de pesca mais difundida e de maior número encontrado na comunidade Mem de Sá. De acordo com os pescadores artesanais da localidade, a utilização da mesma é rotineira, por ser de fácil manuseio e depender menos de condições específicas do ambiente natural. (Figura 13).

“A tarrafa bota a qualquer hora é só o pescador querer pescar”.

Figura 13 – Tarrafas expostas na Ilha Mem de Sá



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D’Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Com base nas observações de campo do *Diagnóstico da Pesca Artesanal na comunidade Mem de Sá*, os peixes mais comumente capturados com a tarrafa são: carapeba, sardinha, tainha e vermelha.

Contudo, interessante é o destaque da vara com linha, uma arte de pesca utilizada exclusivamente pelas mulheres da comunidade para a captura do caranguejo aratu. A fabricação da mesma é feita de forma artesanal utilizando apenas uma vareta com uma amarração a um linha/fio de náilon. Em uma das extremidades da linha é posto uma isca para a captura do aratu, crustáceo que “gosta” de barulho e são atraídos pelos cantos das “encantadoras de aratu”.

Figura 13 – Aratu nos manguezais da ilha Mem de Sá



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D'Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Figura 14 – Mulheres saindo para a pesca do aratu na ilha Mem de Sá



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D'Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Como demonstrou os dados dos indicadores sociais da comunidade referida, no capítulo anterior desta dissertação, as mulheres marisqueiras aparecem como cônjuge do chefe da família, ou seja, o trabalho destas é considerado complementar ao trabalho do chefe da família, ao da pesca masculina. Ainda ressalta-se que as mulheres pescam o aratu nas margens próximas da ilha, pois devem conciliar a atividade com os trabalhos domésticos e a criação dos filhos.

Referente às redes de emalhar, também com utilização expressiva, de acordo com *Diagnostico da Pesca Artesanal- Embrapa Tabuleiros Costeiros* – possuem uma grande

variedade de malhas (25x25 mm, 30x30mm, 30x35mm, 40x50mm, 50x50mm, 60x60mm, 60x30mm, 70x25mm e 80x80mm), que geralmente são utilizados de acordo com a espécie alvo que se deseja capturar. Nas pescarias com tal arte de pesca a maioria das espécies capturadas é de tainha *Mugil curema*, com tamanho adequado ao consumo.

Figura 15 – Morador da comunidade Mem de Sá mostrando as malhas das redes



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D’Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Neste ínterim, a utilização das artes de pesca e a captura do pescado revelam espacialidades no âmbito da divisão do trabalho bem demarcadas pelas relações de gênero. Essas espacialidades são notórias na ocupação do território de pesca, aos homens a pesca é desenvolvida ao longo do estuário do rio Vaza-Barris, enquanto as mulheres (marisqueiras) ocupam as áreas que margeiam a ilha.

Verifica-se também que na feitura das tarefas diárias são descritas atividades do “trabalho de homem” e do “trabalho de mulher”. No entanto, tanto a utilização das artes de pesca quanto à divisão das tarefas não são elementos competidores e sim complementares na pesca artesanal da ilha Mem de Sá. A tabela 5 traz um panorama das principais espécies de pescado e os respectivos apetrechos e/ou técnica usados, assim como, a melhor época do ano para a captura.

Quadro 5 – Panorama das principais espécies de pescado, apetrechos e/ou técnica usados e melhor época do ano para a captura

Nome popular	Espécie	Apetrecho e/ou Técnica	Época de pesca
Carapeba	<i>Diapterus rhombeus</i>	Rede de emalhar, tarrafa, anzol, camboa	Outubro
Robalo	<i>Centropomus paralellus</i>	Rede de emalhar, anzol, camboa	Ano todo
Sardinha	<i>Anchovia clupeioides</i>	Rede de emalhar, tarrafa, anzol, camboa	Set. a jun.
Tainha	<i>Mugil curema</i>	Rede de emalhar, tarrafa, camboa	Ano todo
Vermelha	<i>Lutjanus</i> sp.	Tarrafa, anzol, camboa	Ano todo
Aratu	<i>Goniopsis cruentata</i>	Vara com linha	Ano todo
Camarão	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller)	Tarrafa, redinha de arrasto	Maio
Caranguejo-uçá	<i>Ucides cordatus</i>	Braço, redinha, ratoeira	Ano todo
Siri	<i>Callinectes</i> sp.	Fisga, covo, esteirinha	Ano todo
Sururu	<i>Mytella</i> sp.	Coleta manual	Out. a mai.
Ostra	<i>Crassostrea rizophorae</i>	Facão	Ano todo
Massunim	<i>Anomalocardia brasiliiana</i>	Coleta manual	Ano todo

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá- Itaporanga D' Ajuda/Se – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Assim, embora se reconheça as divisões e as relações de poder no interior da atividade pesqueira e na comunidade como um todo, a essência da pesca artesanal é única. Conforme Ramalho (2006), ser pescador artesanal é torna-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.

Contudo, embora a relação entre ambiente e cultura seja evidente e necessária para a própria sobrevivência do pescador artesanal produzindo um modo de vida diferenciado é

imprescindível que a atividade pesqueira seja reconhecida por sua relevante importância, para os que dela sobrevivem bem como para a sociedade geral, pois o segmento anseia por estratégias de investimentos e incentivos para que sua permanência seja sustentada e sustentável.

4.5 Indicador econômico de sustentabilidade: a composição dos rendimentos financeiros e a comercialização

Na história recente a partir da década de 60 o governo brasileiro decidiu implantar uma indústria pesqueira em base empresarial, com foco na região centro-sul do país, através de incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Não obstante, a regulamentação do ordenamento pesqueiro com a criação do Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967 – Lei de Pesca, conforme Diegues (2004), mascarava a falta de apoio à pesca artesanal, tendo como justificativa ideológica a consideração de trabalhadores indolentes, e concedendo volumosos subsídios a pesca empresarial-capitalista.

No contexto contemporâneo a Lei n.º 11.959 de 29 de junho de 2009, traz um texto provido por um discurso sustentável e preocupado com a proteção das comunidades de pescadores na perspectiva da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca a ser desenvolvida pelo recém-criado Ministério da Pesca e Aquicultura. Entretanto, a proposta apresentada aglutina interesses e âmbitos incompatíveis com a diversidade dos segmentos envolvidos, pois não há como conciliar os anseios dos grandes empresários com as reivindicações das comunidades de pescadores em um planejamento comum.

Entretanto, os pescadores artesanais reconhecem e entendem a configuração deste novo cenário. Na edição especial da revista eletrônica Coletiva o artigo de Hulda Stadtler, aponta como resultado da experiência de formação de uma rede de solidariedade, pessoas comprometidas com os problemas socioambientais dos pescadores artesanais do país geraram, de modo maduro, a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, realizada entre os dias 28 e 30 de setembro de 2009, em Brasília, assim essa primeira Conferência Nacional evidencia que o sustentável deveria caminhar com os sabores apreciados pela comunidade, cuja identidade engloba as formas de fazer, temperar, produzir e degustar, pois, os pescadores, de posse de sua história, reagem a uma política que os lança fora do mundo real junto com a lama e a

destruição do seu campo produtivo coadunada com a uma pseudo-representatividade dos trabalhadores da pesca nos planos públicos de desenvolvimento.

Por certo, não é aceitável apenas enfatizar a importância da pesca artesanal para a economia nacional, sem que haja incentivo e colaboração para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos pescadores que tem que resistir aos processos de desestruturação da sua própria existência.

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura grande parte do pescado de boa qualidade que chega à mesa do brasileiro é fruto do trabalho dos pescadores profissionais artesanais. São eles os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais 500 mil toneladas por ano. Entretanto, a análise do retorno econômico oriundo da atividade pesqueira, parece não refletir os resultados de um setor tão importante para a economia nacional destacada a realidade de dificuldades e entraves enfrentada pelas comunidades de pescadores artesanais.

Segundo Diegues (2004), na pesca artesanal o mercado é o objetivo da atividade, ainda que o “balaio” ou cesto de peixe para o auto-consumo separado antes da partilha constitua uma das bases da sobrevivência do pescador e de sua família. Neste íterim, o indicador econômico foi formulado com o objetivo de investigar a participação da pesca na composição do rendimento financeiro familiar mensal dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá.

Quadro 6 – Indicador econômico de sustentabilidade

Dimensão	Parâmetros	Indicadores
DIMENSÃO ECONÔMICA	Quantidade de pescado capturado por pescador por dia	Participação da pesca na composição do rendimento familiar mensal

Fonte: Indicador construído pela autora.

Em Sergipe a pesca artesanal é de grande relevância, segundo o IBAMA estadual os municípios destaque na produção de peixe e camarão, em águas interiores, são Aracaju e Pirambu, já referente aos moluscos (sururu e sutinga) sobressaem os municípios de Nossa Senhora do Socorro e Estância.

No caso da Ilha Mem de Sá de acordo com *O Diagnóstico da Comercialização do Pescado – Embrapa Tabuleiros Costeiros* – as pescarias com rede de emalhar e tarrafa (em média realizadas 4 vezes por semana considerando a frequência das duas artes de pesca) rendem em média 5 kg de peixe por pescaria, sendo a tainha (*Mugil Curema*) a espécie mais capturada. Analisando esses dados conjuntamente com os obtidos no Diagnóstico da Pesca Artesanal – também no âmbito da Embrapa Tabuleiros Costeiros – acentua-se que apenas 19% das mulheres e 27% dos homens entrevistados exercem outras atividades para complementar a renda obtida com a pesca. Portanto, é relevante enfatizar que a pesca artesanal na ilha Mem de Sá é em grande parte responsável pela integralidade dos rendimentos financeiros mensais da comunidade.

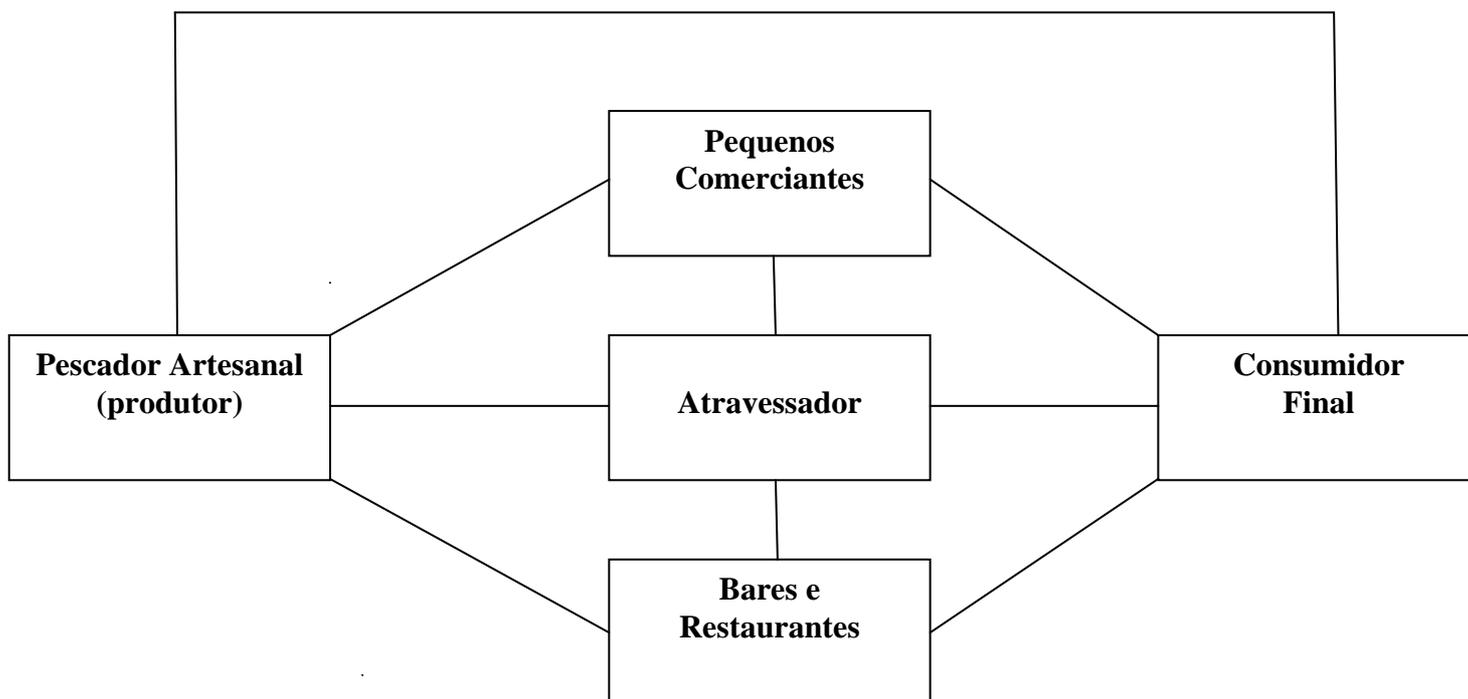
Deste modo, considerando hipoteticamente, embora baseado na média, que os pescadores artesanais tivessem capturas regulares com a rede emalhar e com a tarrafa considerando a tainha o peixe mais abundante e vendido o kg por 8,00 em média, pode-se calcular que em um mês a renda média familiar do pescador artesanal poderia chegar a R\$ 640,00, isso claro, ainda sem descontar o combustível do barco, a despesa com armazenamento do pescado, com compra e reparo dos utensílios das artes de pesca, transporte e se fosse vendida toda a produção, posto que, é necessário retirar desse cálculo o pescado que serve para a alimentação da família.

Assim como pode-se analisar a pesca com camboa também realizada na ilha Mem de Sá, entretanto, conjecturar o valor obtido com a venda do pescado é muito mais difícil, visto que, além das despesas descritas nos apetrechos anteriores, essas pescarias são realizadas por grupos de pescadores, os quais têm que dividir a produção com o dono da camboa e com os demais companheiros, bem como, nem todo o pescado serve para a comercialização já que não é uma arte de pesca seletiva, inclusive seu uso é restrito e passivo de punições, podendo capturar peixes de pequeno porte. Contudo, com *Diagnóstico Comercialização do pescado na ilha Mem de Sá* – já citado, apurou-se que cada pescaria com camboa pode chegar a capturar 50 kg de peixe, entretanto, a maior dificuldade é a comercialização desse pescado.

Deste modo, a comercialização é uma das principais fragilidades da composição dos rendimentos financeiros na comunidade, pois o acesso às rotas requer dispêndio de dinheiro, viabilização de transporte e tempo, além de que, nem sempre é satisfatória a procura pelo produto, pelo pescado, e muitas vezes os pescadores artesanais têm que entregar o pescado para atravessadores.

De acordo com o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras-PEAC³³ de outubro de 2009 a agosto de 2010 os pescadores artesanais da ilha Mem de Sá capturaram 7520,8 kg de aratu. Contudo, a comercialização do aratu, do catado de aratu, é basicamente realizada por atravessadores, pois a procura no mercado Alcez Garcez Rolemberg, situado em Itaporanga D’Ajuda, não supre a oferta do produto, e esta foi rota encontrada pelos pescadores e marisqueiras.

Figura 16 – Fluxograma: rotas de comercialização do pescado na Ilha Mem de Sá



Fonte: Diagnóstico da comercialização do pescado na Ilha Mem de Sá – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Já os peixes possuem rotas alternativas, com destaque para a comercialização da tainha (*Mugil curema*), do robalo (*Centropomus paralellus*) e da carapeba (*Diapterus rhombeus*), que são vendidos diretamente no mercado municipal de Itaporanga D’Ajuda, e em menor escala a pequenos bares, restaurantes e comerciantes³⁴. Foi possível traçar as rotas de comercialização do pescado descritas no fluxograma acima.

³³ O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC, é uma ação da Petrobras, fruto de uma exigência do licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos da Unidade Operacional Sergipe e Alagoas, o qual também engloba o PMPDP- Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro. A ilha Mem de Sá é contemplada pelo programa e os dados foram disponibilizados pelo Prof^o. Dr^o. da Universidade Federal de Sergipe e responsável pelo programa na localidade Mario Thome.

³⁴ Análise realizada através dos dados contidos no Diagnóstico da Comercialização do pescado na ilha Mem de Sá- Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem de Sá- Embrapa Tabuleiros Costeiros, realizado pelos estagiários e graduandos em engenharia de pesca Ivaldo Pereira de Souza Junior e Breno Aurélio Camilo Santos.

Os pescadores artesanais da ilha Mem de Sá enfatizam que a principal dificuldade no escoamento do pescado é a falta de um comprador fixo, de uma rota fixa de comercialização que contemplasse e valorizasse os frutos do seu trabalho.

“Se fosse um pescador, um cambista que chegasse aqui: não eu quero comprar o peixe daí? Nós tem. Aí é uma beleza pro pescador que se sentiria mais descansado, tinha mais outro processo né, e agente quando vendesse essa feira já ficava com o dinheiro, as esposas muito do que elas negociam com o peixe dos esposos não iam pra feira, tem que pagar transporte, pagar banca, toda semana agente paga 2 reais, pra vender o peixe na banca, isso ai quando já tem esses 2 reais toda semana, em um mês já tem um dinheiro né [...]”.

(Seu. Bebe Pescador artesanal da ilha Mem de Sá)

“É por que é assim, tem tempo que eles dão mais e tem tempo que eles são menos, na quaresma sempre é menos é melhor pra vender, agora quando tem mais é mais difícil de vender, por que não tem aquele comprador né pra agente entregar todo aquele aratu, às vezes fica semana ai esses aratu catado não tem a quem entregar e é assim [...]”.

“O peixe também é assim, pega mais não tem um comprador só em uma mão, tem que levar pra Itaporanga, às vezes a feira ta boa, às vezes não □r [...]”.

(Betinha, moradora da ilha Mem de Sá)

Portanto, não é possível ter uma precisão do valor médio dos rendimentos financeiros mensais dos pescadores artesanais da ilha Mem de Sá, posto que advém majoritariamente da atividade pesqueira, considerando que não é um trabalho com regularidades estabelecidas, já que depende de desígnios naturais, da habilidade dos trabalhadores e da conservação dos ecossistemas e da comercialização.

Não obstante, conforme dados do PEAC o esforço de pesca, ou seja, quanto o pescador captura de pescado por dia é de aproximadamente de 4 a 6 kg. Contudo, embora seja uma quantidade de pescado relevante, a renda média mensal auto-declarada é baixa, pois 58,3 % da comunidade enfatiza que vive com menos de um salário mínimo, conforme os dados já obtidos pelos indicadores de sustentabilidade da dimensão social.

Este cenário reflete a falta de incentivo e investimento público nas quais deveriam ser inseridas as comunidades de pescadores artesanais na tentativa de salvaguardar um modo de vida que tanto contribui para a segurança alimentar da sociedade e para a economia nacional, como também, demonstra a dificuldade de articulação interna para a criação de estratégias de organização coletiva.

4.6 Associativismo: um outro caminho para o desenvolvimento com sustentabilidade?

Considerando o pouco apoio público e as grandes dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais no âmbito da organização e comercialização da produção pesqueira percebida, principalmente, nas condições de trabalho e na qualidade de vida das comunidades de pescadores é necessário destacar que de acordo com Melo e Souza (2007), entre as décadas de 30 e 80, três mudanças ocorreram no cenário das comunidades de pescadores artesanais, a saber: a formação de colônias de pescadores pela Marinha, a atualização da pesca e a transformação do sistema de representação corporativista.

Contudo, as transformações referentes ao escopo organizativo das comunidades de pescadores nos segmentos destacados interferiram, mas nem sempre garantiram, a representatividade e a efetiva e participação dos pescadores artesanais a frente das suas próprias bandeiras de luta. Na ilha Mem de Sá os pescadores artesanais relatam como grande empecilho para a articulação interna o distanciamento da colônia de pescadores e a da própria associação de moradores e pescadores da comunidade Mem de Sá.

“Nós não somos bem informado aqui, nem temos direito né, na hora que o pescador precisa de direito, aí esses direitos não são do pescador, né? Porque o pescador não tem informação, aí o pescador fica cego né, ele (o pescador) fica uma pessoa cega, que não conhece os seus direitos, então falta isso, falta conhecimento pra nós”.

Neste íterim, o indicador de sustentabilidade da dimensão política trará a análise centrada na participação da comunidade Mem de Sá na associação de moradores e pescadores da referida da localidade. Posto que, apesar de na atualidade, ter uma atuação embrionária pode configurar-se como uma importante rede de articulação política futura, devido ao forte anseio da comunidade pelo rompimento do isolamento na qual está inserida.

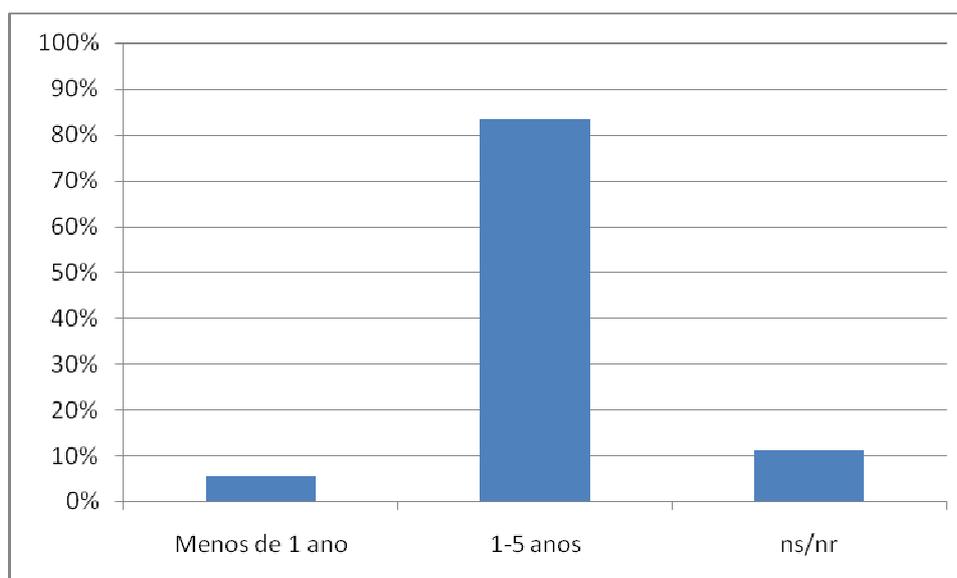
Quadro 7 – Indicador de sustentabilidade político

Dimensão	Parâmetros	Indicadores
DIMENSÃO POLÍTICA	Número de filiados; Tempo de filiação na associação comunitária; Frequência dos membros nas reuniões da associação; Conhecimento dos membros sobre os objetivos e sobre o estatuto da associação; Participação nas decisões da associação.	Participação política comunitária.

Fonte: Indicador elaborado pela autora.

A associação de moradores e pescadores da ilha Mem de Sá conta com 76 sócios³⁵, entretanto a grande maioria dos sócios tem no máximo 5 anos de filiação. Esses dados demonstram o processo recente em que se encontra a organização da associação, refletindo a pouca experiência tanto dos sócios quanto da própria diretoria, uma vez que 77,8% dos entrevistados nunca tinham participado de uma associação.

Gráfico 9 – Tempo de sócio

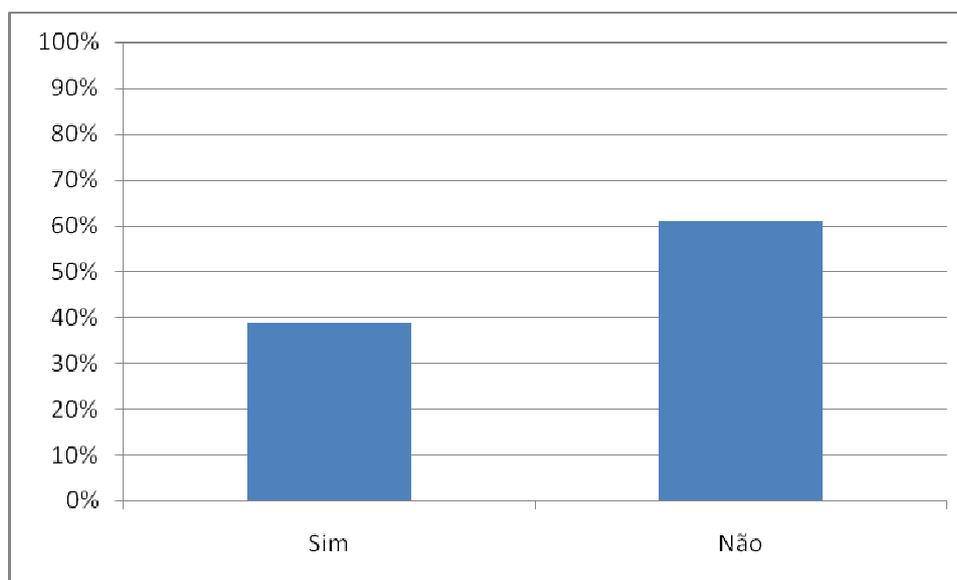


Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá – Embrapa Tabuleiros Costeiros

³⁵ Dados coletados em maio de 2010, podendo já ter sofrido alterações.

Outro fator que tem dificultado a estrutura organizacional da associação é a baixa frequência dos sócios nas reuniões, geralmente realizadas mensalmente, ou quando surgem demandas que precisam ser analisadas pelo conjunto dos sócios.

Gráfico 10 – Frequência dos membros da associação nas reuniões



Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá – Embrapa Tabuleiros Costeiros

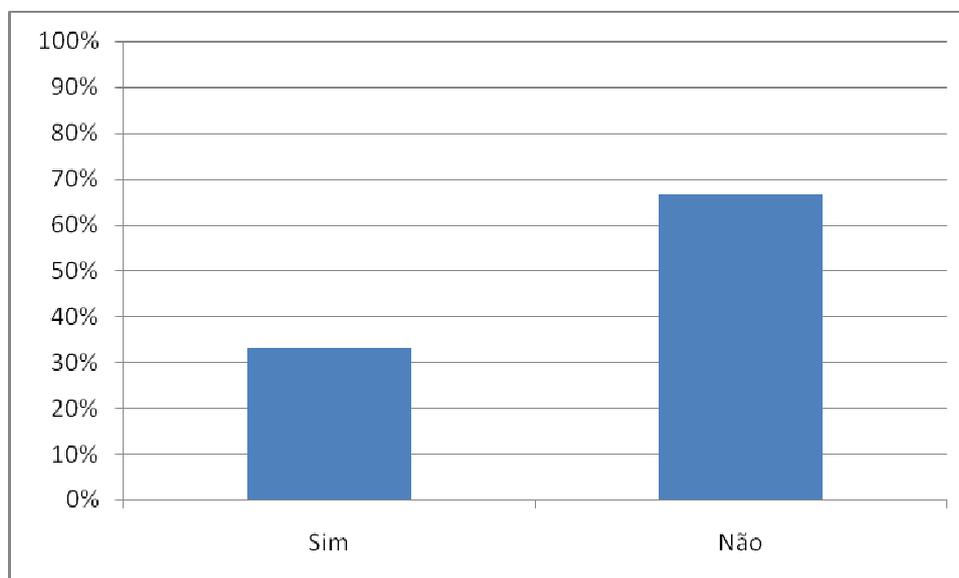
Dentre as justificativas mais destacadas como inibidor da frequência nas reuniões, sobressai à falta de informação sobre a realização das mesmas. Como também, a pouca proeminência de resolução imediata dos problemas comunitários que causa certa desmotivação para a participação nas reuniões formais da associação.

Com relação ao exercício pleno das funções e representatividade dos sócios é necessária para uma associação a aquisição da personalidade jurídica com o registro de seus atos constitutivos, ou seja, o estatuto ou contrato social no órgão de registro público competente, qual seja, o Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assim, o estatuto das associações deve conter: a denominação, os fins e a sede da associação; os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; os direitos e deveres dos associados; as fontes de recursos para sua manutenção; modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria, etc.); e as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

Deste modo, quando perguntado se os entrevistados conheciam o estatuto da associação de moradores e pescadores da ilha Mem de Sá 66,7% dos entrevistados responderam que não conhecem, e mesmo os 33,3 % que responderam que tem conhecimento

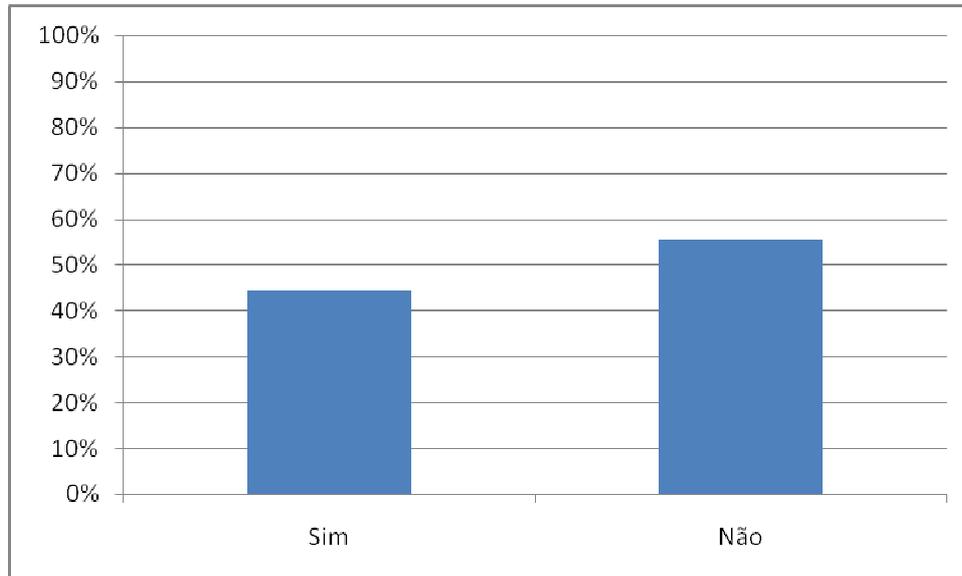
sobre o estatuto ninguém soube dizer ao que o documento corresponde no contexto da regulamentação da associação, bem como na participação dos sócios.

Gráfico 11 – Conhecimento sobre o estatuto da associação



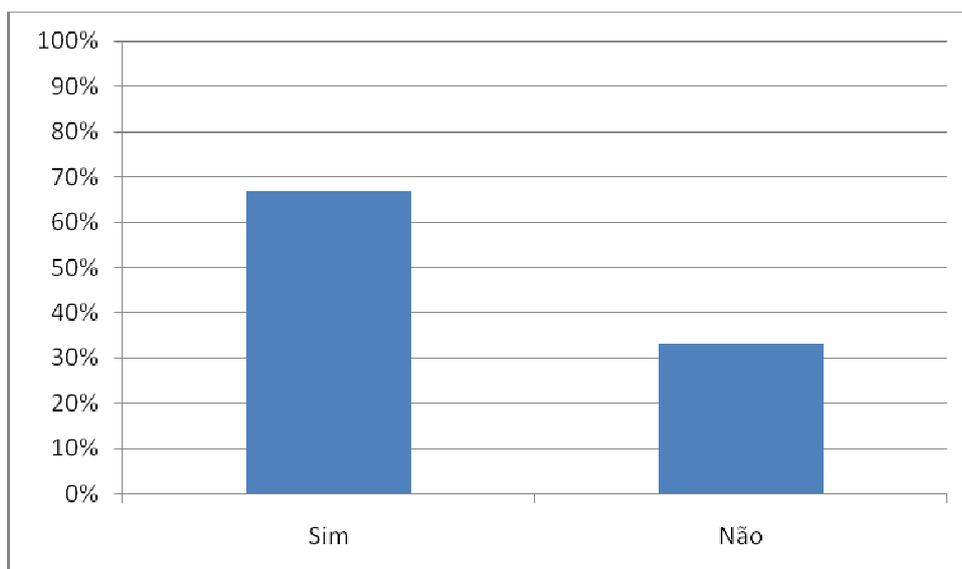
Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá – Embrapa Tabuleiros Costeiros

Entretanto, é fundamental destacar que quando perguntado sobre os objetivos da associação a porcentagem afirmativa é maior, como também, as respostas abertas apontam que os entrevistados relacionam os objetivos da associação com os anseios comuns pela melhoria da qualidade de vida comunitária. Assim, a instalação da rede hidráulica na ilha Mem de Sá aparece como objetivo lógico das ações da associação comunitária.

Gráfico 12 – Conhecimento sobre os objetivos da associação

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá – Embrapa Tabuleiros Costeiros

Entretanto, aspecto emblemático nos dados analisados é que apesar da frequência dos sócios ser baixa nas reuniões 66,7% dos entrevistados confirmam a participação nas decisões tomadas pela associação.

Gráfico 13 – Participação dos sócios nas decisões tomadas pela associação

Fonte: Projeto Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá – Embrapa Tabuleiros Costeiros

De acordo com Gohn (2008), as novas teorias dos movimentos sociais tentam explicar a configuração do associativismo civil contemporâneo, e neste cenário a composição

das redes sociais e da mobilização social são categorias analíticas relevantes. A supracitada autora ressalta que dentre as redes sociais as de caráter de mobilização civis são conectadas ao próprio conceito de mobilização social definido como um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas.

Contudo, nem sempre é fácil conciliar as ações coletivas, já que há uma forma específica de cooperação oficialmente privilegiada pela representação jurídica, tendo em vista à organização espontânea dos grupos sociais, no nosso caso específico, reivindicando o acesso a participação política.

Deste modo, é notória a formação de redes sociais na comunidade Mem de Sá, ainda que não tenha uma atuação firme na associação comunitária, contudo, pautadas em formas espontâneas e gratuitas de cooperação consagradas pela tradição, ajuda interna em família, aos compadres e amigos em forma de mutirão e maneiras recíprocas de convivência social, baseadas em laços de confiança, pertencimento e responsabilidade comunitária que dão o sentido de participação no associativismo que extrapolam a evidenciação da participação formal.

Entretanto, as redes sociais no âmbito da mobilização social necessitam de uma teia de relacionamentos internos e externos que propicie a efetiva participação política do segmento representativo. E esta revigora-se como a grande dificuldade enfrentada pela associação comunitária, embora 83,3% dos entrevistados tem plena confiança na transformação da realidade vivenciada na comunidade via a atuação da associação de moradores e pescadores da ilha Mem de Sá.

Portanto, a evidenciação de lógicas de sobrevivência singulares, não deve ser analisada por pressupostos externos e nem tão pouco românticos pautados em modos de vida idílicos e extremamente harmoniosos, pois, mesmo interpretando uma esfera da vida comunitária, a participação política via associação comunitária, não há como desconsiderar todo um modo de ver e conceber o mundo construído social e culturalmente ao logo do tempo, por isso, o associativo pode ser um caminho para o alavancamento de estratégias compatíveis com a proposta da sustentabilidade, inclusive econômica e política, pois já é um percurso percebido pelos próprios comunitários.

Assim, depois de todo esse envoltório e necessário tecer breves considerações.

O trabalho na pesca artesanal desenvolvido pela comunidade Mem de Sá revigora-se nos saberes tradicionais repassados de geração em geração e expressos no aguçado conhecimento sobre os ecossistemas circundantes, embora estes também guardem mistérios. As artes de pesca são precisamente utilizadas em decorrência dos melhores pontos de pesca e

da captura de determinadas espécies de pescado revelando espacialidades territoriais e relações de divisão social de trabalho.

Como também, os pescadores artesanais edificaram uma profunda percepção, notável na distinção da morfologia, comportamento, classificação do pescado e do ambiente aquático. Estes elementos conformam uma rede conectiva entre ambiente, cultural e experiência cotidiana que influenciam, ainda na atualidade, a constituição da pesca artesanal como principal fonte de renda da comunidade.

Contudo, apesar de toda a atmosfera de reciprocidades apresentadas pela relação entre ambiente e cultura, a pesca artesanal na ilha Mem de Sá necessita da elaboração de estratégias que incluem a organização da comercialização do pescado e o alavancamento da associação comunitária, fatores importantes para o desenvolvimento local e que imprimem a proposta da sustentabilidade no âmbito do conhecimento tradicional.

CAPÍTULO V

A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE E OS LIMITES DA RECIPROCIDADE: FESTA DE SANTA LUZIA, SAMBA DE COCO E REISADO NA ILHA MEM DE SÁ

A dinâmica social das comunidades de pescadores artesanais é intrinsecamente relacionada ao seu patrimônio imaterial tecido no âmago da tradição local. Não obstante, na pesca artesanal as manifestações culturais e religiosas são amplamente relevantes, pois no Brasil, nasceram e são preservadas até hoje diversas festas, danças, rituais e lendas folclóricas que moldam lógicas de vida peculiares.

Deste modo, este capítulo investiga o patrimônio imaterial da ilha Mem de Sá na perspectiva de evidenciar as devidas conexões com organização da comunidade em torno do ambiente de pesca, bem como, descobrir as limitações desta relação.

5.1 Indicador cultural/espiritual de sustentabilidade

O destaque para as manifestações culturais e religiosas desvendadas através do indicador de sustentabilidade acentua-se na proposta de compreender como o trabalho na pesca e o cuidado com o território habitado se cruzam no âmbito da espiritualidade emanada da vida em comunidade na ilha Mem de Sá.

Quadro 8 – Indicador cultural/espiritual

Dimensão	Parâmetros	Indicadores
DIMENSÃO CULTURAL/ESPIRITUAL	Participantes auto - declarados na principal opção religiosa, Número dos brincantes das manifestações culturais, Tipos de manifestações culturais religiosas,	Composição do patrimônio imaterial

Fonte: Indicador formulado pela autora

Deste modo, 80,3% das pessoas entrevistadas na comunidade se auto-declaram católicas e a ênfase deste segmento será na organização da festa de Santa Luzia, como

também, foram auto-declaradas como importantes na composição da vida dos comunitários as manifestações folclóricas do reisado e do samba de coco, com aproximadamente 13 e 29 brincantes, respectivamente.

5.2 Os territórios da memória e os desenraizamentos da atualidade: a festa de Santa Luzia na Ilha Mem de Sá

O patrimônio imaterial da ilha Mem de Sá pode ser investigado pelos elementos que compõem as memórias da festa de Santa Luzia, pois as mesmas se entrelaçam com a construção identitária dos próprios habitantes locais.

“[...] essa festa de Santa Luzia já vem de muitos [...] dos troncos, dos herdeiros, num é de agora não, quando eu tomei entendimento de gente, minha mãe já falava dessa festa. A organização da festa era muito bonitinha, era linda, hoje mesma ela (Dona Odete) ficava até sem comer pra cuidar dessa igreja, tudo bem arrumado, ela deixava tudo bem arrumado”.

(Dona Angélica, moradora da ilha Mem de Sá)

De acordo com Castells (2000), a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalece sobre outras fontes, a identidade organiza significados.

A festa da padroeira Santa Luzia é comemorada no mês de dezembro (13 de dezembro) e os moradores mais antigos com muita sabedoria ao relembrar o seu passado expressam a sintonia entre a festa e o sentimento de pertença ao território. Seu Zuca fala que antigamente só participava da festa quem a comunidade trazia das localidades próximas, pois os donos das canoas só traziam gente conhecida, nessa época não havia briga, nem confusão, era um sinal do cuidado para com o território habitado.

Portanto, a festa, inclusive a religiosa, evoca alegria, amizade, agradecimento, reencontro, partilha, pertencimento, zelo e tantos outros sentimentos bons para se vivenciar com os seus familiares, amigos, companheiros, vizinhos, membros reconhecidos de uma coletividade similar.

Contudo, precisamente referente às festas religiosas, de acordo com Siqueira (2000), devido a brechas existentes no Padroado Régio, era a religiosidade popular responsável pela organização do espaço, assim, era de decisão dos leigos a escolha dos padroeiros, das devoções, da organização das festas e das celebrações. Embora não se saiba de quem foi à

iniciativa, na ilha de Mem de Sá, para a organização da festa de Santa Luzia, Dona Odete, é lembrada como organizadora da tradição na comunidade.

Deste modo, os preparativos para a celebração religiosa sempre mudaram a rotina local e ainda hoje permeiam as memórias da comunidade, assim, nos dias antecedentes aconteciam novenas e tridos³⁶. Seu Zuca lembra muito bem como era em sua época a organização das noites de festa:

“Vamos dizer assim na oitava note, ai a noite é sua, ai você ia limpa a igreja, varrer a igreja, enfeitar a igreja, cada noite tinha um mordomi, o mordomi antigamente botava a fogueira, fazia a limpeza na igreja, ai agente dava bala, pirulito aos meninos, a comunidade batia palma, dava viva aos mordomi! Nas trezenas às vezes entrava 4, 5 mordomi por noite, eu num perdia uma hora, uma noite de festa, ficava esperando pra soltar os foguetes, eu sou mordomi desde pequeno. Tinha a noite dos pescador, tinha a noite das moças, das casadas, dos solteiros, dos rapaz, na minha época né, tinha a noite dos alunos, que as mães era quem ajudava, e ai tudo fazia alegria, tudo fazia festa.”

A figura do “mordomi” destacada por Seu Zuca representa o mestre de cerimônia das noites festivas, cada noite tinha representantes da comunidade responsáveis pela organização do ritual celebrativo. Ser um “mordomi” é ser parte da identidade local, zelador do patrimônio não material, do espírito da comunidade, ou seja, da unicidade entre cultura e ambiente, pois, o conhecimento tradicional é expresso no sentir dos sentidos, no domínio complexo de múltiplos saberes que envolvem as relações sociais e o ambiente.

O ritual religioso também era celebrado com a realização dos leilões, traço característico das antigas festas dos padroeiros nas cidades e povoados do interior de Sergipe.

“Fazia assim, botava uma mesona bem grande pra fazer o leilão, botava aqueles presentes muito bonito, aqueles peixes, ai dizia assim o peixe é 50, que num era cinqüenta naquela época, era a questão do leilão, ai o outro dizia é 150, ai a outra dizia é 200, ai ia subindo, quando chegava num total que achava que tava o bom, ai vendia, ai o dinheiro ficava pra Santa Luzia”.

(Dona Angélica, moradora da ilha Mem de Sá)

A arrecadação obtida com a realização dos leilões era concedida à capela de Santa Luzia e essa tradição era conhecida de longa data. Entretanto, a tradição não é fixa, ela é reinventada a cada nova geração.

³⁶ Ritos religiosos geralmente contemplados em noites de oração. Novenário refere-se a nove noites de oração e trido a três noites.

“Eu vi a necessidade da comunidade né, que antigamente quem organizava (a festa de Santa Luzia) era o meu tio que morava aqui e meu pai, mas eles se mudaram da ilha, aí como tinha a necessidade de ter alguém pra organizar, senão a tradição da comunidade morria, aí eu comecei a organizar. Dona Odete era quem organizava a parte religiosa, Dona Odete, desde [...] que eu era pequena começou a cuidar da igreja, aí como ela era a professora do lugar sempre tem uma visão mais ampla, ela se mudou pra São Paulo, aí como ela me ensinou tudo que sabia eu comecei a passar tudo o que sabia, o que ela me ensinou pra comunidade”.

(Dona Angela)

Figura 17 – Igreja na comunidade Mem de Sá – Padroeira Santa Luzia, dezembro de 2009



Fonte: Wilson Segundo

Deste modo, certamente não haverá cultura imóvel, estagnada no tempo e completamente igual ao que já foi um dia, pois novos elementos são incorporados sem que necessariamente se perca o elo ou significado central, embora se possa cair nesse risco. Assim, ao longo do tempo foram acontecendo várias mudanças na forma de organização e celebração da festa de Santa Luzia, mas conservaram-se traços peculiares, a exemplo dos batizados e da procissão. Em muitas comunidades, como na ilha Mem Sá, espera-se todo o ano para a chegada do mês festivo, época de muitas expectativas e bênçãos.

Figura 18 – Batizados na festa de Santa Luzia – Ilha Mem de Sá, 2009



Fonte: Wilson Segundo

Os batizados acontecem na própria capela de Santa Luzia, momento de alegria para a comunidade, que geralmente só tem uma vez no ano a realização desse sacramento cristão. Como também, a procissão de Santa Luzia é um dos pontos altos da festividade, momento em que a comunidade se confraterniza, reza e louva a sua padroeira. Com cantos e fogos de artifício o andor levando Santa Luzia segue pelos arredores da ilha.

Figura 19 – Saída da procissão na festa de Santa Luzia – Ilha Mem de Sá, 2009



Fonte: Wilson Segundo

Contudo, no contexto dos desenraizamentos da realidade vivenciada os “mordomi” como fala Seu Zuca já não existem mais na festa de Santa Luzia, pelo menos em essência, estes foram substituídos pelos patrocinadores das noites.

“Quando falta dois meses pra chegar a festa de Santa Luzia agente começa a fazer os boletos pra festa, ai começamos a entregar as pessoas um mês antes que vão participar das novenas”.

(Betinha, moradora da ilha Mem de Sá)

Neste sentido, observa-se a incorporação de novos significados a festa religiosa realizada no seio da comunidade. E este pode ser um fator limitante das bases conectivas que entrelaçam a reciprocidade entre cultura e ambiente revigoradas na lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais.

“Com o passar do tempo a festa religiosa vem diminuindo, por que as pessoas não se atraem mais pras coisa do Senhor, são mais atraídas pras coisas do mundo, ai você vê no sábado, num domingo que é a festa religiosa, poucas são as pessoas que tem compromisso, que são devotos”.

(Joseilda, moradora da ilha Mem de Sá)

Deste modo, o afrouxamento do sentimento de pertença do território habitado interfere em todo o modo de vida construído socialmente. Uma vez que, é reconhecida da literatura que a sustentabilidade é ameaçada quando certos valores e práticas são destruídos, pois a resistência cultural é construída pelas mediações históricas e sócio-espaciais entre o saber e o saber-fazer plasmadas no seio das comunidades (MELO; SOUZA, 2007).

E embora, não sejam destacados aspectos diretamente relacionados à pesca, é notório que o cenário analisado compõe e interfere em toda a comunhão estabelecida e evidenciada na pesca artesanal na comunidade Mem de Sá.

5.3 Samba de coco e reisado: patrimônio de uma vivência comum

O samba de coco e o reisado são manifestações culturais muito relevantes na comunidade Mem de Sá. Embora, reconstituir as suas origens seja elemento de primeira dificuldade para a análise proposta.

“O Samba de coco foi primeiro e o reisado depois, o samba toca desde muito tempo”.Ele falou que foi da raízes dos avós dele (Seu paizinho) [...] quando ele teve conhecimento foi através da mãe. Primeiro São João, São Pedro e Santa Isabel, nós amanhecíamos o dia.Na época eles não eram daqui [...] ele é descendente de índio e foi ai onde tudo começou [...] acho que através do índio né [...] e agente começamos a brincar aqui e eu pequenininha já virada”.

(filha de Seu. Paizinho)

O samba de coco na ilha Mem de Sá, de acordo com alguns entrevistados, iniciou-se com a família de Sr. Paizinho, dança ritmada, praticada pelos troncos, por descendentes de índios.

Figura 20 – Samba de coco na Ilha Mem de Sá



Fonte: Evandro Almeida Tupinambá

Segundo Alencar (2003), nem todas as danças que compõem o universo cultural do folclore são folguedos, pois não possuem a trama dramática que é responsável pela estrutura do próprio folguedo, o coco dentro do universo folclórico, não é apenas fruto do coqueiro presente no nordeste como riqueza econômica, beleza e paisagem, é nome de dança e dança forte. Na ilha Mem de Sá, como já enfatizado, a brincadeira perpetuou-se no terreiro de seu “paizinho”, de casa em casa os brincantes saíam recolhendo bebidas e dançando no ritmo da caceteira que de som tão forte dava para ouvir nas localidades vizinhas, toda a comunidade era envolvida no trajeto percorrido pelo samba de coco festejando o ciclo junino. Dentre os traços característicos do samba de coco estão o sapateado demonstrando todo o vigor do

brincante, o canto com seu ritmo sincopado e é sempre acompanhado de palmas com braços para o alto e requebros.

Figura 21 – Samba de coco na Ilha Mem de Sá



Fonte: Evandro Almeida Tupinambá

Ainda de acordo com Alencar (2003), tem samba de coco de várias formas, mas a raiz é sempre a mesma: o batuque africano acrescentando a disposição em círculo de influência indígena. Entretanto, a tradição do samba de coco na ilha Mem de Sá com o passar do tempo vem perdendo a sua sintonia com os brincantes, alguns se converteram ao protestantismo e por isso não convém mais participar da dança e os jovens locais não são atraídos pela cumplicidade que reunia a comunidade em torno da dança, por isso, o grupo passou um tempo desativado ressurgindo revigorado com nome e roupas específicas.

Figura 22 – Grupo do samba de coco nova geração – Ilha Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda/SE



Fonte: Wilson Segundo

Contudo, embora o grupo de samba de coco tenha tomado um novo fôlego, o mesmo já não se apresenta mais pelo simples prazer de festejar junto à comunidade, hoje as apresentações são externas, em encontros culturais no município de Itaporanga D’Ajuda, Aracaju e demais municípios, bem como, este cenário também contempla as apresentações do grupo de reisado já bastante fragilizado pelo pouco interesse dos brincantes locais.

Segundo Alencar (2003), o reisado é originário de um ato de louvor do Nascimento de Jesus, envolvendo brincantes e músicos, de influência portuguesa tinha antigamente o nome de Reseiros que eram grupos de pessoas, que no período de natal, saíam pela cidade anunciando o nascimento de Jesus. Na ilha Mem de Sá os entrevistados não enfatizam essa concepção, relatam que brincavam o reisado sem data fixa, apenas com a ressalva de guardar a quaresma em sinal de luto e respeito, as cores dos cordões em geral são o vermelho e o verde, mantendo ainda a tradição da incorporação de figuras como a Dona Deusa, o Mateus, o mulato e o boi.

Figura 23 – O folguedo Reisado



Fonte: Evandro Almeida Tupinambá

O grupo do reisado é formado por dois cordões representando o azul (pureza de Maria) e o encarnado (sangue de Jesus por nós derramado), contudo, as cores mudam concernente o simbolismo de cada tradição local. Conserva-se o roteiro das jornadas: “abrigo” de porta ou “pedição” de sala, marcha de entrada, louvação aos donos da casa, louvação ao menino Jesus, parte das figuras, entremeios ou falas do caboclo e da D. Deusa, cantigas de amor, chula só dançada, entrada do boi-morte-partilha, ressurreição e retirada.

Figura 24 – As cores do reisado

Fonte: Wilson Segundo

Todo esse patrimônio guardado no seio da comunidade Mem de Sá ainda que apresente sinais de uma eminente desestruturação, persiste, pois é intrínseco a vida dos habitantes mais antigos da ilha, um patrimônio imaterial ainda vivo, lembrado pelas músicas, pelos ritmos, pela recordação de uma vivência comum, por um sentido de vida mútuo.

Portanto, não foi por acaso que a abordagem deste capítulo fecha o enredo deste estudo, pois, na pesca artesanal da ilha Mem de Sá existe uma atmosfera, um envoltório presente, significativo, que não é dado ao aparente, ao material. A comunidade da ilha Mem de Sá insere-se em mútuas relações, relações concretas e espirituais, mas que moldam uma lógica única e local, moldam a lógica de sobrevivência que guarda a sua gente.

Desta forma, frente aos entraves postos nos limites da reciprocidade para o alcance da sustentabilidade cultural /espiritual na Ilha Mem de Sá, na análise de Boff (1999), no atual momento em que se vive importa construir um novo *ethos* que permita uma nova convivência entre os humanos com os demais seres vivos da comunidade biótica, planetária e cósmica, que propicie um novo encantamento em face de majestade do universo e a complexidade das relações que sustentam todos e cada um dos seres.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser pescador artesanal é ter um fundamento de vida particular, é ter um sentido de pertença intrínseco ao seu universo. O pescador não é um ser preponderante, pois se faz existir dentro das teias de complexidade que dão sentido a sua vida. As reciprocidades costumam as redes de envolvimento com o ambiente habitado, e o ambiente, por sua vez, ao ser significado interfere no cotidiano dos seres sociais. Na ilha Mem de Sá a lógica de sobrevivência dos pescadores artesanais repousa na concepção das relações recíprocas entre ambiente e cultura e este foi o envoltório que desnudou a referida comunidade.

No âmbito dos resultados dos indicadores de sustentabilidade, os mesmos puderam ser entrelaçados as sociabilidades e aos saberes inseridos nas práticas culturais locais:

O baixo nível escolar dos pescadores e marisqueiras em idade adulta e o baixo rendimento mensal da maioria das famílias da comunidade não só demonstraram as dificuldades do modo de vida tradicional construído, mas apontam desafios no sentido do estímulo para a busca de um melhor acesso a educação. Pois, os jovens e as crianças bem preparados educacionalmente poderão alcançar melhores condições de vida em qualquer profissão, e especificamente para aqueles que pretenderem continuar na pesca artesanal poderão melhor aliar os conhecimentos tradicionais herdados e aprendidos com a inserção de novas tecnologias a fim de um melhor manejo, beneficiamento e comercialização do pescado.

A perspectiva da busca de melhores condições de acesso e de qualidade na educação se reconhecida como prioridade pela comunidade, será um grande avanço, pois poderá fazer a diferença na formulação de reivindicações de políticas públicas e da própria participação comunitária nos conselhos decisórios e de elaboração do planejamento ambiental e municipal.

A associação comunitária enquanto entidade representativa de seus sócios tem um relevante papel dentro e fora da comunidade, uma vez que, ao lidar diretamente com as possibilidades e limitações locais pode reconhecer estratégias alternativas de desenvolvimento, bem como, com um trabalho de base pode incentivar o potencial das mulheres marisqueiras. Pois, as marisqueiras na ilha Mem de Sá são evidentes enquanto complementares da pesca masculina, muito embora tenham autonomia na profissão/ofício e em relação aos seus apetrechos, aos pontos de pesca e ao tipo de pescado ao qual captura e comercializa, evidenciando uma simbólica, mas não menos concreta relação de poder masculina.

A dinâmica cultural e espiritual da comunidade destacou-se enquanto fundamento de um trabalho vigoroso e coletivo que faz das manifestações culturais o cenário para a celebração. O samba de coco e o reisado traduzem uma relação com o ambiente que não é aparente, desvenda-se na cumplicidade dos pescadores com os seus companheiros e no zelo para com o território habitado demonstrado pelos moradores mais antigos.

Deste modo, a recorrência a utilização dos indicadores de sustentabilidade consistiu no fato deste ser um tipo de conhecimento capturável mediante indícios, ou seja, o recurso a indicadores de sustentabilidade permitiu articular homem e mundo enquanto categorias indissociáveis (MELO; SOUZA, 2007). Bem como a detecção e escolha dos parâmetros adequados para os indicadores de sustentabilidade permitiram a verificação das possibilidades e limitações da atividade pesqueira.

Evidenciou-se que o ambiente também constrói identidades e edifica relações sociais, afetivas e de pertencimento. O ambiente ao ter sentido na vida dos pescadores artesanais floresce para as práticas de pesca na ilha Mem de Sá e é no ambiente dessa vivência que os mitos, os saberes e os ritos compõem o cotidiano, a oralidade e o conhecimento tradicional, pois são os berçários populares do conhecimento sensível que não possui as regras do conhecimento científico, mas que pode e deve ser complementar quando necessário.

O monitoramento socioambiental demonstrou que é possível analisar os saberes tradicionais no contexto sustentabilidade, sobretudo, por considerar a fundamentação cultural. Essa ferramenta corrobora com propostas de gestão ambiental pautadas pela participação direta das comunidades tradicionais e utilizando, inclusive, iniciativas já inseridas no contexto local. Contudo, para que esse processo aconteça não basta simplesmente impulsionar um movimento de fora para dentro, mas será necessário compor um movimento mútuo. Uma vez que, os comunitários precisam entender o seu papel no contexto do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Na ilha Mem de Sá a comunidade compreende a relevância da união das pessoas e das diversas formas cooperação, contudo, parece que ainda não tem a dimensão de que pode não só contribuir para o rompimento das barreiras que a distancia do alcance das medidas necessárias para a melhoria de vida local, mas pode ser decisiva na maneira de como se construirá o desenvolvimento municipal de todo o Litoral Sul de Sergipe.

Deste modo, a ênfase ao conhecimento tradicional permitiu pensar a sustentabilidade considerando um modo de vida em que relações sociais construídas pela reciprocidade envolvem o ambiente demonstrando a dependência com os demais seres de nosso planeta. As relações de reciprocidade vislumbram soluções caseiras para a crise socioambiental que muito

padece de compaixão e de amor ao próximo e que perpassa pela solidariedade, pela partilha e pela ajuda mútua. Não há avanços tecnológicos que possam barrar a ânsia pelo imediatismo de uma sociedade que do auge de sua individualidade não percebe que cuidar do outro é cuidar de si mesma, ou seja, cuidar do ambiente é cuidar do outro tecendo as teias que sustentam as nossas próprias vidas.

A comunidade da ilha Mem de Sá vive da pesca artesanal que desenvolve a várias gerações e viver da pesca não é simplesmente capturar e vender o pescado. Os pescadores artesanais herdaram os conselhos, as lembranças, as práticas e o ofício de seus pais, foi na pesca que estabeleceram os laços de amizade com seus vizinhos e com seus companheiros e na pesca edificaram o pertencimento a um patrimônio real (mangues, rios, artes de pesca, canoas, etc) e a um patrimônio simbólico e/ou imaterial (danças, festas, memórias, mitos, cantos etc.). O conjunto desses elementos configura uma lógica de sobrevivência singular e que precisa ser analisada por seus fundamentos e a partir de seus sujeitos.

Essa dissertação preocupou-se com a singularidade local emanada da pesca artesanal posta na composição do ambiente morada para a essência das reciprocidades que modelam as relações sociais na ilha Mem de Sá. Contudo, trabalhos acadêmicos sobre comunidades tradicionais ainda são tímidos quanto à produção científica, sobretudo, com relação à pesca artesanal ainda há uma longa e instigante jornada a ser percorrida no sentido da valorização e do conhecimento do modo de vida desses povos que sem idílio e romantismo muito podem contribuir para a edificação da uma sociedade humanamente comprometida para com a sobrevivência dessa e das próximas gerações.

Portanto, aliar os saberes tradicionais a ciência é um caminho possível, inclusive, podendo ser utilizado pelos gestores públicos e/ou ambientais orientando um desenvolvimento que seja viável em termos econômicos, com propícias condições socioambientais e ecologicamente equilibrado.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Paulo César Coelho. **Imagens de natureza, imagens de ciência**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.
- AIRES, Almeida (org). **Dicionário escolar de filosofia**. Lisboa :Editora Plátano, 2003.
- ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. **Danças e folguedos: iniciação ao folclore sergipano**. Desenhos de Cláudia Endlein, fotos de Marcel Nauer. Aracaju, 2003.
- BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BEGOSSI, Alpina. **Ecologia humana: ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: NEPAM/UNICAMP: NAPAUB/ USP, 2004.
- BEGOSSI, Alpina et.al. **Síntese baseada no Relatório do Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande (RJ)**. Instituto Bio-Atlântica (IBio). Rio de Janeiro : Instituto Bio-Atlântica, 2009.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural: textos selecionados**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre, 1930 - 2002. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem no Brasil**. Pesquisa feita em internet disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm>. Acesso em 28/05/2010.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Editora Papirus. São Paulo, 2003.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 25ª ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Sociologia e sociedade pós-industrial: uma introdução**. São Paulo: Paulus, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. São Paulo: UNESP, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA NETO, Eraldo Medeiros. **A cultura pesqueira do litoral norte da Bahia: etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade.** Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL, 2001.

DALTRO Filho, José et al. **Caracterização do lixo municipal da cidade de Aracaju/SE: relatório técnico de pesquisa financiada pelo CNPq.** Aracaju: DEC/UFS, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **As áreas naturais protegidas: o mito do paraíso desabitado.** XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú- MG. 1994.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: editora Hucitec, 1996.

_____. **A educação ambiental e a questão das áreas naturais protegidas.** NAPAUB, 1998.

_____. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Hucitec: NAPAUB-USP, 2000.

_____. **Ecologia humana e planejamento Costeiro.** São Paulo: Hucitec, 2001 a.

_____. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB, 2001 b.

_____. **Povos e águas: inventario de áreas úmidas brasileiras.** 2. ed. São Paulo: Nupaub-USP, 2002.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira.** NAPAUB-USP, 2004.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá - Itaporanga D'Ajuda/Se.** Embrapa Tabuleiros Costeiros. Aracaju, 2007.

FOSTER, Jonh Bellamy. **O metabolismo entre a natureza e sociedade.** Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro, 2005.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2004. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br>>. Acesso em: 10/08/2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Mundo em descontrole.** 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **A política da mudança climática.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH.** Salvador, v. 1, n. 54, 2008.

- GOLDBLATT, David. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 12 ed. São Paulo : Contexto, 2005.
- HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa : Instituto Piaget, 1995.
- HEEMANN, Ademar. **Natureza e ética**: dilemas e perspectivas educacionais. 2 ed. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1998.
- JAPIASSU, Hilton. **Francis Bacon**: o profeta da ciência moderna. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- JESUS, Tânia S. de; SOUZA, Rosemeri. Ambiente urbano e qualidade de vida – uma análise da (in)sustentabilidade na cidade de Nossa Senhora da Glória/SE. **Scientia Plena**, v. 3, n.º 5, 2007.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução Marie-Agnés Chauvel; Prefácio Maria Isaura Pereira Queiroz. São Paulo, 2000.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- LEFF, Enrique. Saber **Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Epistemologia ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.
- _____. **Impactos da modernidade na condição humana**. Florianópolis: Insular, 2005.
- LEITE, Mirsa Mara Barreto Xavier. **Entre o rio e o mar**: educação ambiental para o fortalecimento da comunidade pesqueira do Mosqueiro – Aracaju/SE. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão, 2007.
- LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**: uma introdução. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARICONDA, P.R; LACEY, H. Galileu e a ciência moderna. **Caderno de ciências humanas- especiarías**. São Paulo, v. 9, n.º 16, jul./dez. 2006.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores: Ciência e Etnociência em uma perspectiva ecológica.** 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. USP, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO & SOUZA, Rosemeri. **Redes de Monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade.** São Paulo: Annablume; Geoplan, 2007.

MORIN, Edgar. **A humanização (a antrossociogênese).** In: O enigma do homem: para uma nova antropologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

NASCIMENTO, Solange Alves. **Ecofisiologia do manguezal.** Org. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Aracaju : Sergipe, 2008.

NEGREIROS, Emilio de Britto. **Ambiente, sustentabilidade e políticas públicas: a construção social do modelo de desenvolvimento sustentável de Camaragibe – PE.** Dissertação de mestrado apresentada ao núcleo de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

OLIVEIRA, Anízia Conceição de Assunção et.al. **Dinâmica ambiental das dunas costeiras da praia de Jatobá, Barra dos Coqueiros, Sergipe, frente às formas de uso e ocupação.** Encontro Nacional de Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Ivana Silva Sobral et.al. **Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe.** Caderno Virtual de Turismo, 2008.

PEREIRA NETO, J.T. **Quanto vale o nosso lixo.** 1 ed. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 1999.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, SP: CERES, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SACHS, Ignacy. **Estratégias para o século XXI.** Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTANA, Luciano Lima. **Desenvolvimento de um banco de dados geográfico como ferramenta de gestão participativa na ilha Mem de Sá – Itaporanga D’ajuda/SE.** Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC: Florianópolis, 2001.

SILVA, Isabel Cristina Barreto. **Gestão de resíduos sólidos: um estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Rosário do Catete-SE**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão: UFS, 2008.

SILVA, Gicélia Mendes da. **O Município de Pirambu e a atividade pesqueira**. Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós- graduação em Geografia. São Cristóvão: UFS, 1995.

_____. **Territórios do petróleo em Sergipe**. Tese de doutorado do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão: UFS, 2008.

SIQUEIRA, Luís. **Religião, terra e poder: o encapelado de Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga - SE (1798 - 1838)**. Monografia (Licenciatura em Historia) - Departamento de Historia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2000.

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

SOUZA, Maria das Graças de. **A filosofia da natureza em Bacon: a herança democritiana**, 2008.

SOUZA, Heloísa Thaís Rodrigues de; MELO E SOUZA, Rosemeri. **Indicadores ambientais para a avaliação da sucessão ecológica em fragmentos de Mata Atlântica**. In: Território, Planejamento e Sustentabilidade: conceitos e práticas. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

VALENCIO, Norma Felicidade L. da Silva; MARTINS, Rodrigo Constante. **Novas institucionalidades na gestão de águas e poder local: os limites territoriais da democracia decisória**. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 5. n.º 8, mar., 2004.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIEIRA, Anne Caroline Almeida; SOUZA, Roberto Rodrigues de. **Aproveitamento energético dos resíduos sólidos: desafios e tecnologias**. Porto Alegre: Editora Redes, 2010.

ANEXO – POSIÇÕES TEÓRICAS NA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Epistemologia	Teoria	Teóricos
Realismo forte	Ecologia humana, Sociologia Ambiental, Modernização Ecológica	Catton, Dunlap, Huber, Janicke, Sppargaren e Mol
Realismo fraco	Teoria Social verde, Evolução sociocultural ligada ao construtivismo, Endosociology	Dickens, Burns e Dietz Nowotny
Construtivismo fraco (realismo construtivista)	Modernização reflexiva	Beck, Giddens, Eder
Construtivismo forte	Escolha racional Teoria cultural Teoria dos sistemas autopoéticos Governmentality	Esser Douglas Luhmann Ewald

Fonte: Strydom (2002) apud Lenzi (2006)

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

(FAMILIARES OU OS MEMBROS FUNDADORES DAS MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS)

Grupo de Reisado

- 1) Como se originou a grupo?
- 2) Quantas pessoas participavam?
- 3) Aonde se reuniam?
- 4) Vocês dançavam com o sentido de louvação ao nascimento de Jesus?
- 5) Cantam Benditos? Quem ensinou os cantos de Benditos?
- 6) O que representa os cordões do reisado?
- 7) Como são escolhidas as pessoas que representaram os personagens do reisado?
- 8) Quantas personagens existem no reisado da Ilha Mem de Sá? E em média quantas pessoas participam?
- 9) Existem jornadas? Como estão divididas?
- 10) Como são as roupas e os instrumentos?
- 11) Qual é o principal momento do reisado? O momento mais bonito?
- 12) Existe alguma diferença do reisado de hoje com relação ao reisado de antigamente?
- 13) Você acha que há alguma relação do reisado com a realização da festa de Santa Luzia?
- 14) Como você se sente brincando o reisado?

FAMILIARES OU OS MEMBROS FUNDADORES DAS MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS)

Grupo samba de coco

- 1) Como se originou a grupo?
- 2) Quantas pessoas participavam?
- 3) Aonde se reuniam?
- 4) O samba de coco da Ilha Mem de Sá é dançado em pares? Existe umbigadas?
- 5) Como é a musica do samba de coco? Existe batuque? Quais são os instrumentos tocados?
- 6) Existe um tirador de versos? Como ele é escolhido?
- 7) Como é roupa para dançar o samba de coco?

- 8) Quantas pessoas em media hoje participam do samba de coco?
- 9) Qual é a principal dificuldade enfrentada pelo grupo de samba de coco?
- 10) O grupo já deixou de se apresentar em alguma época? Quais foram os motivos?
- 11) Como se deu a retomada do grupo de samba de samba?
- 12) Como hoje está organizado?
- 13) Quais são as épocas de apresentação do grupo de samba de coco?
- 14) Como você se sente dançando o samba de coco?

(ROTEIRO ENTREVISTA COM JOSEILDA)

- 1) Quais são as suas recordações quando criança da festa de Santa Luzia e dos grupos de samba de coco e reisado?
- 2) Você participava da festa religiosa e das manifestações folclóricas?
- 3) Você sempre morou na Ilha Mem de Sá?
- 4) Qual foi o motivo de sua saída e de seu retorno?
- 5) Quando você retornou para Ilha Mem de Sá como estava organizada a festa da padroeira e as manifestações folclóricas?
- 6) Em sua opinião na época do seu retorno como era visto o reisado e o samba de coco na visão dos próprios moradores da Ilha?
- 7) Como foi o trabalho para mobilização para a retomada dos grupos folclóricos?
- 8) Como você vê hoje o surgimento da festa do caranguejo?
- 9) Na festa do caranguejo há espaço para a apresentação dos grupos folclóricos?
- 10) Em sua opinião quais são as principais modificações com relação as festejos da Ilha Mem de Sá hoje que não se observava antigamente?
- 11) Descreva como é viver na ilha Mem de Sá e fazer parte dos grupos folclóricos? Qual é a sua sensação?

(ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SALVADOR)

- 1) Como surgiu a ideia da realização da festa do caranguejo?
- 2) O que é comemorado com a festa do caranguejo?
- 3) Porque a festa do caranguejo é realizada após a festa da padroeira da comunidade?
- 4) A comunidade participa da festa do caranguejo? Ou a aceitação é mais do público externo?

- 5) Os grupos de reisado e samba de coco se apresentação na festa do caranguejo? Por quê?
- 6) Quais são as atividades realizadas na festa do caranguejo?
- 7) Como é vista a festa do caranguejo pela igreja evangélica?
- 8) Qual é a importância da festa do caranguejo para a comunidade Mem de Sá?

APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÃO DOS PEIXES

Tainha *Mugil curema*

<i>Defesa</i>	pula
<i>Isca</i>	Joga a pedra e ele vem
<i>Dificuldade de captura</i>	Peixe brabo
<i>Cardume</i>	Anda emantada
<i>Alimentação</i>	Só de alimenta do lodo da água
<i>localização</i>	Lugar de croa, baixinho e de galhada
<i>Zonação vertical</i>	Anda aboiado, peixe de veia Deagua

<i>Etnoespécies</i>	
Zeiteira	
Tainha de olho preto	
Tainha de olho de fogo (vermelha)	
Tainha meio-olho	

<i>Etnoespécies (zeiteira)</i>	
É seca, há época que mais aparece é no verão, é a menor tainha	

<i>Etnoespécies (tainha de olho preto)</i>	
Ela é fina no rabo e vai engrossando pra frente e como um curimã, é de tamanho médio e grossa.	

<i>Etnoespécies (tainha de olho de fogo ou vermelha)</i>	
É a maior espécie, é a que cresce mais.	

<i>Etnoespécies (tainha meio- olho)</i>	
A tainha que o olho não é muito preto nem vermelho, e é meio esguia.	

Carapeba *Diapterus rhombeu*

<i>Defesa</i>	enterra
<i>Isca</i>	Camarão descascado
<i>Dificuldade de captura</i>	Peixe besta
<i>Cardume</i>	Não anda em cardume, anda só.
<i>Alimentação</i>	caranguejo-mole, camarão, lesma, lodo da maré, ostra.
<i>Localização</i>	Lugar de areia, galhada e de pré-a-mar.
<i>Zonação vertical</i>	Peixe de fundo

<i>Etnoespécies</i>	
Carapeba branca	
Carapeba rajada	

<i>Etnoespécies (carapeba branca)</i>	
É grossa e é toda branca, cresce menos, também chamada de tinga.	

<i>Etnoespécies (carapeba rajada)</i>	
Cresce mais e tem o corpo com uns rajos	

Robalo Centropomus paralellus

<i>Defesa</i>	Fura a rede
<i>Isca</i>	Isca viva
<i>Dificuldade de captura</i>	Peixe mais violento das espécies, muito brabo.
<i>cardume</i>	Num é muito de emantar não, só quando estão aboiando
<i>Alimentação</i>	robalo come milombo, tamaru, morea, besouro vermelho e camarão.
<i>Localização</i>	galhada, maré de escura
<i>Zonação vertical</i>	Peixe de fundo

<i>Etnoespécies</i>	
robalo-gaia	
Robalo-curan	
robalo-cacundo	

<i>Etnoespécies (robalo- gaia)</i>	
Ele é magro o corpo dele é seco e é tipo uma tabua.	

<i>Etnoespécies (robalo curan)</i>	
Ele é cumprido	

<i>Etnoespécies (robalo cacundo)</i>	
É grosso, tem uma giba nas costas, ele é redondo, ele não cresce por que é redondo.	

**APÊNDICE C - SISTEMA CLASSIFICATÓRIO ECOLÓGICO EM
HABITAT (Quanto à segregação vertical)**

SISTEMA CLASSIFICATÓRIO
ECOLÓGICO
BASEADO EM HABITAT
QUANTO À SEGREGAÇÃO VERTICAL
PEIXES DO RIO “ESTUÁRIO”

NÍVEIS DE SEGREGAÇÃO

PEIXES DE VEIA D’ÁGUA	TAINHA, SARDINHA, PARÚ, XARÉU
PEIXES DE MEIA D’ÁGUA	TAINHA
PEIXES DE FUNDO	ROBALO, CARAPEBA, MERO, BAGRE, ARRAIA, VERMELHO

SUB-NÍVEIS DE SEGREGAÇÃO

COSTEIRO	MUTUTUCA, COROMBO, CAMURU
CANAL	TAINHA

Modelo de sistema classificatório baseado em habitat (quanto a segregação vertical) utilizado
pelo pescadores da Ilha Mem de Sá.

(modelo adaptado de Costa Neto, 2001)

**APÊNDICE D - SISTEMA CLASSIFICATÓRIO ECOLÓGICO
BASEADO NO HABITAT (DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL)**

Peixes de costeiro: se enterram na lama	cramuru, mututuca, corombo
Peixes de fundo: areia	Carapeba, robalo
Peixes de fundo que comem lama	carapeba

Peixes de Fundo	Carapeba, Robalo
Melhor estação para captura	Inverno
Melhor maré para captura	Maré de escura e maré morta
Distribuição espacial	Barro e pedra no fundo

Fenômenos etológicos

Etnocategoria etológica	Fenômenos etológicos	Exemplo
Peixe que pula	Comportamento de defesa	tainha
Peixe que imanta	Comportamento social	tainha
Peixe brabo	Comportamento agressivo	Robalo
Peixe que se enterra	Comportamento de defesa	carapeba
Peixe que viaja	Migração	tainha
Peixe que tem cantiga	Produção de som	pocomon
Peixe que responde ao chamado/ pedra	Comportamento de investigação	tainha
Peixe que brinca	Comportamento lúdico	Curimã

Fenômenos etológicos apresentados pelos peixes segundo a percepção dos pescadores da Ilha

Mem de Sá

(modelo adaptado de Costa Neto, 2001)

APÊNDICE E – IMAGENS DA PESQUISA



**Reserva do caju em 2006 – Salvador morador da ilha Mem de Sá
ensina o uso de plantas medicinais**



**Ilha Mem de Sá 2008 – Primeira reunião do Projeto Gestão
Participativa para o Desenvolvimento da comunidade Mem
De Sá.**



**Reserva do caju 2009- Reunião com o grupo de apoio da comunidade
Mem de Sá**



Ilha Mem de Sá em 2010- reunião com os pescadores locais